



DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLV — Nº 26

SEXTA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 1990

BRASILIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA, EM 12 DE ABRIL DE 1990

1.1 — ABERTURA

1.1.1 — Comunicação da Presidência

— Inexistência de quorum para abertura da sessão.

1.2 — ENCERRAMENTO

2 — ATAS DA COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

3 — ATAS DE COMISSÕES

Ata da 1ª Reunião Conjunta, em 12 de abril de 1990

4ª Sessão Legislativa, da 48ª Legislatura

Presidência do Sr. Nelson Carneiro

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Aluizio Bezerra — João Menezes — Almir Gabriel — Alexandre Costa — Edison Lobão — Humberto Lucena — Marco Maciel — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Ruy Bacelar — Nelson Carneiro — Mendes Canale — Leite Chaves.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Narciso Mendes — PFL; Osmir Lima — PMDB; Rubem Branquinho — PL.

Amazonas

José Dutra — PMDB.

Pará

Arnaldó Moraes — PMDB; Elhel Rodrigues — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS.

Tocantins

Eduardo Siqueira Campos — PDC; Leomar Quintanilha — PDC; Paulo Sidnei — PMDB.

Maranhão

Costa Ferreira — PFL; Edivaldo Holanda — PCN; Enoc Vieira — PFL; Eurico Ribeiro — PRN; José Teixeira — PFL; Wagner Lago — PDT.

Piauí

Átila Lira — PFL; José Luiz Maia — PDS.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Furtado Leite — PFL; Gidel Dantas — PDC; José Lins — PFL; Moysés Pimentel — PDT.

Rio Grande do Norte

Iberê Ferreira — PFL.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Antonio Mariz — PMDB; Francisco Rolim — PSC.

Pernambuco

Egídio Ferreira Lima — PSDB; José Carlos Vasconcelos — PMDB; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Salatiel Carvalho — PFL.

Alagoas

José Costa — PSDB.

Sergipe

Bosco França — PMDB; Cleonânio Fonseca — PFL.

Bahia

Carlos Sant'Anna — PMDB; Celso Dourado — PSDB; Fernando Santana — PCB; Genebaldo Correia — PMDB; João Alves — PFL; Manoel Castro — PFL; Uldurico Pinto — PSB.

Espírito Santo

Jonês Santos Neves — PL; Lezio Sathler — PSDB; Nelson Aguiar — PDT; Nyder Barbosa — PMDB.

Rio de Janeiro

Anna Maria Rattes — PSDB; Carlos Alberto Caó — PDT; Daso Coimbra — PRN; Doutel de Andrade — PDT; Miro Teixeira — PDT; Nelson Sabrá — PRN; Oswaldo Almeida — PL; Paulo Ramos — PDT.

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

PASSOS PÓRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 1.069,00

Tiragem 2.200-exemplares

Minas Gerais

Elias Murad — PSDB; Genésio Bernardino — PMDB; Humberto Souto — PFL; Maurício Campos — PL; Oscar Corrêa — PFL; Paulo Almada — PMDB; Rosa Prata — PMDB.

São Paulo

Arnaldo Faria de Sá — PRN; Cunha Bueno — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Fernando Gasparian — PMDB; Florestan Fernandes — PT; José Camargo — PFL; José Maria Eymael — PDC; Koyu Iha — PSDB; Mendes Botelho — PTB; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Ricardoz Izar — PL; Sólton Borges dos Reis — PTB.

Goiás

Antonio de Jesus — PMDB; Pedro Cane-do — PFL; Roberto Balestra — PDC

Distrito Federal

Francisco Carneiro — PMDB.

Mato Grosso

Jonas Pinheiro — PFL.

Mato Grosso do Sul

Rosário Congro Neto — PSDB.

Paraná

Airton Cordeiro — PFL; Basílio Villani — PRN; Dionísio Dal Prá — PFL; Ervin Bonkoski — PTB; Gilberto Carvalho — PFL; José Tavares — PMDB; Matheus Iensen — PMDB; Maurício Fruet — PMDB; Nelton Friedrich — PDT; Renato Johnsson — PRN.

Santa Catarina

Antônio Carlos Konder Reis — PDS; Ar-tenir Werner — PDS; Cláudio Avila — PFL; Francisco Kuster — PSDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Ruberval Pilotto — PDS; Vilson Souza — PSDB.

Rio Grande do Sul

Adylson Motta — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; João de Deus Antunes — PDS; Júlio Costa-

milan — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Luis Roberto Ponte — PMDB; Nelson Jobim — PMDB; Paulo Mincarone — PTB; Paulo Paim — PT; Rospide Netto — PMDB; Ruy Nedel — PSDB; Tarso Genro — PT; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Eraldo Trindade — PL, Geovani Borges — PRN.

Roraima

Marluce Pinto — PTB.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Estão presentes na Casa 14 Srs. Senadores e 55 Srs. Deputados.

O número para abrir a sessão é insuficiente, porque são precisos 82 Srs. Deputados e 13 Srs. Senadores. Não havendo número, a Mesa não vai abrir os trabalhos, e, evidentemente, não seria razoável marcasse outra sessão, quando a marcada para às 10 horas não obteve número sequer para sua abertura. Não há possibilidade de se continuar a votação das matérias.

De modo que a Mesa dá por encerrados os trabalhos.

Boa Páscoa para todos os Companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 35 minutos)

**ATAS DA COMISSÃO
MISTA DE ORÇAMENTO**

COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
(*) Atas de reuniões

(*) Serão publicadas em suplementos à presente edição

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO**

Destinada a investigar a atual crise financeira na petróleo brasileiro S.A. — Petrobrás, assim como possíveis irregularidades administrativas.

**11ª REUNIÃO REALIZADA EM
4 DE ABRIL DE 1990**

Aos quatro dias do mês de abril do ano de mil novecentos e noventa, às dez horas e vinte minutos, na Sala nº 02, Ala Senador Nilo Coelho — Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Fogaça, Antônio Luiz Maya, Jarbas Passarinho, Francisco Rollemberg e Deputados Mário Lima, José Tinoco, Luiz Alberto Rodrigues, Benedicto Monteiro, Dionísio Dal-Prá, Luiz Marques, João Paulo, Mauro Campos e Bocayuva Cunha, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através da Resolução nº 04, de 1989-CN, com a finalidade de "investigar a atual crise financeira na Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, assim como possíveis irregularidades administrativas". Comparecem, ainda, os Senhores Senadores João Calmon, Roberto Campos, Ney Maranhão e Deputado Nelson Sabrá e Paulo Ramos.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Mauro Beneditos, Ruy Barcelar, Gerson Camata, Nabor Júnior, João Lobo, Lourival Baptista, Alexandre Costa, Mário Covas, José Richa, Louremberg Nunes Rocha, Maurício Corrêa e Deputados Osvaldo Macedo, João Agripino, Eduardo Moreira, Francisco Kuster, Arnald Fioravante e Flávio Rocha.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Deputado José Tinoco, que, solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Proseguindo, o Senhor Presidente, comunica o recebimento de Ofício do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, deferido pelo Senhor Presidente do Congresso Nacional, indicando o Senhor Deputado João Paulo Pires do Partido dos Trabalhadores, para integrar a Comissão, em substituição ao Senhor Deputado Paulo Paim, anteriormente designado.

Comunica, ainda, o Senhor Presidente que a presente sessão destina-se ao depoimento do Senhor Ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, convidando-o para tomar assento à Mesa, bem como o Doutor Luiz Osvaldo Aranha, Secretário Nacional de Energia.

Após o juramento, o Doutor Ozires Silva cita algumas causas da crise financeira na Petrobrás, tais como: o controle exercido durante certo período, nos preços dos combustíveis sendo, esta perda, introduzida na receita da Companhia, que teve muitos produtos vendidos abaixo do custo, levando-a ao endividamento e às altas taxas de juros do mercado internacional; o Programa do Pró-Álcool, também, devido ao elevado consumo deste combustível, superior, ao da gasolina, constituiu fator de pressão sobre as contas da Empresa; o congelamento das tarifas, principalmente do setor elétrico, que teve dificuldades para saldar as suas compras de petróleo da Petrobrás.

No período das interpelações, usam da palavra os Senhores Senadores José Fogaça, Relator, Roberto Campos, Antônio Luiz Maya, João Calmon e Deputados Mário Lima, Bocayuva Cunha, Luiz Alberto Rodrigues, Benedicto Monteiro, João Paulo, Mauro Campos, e Nelson Sabrá.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico dos debates. — Deputado José Tinoco, Presidente,

ANEXO À ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAL CRISE FINANCEIRA NA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. — PETROBRÁS, ASSIM COMO POSSÍVEIS IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 1990, ÀS 10 HORAS E 20 MINUTOS, DEPOIMENTO DO DOUTOR OZIRES SILVA, MINISTRO DA INFRA-ESTRUTURA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, DEPUTADO JOSÉ TINOCO.

Presidente: Deputado José Tinoco
Vice-Presidente: Deputado Benedicto Monteiro
Relator: Senador José Fogaça
(Íntegra do apanhamento taquigráfico)

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Sr. Relator, Senador José Fogaça, Sr. Vice-Presidente da Comissão, Sr. Deputado Benedicto Monteiro, Sr. Ministro Ozires Silva, abrimos esta reunião da Comissão que investiga as causas econômicas da Petrobrás com a satisfação de ouvir o ex-Presidente da empresa, hoje Ministro da Infra-estrutura, Ozires Silva, que marcou sua passagem na empresa com uma administração reconhecida por todos. De forma que nós, na Câmara e Senado, e nesta Comissão Mista, recebemos V. Exª com a esperança de que possa nos trazer luzes sobre a melhoria da Petrobrás, as causas dos seus problemas, porque esta Comissão pretende ser útil ao País

Esta Comissão tem uma responsabilidade muito grande e deposita em V. Exª esperança de que o seu depoimento ilumine ao nosso trabalho, trazendo um roteiro que nos permita ser úteis ao País.

Sr. Ministro, solicito a V. Exª que proceda ao juramento de praxe.

O SR. MINISTRO OZIRES SILVA — “Juro, sob palavra de honra, dizer a verdade do que souber e do que me for perguntado”.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Antes de passar a palavra ao Ministro Ozires Silva, gostaria de combinar com a Comissão o problema da convocação da próxima quarta-feira, que seria o ex-Presidente Shigeaki Ueki. Creio que seria mais prudente adiarmos da quarta-feira 11 para quarta-feira 18, pois a quarta-feira 11 cai na semana santa, e provavelmente, o **quorum** seria muito baixo. Se V. Exªs concordam, faríamos a transferência do dia 11 para o dia 18 de abril

O SR. RELATOR (José Fogaça) — Sr. Presidente, de fato acho que essa recomendação é plausível, não por causa do problema do **quorum**, mas justamente pelo contrário: pelo fato de que estamos em pleno processo de votação das medidas provisórias e há uma soma enorme de tarefas parlamentares se desenvolvendo neste período. Hoje, por exemplo, estou faltando a uma reunião do Colégio de Relatores das Medidas Provisórias, que se iniciou às 9:30 hs, no gabinete do Líder do PMDB, para cumprir outras tarefa que me cabe, que é o relatar esta reunião. Portanto, há uma interferência de uma atividade na outra, de modo que considero altamente recomendável até que venhamos desestrinchar o pacote econômico, ou seja, aprovar em plenário as medidas provisórias, ficando disincumbidos de outras tarefas, que também são relevantes, mas que podem sofrer um adiamento, uma vez que não estão presas a prazos tão prementes, como o das medidas provisórias.

No entanto, quero dizer que aqui estou, na condição de Relator, porque reputo a presença do Ministro Ozires Silva como um dos momentos altos desta Comissão S. Exª vem, não apenas como ex-Presidente da Petrobrás — conhecedor profundo da estrutura da empresa —, mas como atual Ministro da Infra-estrutura.

De qualquer forma — concluindo, Sr. presidente — opinaria junto à Comissão pela transferência da reunião do dia 11 para o dia 18. Não pelo argumento aqui apresentado por V. Exª, o meu argumento é exatamente o oposto é o excesso de tarefas, o congestionamento de atividades que se superpõe aqui dentro do Congresso, neste momento, que nos impede de atender satisfatoriamente a toda esta demanda. Estou aqui, cumprindo um dever e descumprindo outro, e isto não é recomendável.

O SR. MÁRIO LIMA — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Pois não.

O SR. MÁRIO LIMA — Fui eu o responsável pela indicação da convocação do ex-Presidente Shigeaki Ueki. Considero que na sua gestão existem muitos fatos que precisam ser esclarecidos. A Petrobrás começou a tomar caminhos que não foram os melhores. Entretanto considero a sugestão de V. Exª muito procedente o objetiva. Concordo com ela.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Agradeço a concordância da Comissão e quero dizer ao nobre Senador José Fogaça que a minha argumentação é nò conhecimento de que até o dia 11 as medidas estariam analisadas e votadas. Mas de qualquer forma a argumentação de V. Exª é procedente e a minha é procedente também na medida em que conheço a Casa.

Gostaria de dar conhecimento ao Plenário que o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputados Paes de Andrade, comunica à Presidência desta Comissão que o Deputado João Paulo Pires irá substituir o Deputado Paulo Paim como representante do PT nesta Comissão.

Concedo a palavra ao Ministro Ozires Silva para que S. Exª faça a exposição inicial sobre as causas e as dificuldades econômicas na Petrobrás.

O SR. MINISTRO OZIRES SILVA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, meus Srs. minhas Srªs e meus caros amigos da Petrobrás:

Agradeço a oportunidade que a Comissão proporciona de poder lhes falar um pouco sobre o tema que interessa a esta Comissão, ligado ao problema do déficit, sobretudo do desempenho operacional que a companhia tem apresentado ao longo dos anos. Não pretendo me alongar muito. E gostaria de deixar o maior espaço possível para as perguntas e pretendo, se puder, respondê-las.

Quero dizer que estou acompanhado pelo Dr. Luiz Oswaldo Aranha, Secretário Nacional de Energia, que eu pedira permissão à Presidência para eventualmente chamá-lo para nos ajudar a responder.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Convoco o Dr. Aranha para fazer parte da Mesa

O SR. MINISTRO OZIRES SILVA — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Acho que todos conhecem o trabalho que foi desenvolvido pela Petrobrás ao longo dos anos. Podemos desenvolver e dividir esses trabalhos da Petrobrás em duas fases fundamentais: a primeira fase é a da sua instituição, até o primeiro choque do petróleo, quando a companhia, encontrando preços bastante baixos do petróleo a nível internacional, não encontrava remuneração suficiente para a prospecção, a busca e lavra de Petróleo em território nacional. Nesse período a companhia se constituiu, se organizou, e teve uma ênfase muito maior na área de comercialização de derivados do que na busca o no

desenvolvimento de processos de exploração e de aumento da produção nacional.

A partir de 1973, quando, houve o primeiro choque do petróleo, foi caracterizada uma realidade pelo poder de cartelização da Organização dos Produtores e Exportadores de Petróleo (OPEP); caracterizou uma ação cartelizada no mercado que permitiu fazer com que os preços do petróleo crescessem. Houve uma multiplicação da ordem de 3, aumento do produto que estava avaliado em torno de 3 dólares o barril, saltou rapidamente para 12 dólares, pressionando as contas externas brasileiras. A partir deste momento houve um instante de perplexidade durante dois anos.

O Governo e a sociedade brasileira buscaram os seus caminhos e basicamente o que aconteceu foi a deflagração do programa de combustível alternativo do álcool hidratado etílico, combustível que está sendo usado até hoje, e algumas medidas no sentido de contenção do consumo.

Se esse choque já tinha sido suficientemente forte para as finanças brasileiras sobreveio o choque de 1979. A Opep, fortalecida pelo êxito que tinha conseguido, permitiu o lançamento de um novo choque, e aí multiplicado novamente o preço do petróleo quase que por 3, chegando a valores que em alguns tipos de óleos chegaram a 37 dólares, mas em média podemos considerar que foi em torno de 34 dólares. Isso aconteceu a partir de 1979 e prevaleceu até 1982.

Se já havia perplexidade na sociedade civil brasileira, de um modo geral e em particular na Petrobrás quanto a estratégia a ser adotada, essa perplexidade aumentou, propelida ainda por um outro fenômeno que a crise energética também desequilibrou as contas norte-americanas e os Estados Unidos aumentaram as taxas de juros que atingiram valores extraterráneos, na ordem de 20 a 21% de juros ao ano. Houve uma realimentação no processo da dívida externa brasileira que era formada, e é ainda hoje, por uma grande participação das nossas despesas de compra de óleo, uma vez que naquela época estávamos produzindo, no Brasil, na ordem de 180 mil barris de óleo/dia.

O Governo, nesse momento, agiu com mais rapidez, aplicou um choque nos preços dos derivados a nível interno e pela primeira vez desde a sua fundação, a partir de 1981/82, a Petrobrás passou a contar com recursos e investimentos em alta proporção, partindo para a formação de equipes e treinamento de pessoal cujo esforço compensou, e a Petrobrás pôde reverter a situação. De 180 mil barris de óleo, que produzíamos por dia em 1979, saltamos para cerca de 600 mil barris de óleo, o que produzimos hoje.

Essa produção de hoje nada mais é do que a produção que já havíamos atingido em 1985, estando mais ou menos estabilizada à custa de um esforço bastante grande, uma vez que a partir de 1985 a Petrobrás começou a viver os problemas que deram origem e fundamento à esta Comissão — a de verificação de déficit da companhia.

A partir de 1985 vivemos esse processo incidiendo do crescimento da inflação, que todos acompanham e que nós brasileiros não gostamos do que tem acontecido.

Claro está que a própria eleição de 17 de dezembro de 1989 mostrou com clareza a totalidade dos eleitores brasileiros rejeitar esse cenário que se formou em torno do Brasil de hoje de uma inflação extremamente elevada. Aí o problema entrou com uma origem, com várias realimentações que, por sua vez, criaram novas origens e hoje chegamos à situação que estamos aqui discutindo.

No começo de 1985, na instituição do Governo da Nova República, o Governo tentou segurar os índices de inflação, congelando durante um certo período os preços dos produtos e das tarifas públicas. Evidentemente, o combustível, como tem um fator na formação dos índices inflacionários, com um peso específico e relativamente elevado, o Governo segurou os valores, começou a introduzir uma perda progressiva nas receitas da companhia. Muitos produtos passaram a ser vendidos abaixo do custo e produtos abaixo do custo levaram a companhia ao endividamento, com as altas taxas de juros do mercado internacional e acrescidas pelos valores da inflação tudo isso levou a companhia a prejuízos que começaram a se tornar crescentes.

Esses prejuízos não apareceram em termos contábeis por dois dispositivos básicos: o primeiro foi a correção monetária, que muitas vezes fazia com que o prejuízo operacional pudesse aparecer como resultado líquido nos balanços; por outro lado, tivemos a pressão dos custos da dívida que a Petrobrás até então não havia experimentado em nenhuma operação de crédito externo ou mesmo crédito interno que pudesse abalar o tamanho da companhia. Estamos falando de uma companhia com uma capacidade de faturamento, da empresa em si, na ordem de 15 bilhões de dólares e do conjunto da empresa, quer dizer, de todas as suas subsidiárias, em torno de 20 bilhões de dólares ao ano.

Portanto, era difícil sacudir a estrutura de uma companhia de tal dimensão, mas o fato é que a partir de 1985 isso foi se sucedendo.

Em 1986, todos devem estar lembrados do Plano Cruzado, que acentuou ainda mais essa política; posteriormente, o Plano Cruzado II, que continuou na mesma direção e em seguida o Plano Bresser, que continuou a mesma direção. Finalmente, o Plano Verão impôs novamente à companhia preços abaixo do custo.

Por outro lado, o poder corrosivo da inflação, atingindo níveis extremamente elevados, acima de 50, 60, 70, chegando até a 80% ao mês, fez com que a Petrobrás fosse vítima do mesmo processo que outras companhias têm sofrido. Qualquer tipo de produto que tenha correções baseadas em períodos fixados, sejam de 10, 20 ou 30 dias, essas companhias não conseguem recuperar os custos em uma inflação desse nível.

Recentemente, conversando com um diretor financeiro da Petrobrás ele me fez uma colocação que causaria surpresa e espanto

em qualquer país do mundo. Ele disse-me que a Petrobrás, a uma inflação superior a 10% ao mês, não poderia ter rentabilidade em suas contas. Ora, 10% ao mês é uma inflação muito alta quando se refere ao ano em qualquer país civilizado, de modo que chega-se a fazer afirmações desse tipo e que causa evidentemente apreensão, sobretudo quando sabemos que vivemos com índices de inflação superiores a 10% ao mês, há mais de um ano.

Aí estão exatamente as causas dos déficits da Petrobrás: reajustes de preços insuficientes, em que pese o esforço da companhia em ganhar em produtividade. Os ganhos de produtividade, como V. Ex.^{as} sabem, podem ser cotados, quando são bastante significativos, em percentuais correspondentes a 3%, 4% ou 5% ao ano. A uma inflação computada em torno de 2000% a 3000% ao ano, pode-se imaginar que nenhum ganho de produtividade poderia compensar tais déficits.

Por outro lado, as contas que a Petrobrás acumulou na época em que o preço do petróleo cresceu bastante não chegaram a ser compensadas do ponto de vista financeiro, pela redução dos preços do petróleo que ocorreu a partir de 1986. Esse foi um ano ótimo: o preço do petróleo baixou extraordinariamente. Tivemos oportunidades de levantar petróleos pesados, por exemplo, da Arábia Saudita, ao incrível valor de US\$ 3,70 o barril, em junho de 1986, mostrando que efetivamente a crise do petróleo, a partir desse ano, desapareceu.

Não fosse essa ação deletéria, em termos da formação de preços dos derivados, provocada pelo próprio Governo Federal, a Petrobrás poderia ter enfrentado anos extremamente favoráveis. Quando o preço do petróleo caiu a nível internacional, evidentemente se o preço não remunerava investimentos, a mesma coisa ocorreu em relação à Petrobrás. Mas o que aconteceu foi que começou a haver, no mercado internacional, oferta de sondas a preços extremamente baixos, com consequência da sua desativação, o que nos permitiria fazer prospecção bastante intensa, e exploração de jazidas já conhecidas, reduzindo, portanto, a dependência do Brasil em relação à compra de petróleo externo.

A partir de 1985, um outro problema começou a agravar as contas da Petrobrás. O Programa do Alcool foi instituído em 1979 — o primeiro carro a álcool no Brasil rodou em 1979, depois da criação oficial do Programa em 1975. Durante todo esse período, o álcool viveu à custa do equilíbrio de suas contas com o preço do álcool anidro embutido na gasolina.

Todos sabem que, durante um grande período, tivemos até 22% de álcool anidro embutidos na gasolina, e esse álcool anidro era vendido, ou é vendido, ao preço da gasolina. Portanto, dava um superávit financeiro, superávit esse que era dividido com o álcool hidratado, que tinha déficit em relação à sua comercialização. Isso permitiu fazer com que o Programa do Alcool se equilibrasse.

A partir de 1985, em consequência do próprio sucesso do Programa do Alcool, o álcool começou a deslocar o consumo da gasolina. A partir de 1985, o consumo de álcool foi superior ao da gasolina. Portanto, aquela quantidade de dinheiro que se apurava do álcool anidro embutido na gasolina começou a ser insuficiente para compensar as diferenças de custo e preço do álcool hidratado. Isso começou também a constituir fator de pressão sobre as contas da Petrobrás.

Paralelamente, em consequência do próprio congelamento das tarifas, que afetou não só a Petrobrás, como também outras empresas, em particular as do setor elétrico, o próprio setor elétrico começou a ter dificuldades para saldar as suas compras de óleo da Petrobrás. Veio, então, um fator adicional que pressionou as contas da Companhia: a inadiplência do setor elétrico em relação ao levantamento de combustível de petróleo, que a Eletrobrás e as companhias concessionárias de prestação de serviço elétrico deixaram de pagar.

O Grupo Siderbrás, que consome bastante, em particular, óleo combustível, também deixou de pagar as suas contas, em função do próprio esforço do Governo em tentar controlar a inflação através das tarifas dos serviços públicos.

A própria Constituição, já em 1988, criou vários tipos de tributo. Além dos royalties que foram criados anteriormente e que a própria Constituição institucionalizou, tivemos o ICMS, envolvendo o próprio álcool e os derivados de petróleo; IVV, que afeta várias cidades — evidentemente, ele é repassado diretamente ao consumidor, não sendo, portanto, um problema muito sério; os aumentos de custo decorrentes dos encargos trabalhistas; o efeito do turno de seis horas que a Constituição instituiu, aumentando o custo operacional da empresa; ainda mencionamos anteriormente os royalties na Plataforma Continental, além do processo de defasagem de preços. A Companhia não pôde, nesse período, adicionalmente a tudo isso que foi indicado, fazer um gerenciamento eficaz da sua capacidade operacional.

No dia 22 de dezembro de 1987 procurei o Presidente da República, o Presidente José Sarney, dizendo a Sua Excelência, que, naquela data, estava batendo todos os recordes de redução de autoridade, como Presidente da Companhia. Não podíamos fazer absolutamente nada com relação à gestão dos nossos recursos humanos.

Tenho certeza que V. Ex^{as} concordarão comigo quando colocar aqui: o grande patrimônio deste País, sem dúvida, é o brasileiro, e o grande patrimônio de qualquer organização, sem dúvida, são os seus empregados, em consequência da impossibilidade de se gerenciar recursos humanos; em consequência da impossibilidade, da Companhia fazer operações financeiras no mercado interno, isto foi virtualmente proibido por uma resolução do Banco Central, consequência da impossibilidade da Companhia fazer operações no mercado externo, a não ser com a anuência

do Banco Central, o que retardava demasiadamente a dinâmica da Companhia em acompanhar as flutuações do mercado internacional; e em consequência de um processo de co-gestão, que foi colocado da administração direta em cima da Companhia, notadamente a partir de 1979, com a criação da Secretaria Especial de Controle das Estatais. O problema de gerenciamento da Petrobrás passou a ser mais um problema do Presidente e dos Diretores da Petrobrás de resolverem problemas com a administração direta do que, exatamente, dedicarem todo o seu tempo útil para cuidarem da própria Companhia.

A Companhia tendeu sempre a ter uma vocação de companhia doméstica, uma companhia de petróleo que operava somente em termos nacionais. Não buscou a companhia conseguir oportunidades no mercado internacional e mesmo no meu discurso de posse, quando assumi a Petrobrás, em maio de 1986, manifestei a minha surpresa ao ver que a maior companhia isolada de compra de petróleo no mundo operava como uma companhia doméstica no mercado interno, vivendo as agruras do cruzado, à época, vivendo as agruras das limitações de operações externas com o Banco Central e vivendo as agruras de uma co-gestão com a administração direta que introduziu um alto grau de ineficiência nas operações da Companhia.

Longe de mim dizer que queremos trabalhar livres do controle do acionista majoritário que é o Governo Federal. Mas, insistia eu, como insisto agora, o Governo tem que ser mais acionista e menos administrador. Tem que acreditar mais nas pessoas que são colocadas à testa da Companhia, para que ela tenha uma eficiência e uma eficácia administrativa equivalente às irmãs do petróleo, às seis irmãs agora do petróleo, pois ela tem que competir a nível mundial. Temos que dar uma nova dimensão à Petrobrás, uma dimensão gerencial de companhia moderna, eficaz, uma companhia que possa viver na competitividade, que deve enfrentar o mercado externo em condições competitivas e vantagens comparativas que possam fazer com que ela atenda o seu objetivo fundamental, que é minimizar o risco que temos de ficar numa dependência, hoje, da ordem de 50% de petróleo importado. Isso é um risco que o Brasil não pode correr a longo prazo.

A Petrobrás tem que fazer, por objetivo e por obrigação, a redução desse risco, quer investindo em território nacional, na extensão de todas as possibilidades que tenhamos, quer investindo no mercado internacional, no sentido de que possamos ter uma redução desse risco. Um país sem energia é um país paralisado; um país sem petróleo é um país imobilizado em relação à competição mundial e à possibilidade de geração de empregos e oportunidades para os brasileiros.

Não quero, como já disse aos Srs. anteriormente, me alongar; quero deixar maior espaço de tempo para os Srs. Membros da Comissão efetuarem as suas perguntas e, tenho certeza, serão perguntas que me ajudarão a es-

clarecer todos esses aspectos. Procurei não fazer nenhum diagnóstico exagerado e nem apresentar nenhuma solução das colocações que fiz, exatamente para poder dar oportunidade a que as perguntas sejam formuladas.

Mas, o que eu queria dizer, fundamentalmente, é que vejo a Petrobrás como um instrumento de extraordinária importância para o desenvolvimento brasileiro. Temos que fazer com que a Petrobrás tenha uma visão estratégica, uma administração estratégica e uma administração eficaz, todas capazes de garantir um risco menor em relação ao que nos encontramos hoje.

Se olharmos hoje o panorama internacional, veremos que a velha OPEP, que hoje está em compasso de espera em busca de uma oportunidade, já atinge 46% da produção mundial de petróleo. Está pronta novamente, e esses 46% — diga-se de passagem — foi o número de produção que ela possuía em 1973, quando ela deu o primeiro disparo na cartelização do produto.

É evidente que hoje está muito mais escolada, e treinada, e sabe que os mecanismos de conservação de energia reduziram, enormemente, o consumo de petróleo.

O consumo de petróleo mundial, hoje, se seguisse as tendências ou as taxas de crescimento, a partir de 1973, estaria seguramente acima de 70 milhões de barris de petróleo/dia. No entanto, o consumo mundial está sendo estimado em torno de 52 a 54 milhões de barris. Isto se deveu à conservação de energia, o que faz com que a OPEP esteja em ritmo de espera.

Hoje, a produção mundial dos países não-OPEP está caindo a uma taxa da ordem de 1,5% ao ano, enquanto que a situação de produção na OPEP continua intacta e, muito ao contrário, em condições de crescer. De modo que a OPEP poderá a qualquer momento novamente cartelizar o preço, pode disparar qualquer tipo de ação que venha remunerar melhor os seus investimentos.

A preocupação é grande, porque o petróleo, hoje, está em torno de 18 a 19 dólares o barril e não remunera os investimentos. Se pegarmos um deflator qualquer, a nível internacional, e aplicarmos ao preço corrente do petróleo, vamos verificar que o petróleo está, mais ou menos ao mesmo preço do que estava em 1973. Portanto, os efeitos da chamada crise energética de 1973 e de 1979 não existem mais, e nessas condições, a margem de investimento pela remuneração atual do barril de petróleo não está remunerando prospecção, razão pela qual os países não-OPEP estão hoje com a sua produção caindo.

O Mar do Norte está com dois anos consecutivos sem produção, está em declínio. Nos Estados Unidos, a produção cai dramaticamente, também, devido a pequenas quantidades de sondas em operação.

De modo que esse cenário nos leva a um acréscimo no preço do petróleo, sem dúvida. Talvez não tenhamos o choque do petróleo mas, a partir de meados desta década, certamente teremos gossas contas nacionais pressionadas, se não conseguirmos estabelecer

uma estratégia para que a Petrobrás possa se tornar mais eficiente, prospectando melhor em terreno interno e, sobretudo, que seja mais eficiente na operação no mercado internacional, deixando de ser a companhia doméstica que é, e entrando no mercado internacional com o seu poder de fogo — ela continua sendo a empresa que mais compra, individualmente, no mercado internacional, e pode, perfeitamente levantar e desenvolver negócios, se pudermos fazer com que a Companhia seja efetivamente uma das grandes do mercado petrolífero mundial.

Não tem o menor sentido uma visão corporativista de que possamos achar todo o petróleo que necessitamos aqui no País, que podemos prescindir do mercado internacional. Mesmo porque V. Ex^s sabe que existem vários tipos de petróleo, desde o pesado até o leve, que é o reputado de melhor preço no mercado internacional; desde o petróleo com elevado teor de impureza com enxofre até o petróleo livre de enxofre.

Se imaginarmos que precisamos de uma carga atípica de petróleo para as nossas refinarias, e que essa carga atípica tem um certo valor, um certo grau de densidade, temos que entregar às nossas refinarias o melhor produto possível para que possamos garantir o melhor derivado possível. Já existem disposições de proteção do meio ambiente com as disposições do Procon, que obriga a Petrobrás a ter um certo combustível com uma certa especificação produzida. Mas absolutamente, não poderíamos ter isso se nos baseássemos na tese de auto-suficiência, quer dizer, usar somente o petróleo nacional para alimentar as nossas refinarias, pois temos que desenvolver o mercado de troca e vendermos certos produtos. Se chegarmos um dia a sonhar com a nossa auto-suficiência, vamos ter que vender petróleo para comprar outro petróleo, para ajustar o perfil das especificações do petróleo, que constituirão a cesta básica de alimentação das nossas refinarias, para que tenhamos uma garantia da qualidade do produto a ser produzida.

De modo que é inexorável, mesmo que o Brasil chegue a sonhar com a meta da auto-suficiência, as negociações internacionais, em troca de petróleo de diferentes qualidades, isso tem que ocorrer. Portanto, o Brasil não pode prescindir do mercado internacional, fechando domesticamente as suas fronteiras como se pudesse chegar a uma quimérica visão de que seríamos auto-suficientes e não precisássemos dialogar com o mundo.

O que queremos é o diálogo com o mundo, com vantagens comparativas adequadas, com uma capacidade de discussão competente, séria, onde possamos ter, dentro de uma estratégia, mesmo internacional, negócios no campo internacional, mas que ela possa nos livrar dessa dependência, que é fundamentalmente incômoda e certamente pode colocar em risco todas as metas de desenvolvimento que possamos ter no futuro.

Sr. Presidente, não quero me alongar mais, quero deixar espaço para as perguntas. Peço desculpas se não fui suficientemente abran-

gente em minhas colocações, mas quero tentar corrigir isso através das perguntas com que me honrarão, em seguida, os Srs. Membros da Comissão

Muito obrigado a todos. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Após a exposição do Ministro Ozires Silva, concedo a palavra ao relator, Senador José Fogaça, para que formule as perguntas iniciais.

O SR. RELATOR (José Fogaça) — Sr. Ministro, a primeira pergunta diz respeito à nova política econômica implantada no País e que, evidentemente, atingirá ou já está atingindo a Petrobrás. Refiro-me a chamada taxa de câmbio flutuante, o chamado câmbio livre. Hoje ainda há apenas um comprador que é o Banco Central Portante, ainda há um controle sobre o chamado câmbio livre do Banco Central. O Câmbio ainda não é livre. Na verdade, não se estabelece a nível de um mercado pleno, mas quando isso vier a ocorrer, ou seja, quando a sociedade brasileira voltar a se capitalizar, voltar a ter liquidez, voltar a ter poder de compra e poder importar, haverá uma tendência inevitável de que a taxa de câmbio, chamada livre, venha subir.

Pergunto a V. Ex^s: qual o impacto que isso pode causar na estrutura financeira da Petrobrás, uma empresa que, embora tenha atingido como V. Ex^s disse níveis de produção que hoje são incomparavelmente superiores ao que tínhamos há uma década, uma empresa que é essencialmente importadora? Esta é a primeira pergunta.

Não sei se V. Ex^s prefere responder uma por uma. São apenas três perguntas...

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — Vou tentar responder rapidamente para dar maior oportunidade possível aos demais Membros da Comissão.

Evidentemente, qualquer tipo de análise que se faça hoje nas taxas de câmbio baseada no sistema de câmbio livre flutuante, com duas semanas de aplicação do Plano, onde existe um enxugamento fundamental da liquidez, nós poderíamos ter uma visão incorreta. Mas o Senador José Fogaça coloca exatamente a perspectiva de longo prazo, que também pode nos levar a uma preocupação.

É claro que comprando petróleo em dólar, e ele sendo cotado à moeda livre, vamos comprar o dólar ao valor do mercado, mas isso ocorrerá com todo o sistema de importação brasileira e vai concorrer igualmente com o sistema de exportação, uma vez que também o exportador passará a ser melhor remunerado.

A minha opinião é que quanto mais cedo passarmos para a realidade do mercado, que possamos ter no País preços reais, não só dos produtos aqui produzidos e que remunerem os custos e em particular o câmbio, parece-me absolutamente fundamental. De modo que, todas as vezes que se fala em liberdade de câmbio, liberdade de preços, creio que caminharemos no sentido de correto. O que é necessário, isto sim, é que a companhia

possa ter uma participação no mercado com a mesma liberdade que hoje é concedida às empresas privadas.

Mencionei que a Petrobrás não pode negociar no mercado interno, não pode fazer negociações no mercado externo a não ser passando pelo Banco Central, o que introduz uma velocidade de reação extremamente reduzida. Mas creio que se aumentarmos a eficácia administrativa da empresa poderemos compensar isso de qualquer maneira.

De qualquer forma, qualquer câmbio administrado pela burocracia estatal acho que seria muito menos competente do que o câmbio fixado pelo valor de mercado. Temos que enfrentar isso e fazer com que o País viva, no concerto das nações, à custa dos preços e das práticas que se pratiquem no mercado internacional, porque aí teremos uma conjugação de interesses em escala muito maior do que temos hoje e, evidentemente, teremos saldos também para enfrentar esse tipo de risco que, certamente, irá existir aumentando o preço dos produtos que importamos.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (José Fogaça) — Sr. Ministro, a segunda pergunta refere-se a um dos aspectos da sua exposição.

V. Ex^s foi o primeiro depoente, nesta Comissão, a trazer dados referentes a custos de mão-de-obra, como um dos elementos, como um dos dados que compõem a cesta de custo ou a cesta de dificuldades da Petrobrás. A reunião da jornada de oito para seis horas — V. Ex^s mencionou — e o custo de mão-de-obra resultante do ônus maior que a nova Constituição produziu em relação aos encargos trabalhistas.

V. Ex^s mencionou isso *en passant* na sua exposição, não dando, assim, uma visão mais objetiva. A pergunta é simples: V. Ex^s tem uma idéia do percentual, do tamanho, do peso que isso pode representar num conjunto já conhecido de razões? Porque as outras exposições e os outros depoimentos, aqui feitos, também pisaram na tecla da inadimplência das empresas estatais, da redução artificial das tarifas para controle da inflação. Todos esses pontos são coincidentes com os demais depoimentos. No entanto, V. Ex^s inova aqui, ao trazer o dado das seis horas, a jornada de trabalho contínuo e o chamado custo de mão-de-obra em função dos novos encargos trabalhistas. A pergunta é esta: Qual é o peso? Qual é a incidência? Qual é o percentual? Se V. Ex^s tem uma noção mais objetiva dessas questões

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — Senador José Fogaça, o dado objetivo vou ficar devendo para V. Ex^s. Entretanto, vou apurar na Petrobrás e lhe darei o dado.

Se levarmos em consideração, por exemplo, nas plataformas — vou dar alguns dados qualificativos — temos jornadas de doze horas. Mesmo porque essa jornada de doze horas é essencial, inclusive no que diz respeito à questão de dimensão física. Não podemos

colocar a jornada de seis horas numa plataforma porque nem cabe nos seus alojamentos, que foram construídos para a jornada de doze horas, não caberia o número de empregados que pudesse enfrentar a jornada de seis horas. Como V. Ex^a sabe, o transporte desse pessoal é feito por helicópteros que custam, por hora de voo, uma quantia expressiva. Trabalhamos, hoje, com quatorze dias, quando o empregado fica na plataforma.

Por outro lado, o problema psicológico de o empregado cumprir um turno de seis horas, ficando dezoito horas desocupado dentro da plataforma, mesmo lhe concedendo condições básicas de lazer, tais como: televisão, filmes, livros etc, impomos ao homem um ócio que é terrível do ponto de vista psicológico. Então, na plataforma, o impacto é bastante grande. Fizemos negociações com os sindicatos, levando tudo isso em conta, e todo o resultado dessa negociação se traduziu em custos adicionais da companhia.

Quero fazer um parêntese para dizer que não me preocupo fundamentalmente pelo custo do empregado, pelo que se paga a ele. Entendo que o Brasil, por causa das suas deficiências fundamentais, é um país hoje de preços altos e salários baixos. Isso é muito ruim, porque reduz a capacidade de compra. E o que acontece? Isso leva a uma equação de ineficiência de produtividade baixa que, muitas vezes, é alimentada pelo próprio dirigismo governamental, o Governo interferindo nas atividades, fazendo com que a produtividade nacional caia por falta de organização. Acho que se deve pagar muito bem, e bem mesmo, a todos os empregados. No entanto, como contrapartida, eles têm que apresentar um volume de trabalho que dê um saldo de poupança sobre esse custo que o empregado tem.

O problema da jornada de seis horas ou as vantagens que a nova Constituição concedeu, não só a Constituição, mas a própria legislação brasileira, o problema fundamental é que caminha em sentido divergente, quer dizer, impede o aumento de produtividade e aumenta o custo do trabalho. Se tolerasse o aumento de produtividade, o aumento da eficiência com melhor remuneração do trabalhador, caminharía na direção que defendo há muitos e muitos anos: fazermos empresas internacionais de grande porte, pagando significativamente a mais do que ganha o trabalhador brasileiro e produzindo a preço muito inferior. Tanto é que somos obrigados a criar um sistema de legislação de tarifas que acaba por penalizar o próprio consumidor brasileiro. Porque criamos, através do nosso sistema, um país de preços extremamente elevados e de salários baixos, o que mostra que estamos jogando um bocado de dinheiro pela janela, o que seria uma forma horrível de fazê-lo.

No que se refere ao trabalho contínuo também nas refinarias, a jornada de trabalho também experimentou aumento. E o problema do transporte é o aumento do efetivo.

Hoje, temos, no Brasil, as refinarias com o maior efetivo numérico, em termos de pes-

soas, por unidade de barril processado, mas, em compensação, também refinaria que paga em média menos do que qualquer refinaria do exterior. Quer dizer, forçando a tese de preços altos e salários baixos, o que é extremamente inconveniente para uma nação organizada. Então, na refinaria aconteceu a mesma coisa, porque, se de um lado, tivemos que aumentar os custos, não tivemos condições de reduzi-los em decorrência dos dispositivos.

Acentuo, mais uma vez que não sou contra aos salários que remuneram muito bem, mas sou contra ao cercamento que se possa aplicar ao desenvolvimento de técnicas de eficiência de gerência que possa fazer com que a companhia seja muito mais eficiente.

Não acredito, de maneira nenhuma, que mecanismos legais para forçar postos de trabalho, forçar aumento de postos de trabalho, possam funcionar a longo prazo. O que aumenta posto de trabalho são custos mais baixos, quer dizer, redução de custos. A companhia, podendo oferecer produtos a preços mais baixos, terá mais comprador, tendo mais comprador terá mais demanda, tendo mais demanda terá mais postos de trabalho.

O processo que o sistema brasileira tem levado, no sentido de forçar, por via legal aumentos de postos de trabalhos, reduzindo a eficiência do organismo produtivo, não caminha na direção mais inteligente, a meu ver, que todos os países de sucesso, no mundo, têm conseguido a longo prazo.

Peço desculpas ao nobre Senador por ficar lhe devendo a quantificação disso, mas posso pedir à Petrobrás, tanto no que se refere à plataforma, como no que se refere à operação das refinarias que são as duas áreas de trabalho que têm funcionamento contínuo e algumas áreas de produção também.

O SR RELATOR (José Fogaça) — A minha terceira e última pergunta, também bastante objetiva, é o seguinte: V. Ex^a fez referência à questão da futura estratégia da OPEP, ou seja, o comportamento estratégico da cartelização do petróleo, principalmente no mundo árabe, poderá levar, em breve, a um novo choque. O que se pode extrair como conclusão dessa reflexão, dessa assertiva? A conclusão é de que devemos continuar investindo em prospecção ou a de que o Proálcool é uma alternativa que deve ser preservada, que deve ser, pelo menos, estrategicamente mantida em níveis razoáveis de produção.

Essa era a conclusão que eu queria tirar dessa colocação de V. Ex^a, ou seja, investir mais na questão petróleo-prospecção ou manter o Proálcool em níveis razoáveis como fator estratégico para enfrentar, inclusive, um futuro choque de petróleo.

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — Bem, Senador eu não colocaria a minha resposta no ou, ou, ou, quer dizer, como alternativa, eu diria que nós temos de trabalhar em cima de todas as alternativas. Evidentemente o Brasil tem provado que tem petróleo, talvez não tanto petróleo na área Continental como

nós desejaríamos. Até o presente momento, as nossas reservas na área da Bahia, antiga Bahia, começaram a crescer por força das prospecções, nós descobrimos petróleo na área de Urucu, que embora promissora, lá na Amazônia, ainda não atingiu o volume que nós desejaríamos. Mas, sem dúvida, na plataforma continental temos as maiores reservas catalogadas no mundo, e diga-se de passagem —, nos últimos 10 anos, foram os maiores campos petrolíferos descobertos no mundo. E isso foi descoberto por talento, por competência, por formação dessa mão-de-obra que o Brasil tem hoje na área de exploração ou de perfuração, e tanto isso é verdade que nós conseguimos, na busca desse petróleo que está sob o mar, ser, hoje, um país líder na prospecção de petróleo em águas profundas.

Eu não me arriscaria a dizer que nós podemos ir em águas tão profundas como a Petrobrás está colocando hoje. Mas, sem dúvida, a tecnologia de águas profundas é um instrumento de desenvolvimento da nossa produção e de forma nenhuma deve ser substituído.

Dessa maneira, o investimento na produção nacional de petróleo deve continuar. Devemos começar, na realidade, a expandir os investimentos que nós podemos fazer a nível externo, em cooperação com as empresas do exterior, que possamos ter a possibilidade de produzir petróleo no exterior em regime de colaboração, porque esse petróleo produzido em regime de colaboração pode servir de amortecimento na hipótese de uma nova crise.

V. Ex^a mencionou choque do petróleo, eu não acredito que haja um novo choque, acredito que possa haver um crescimento contínuo do preço do petróleo, o petróleo a 18 dólares está visivelmente baixo e o mercado não resiste a essas agressões de se vencer por longo tempo um produto a preços inferiores àquele que ele realmente vale.

Portanto, podemos esperar um crescimento do preço do petróleo nos anos futuros, sem dúvida alguma. Mas a estratégia da Petrobrás no mercado internacional será muito importante para colocar um colchão nas insuficiências que possamos ter na exploração de petróleo local.

Fiz depoimentos aqui no Congresso, na época da Assembléia Nacional Constituinte, e lamento sinceramente que a Constituição tenha proibido o contrato de risco. O contrato de risco poderia ser um extraordinário instrumento agora para a prospecção de petróleo. Não vejo onde ele fere o monopólio, ele estaria sob o controle de uma Petrobrás competente, talentosa e capaz de fazer negociações competentes com qualquer companhia internacional, e teríamos hoje fontes de investimento externo para o contrato de risco. Mas acho que é "leite derramado", não vejo nesta Casa nenhuma possibilidade de que isso seja modificado. Portanto, o contrato de risco é uma opção que poderíamos ter para aumentar a produção de petróleo. Mas isso está proibido pela Constituição e respeito

à lei é fundamental, não vejo nada que se possa fazer, a não ser respeitar-se a lei.

Por último, V. Ex^a mencionou o álcool O álcool, quando foi criado em 1975, tinha dois objetivos básicos: substituir o petróleo, numa visão estratégica de que o petróleo hoje custaria 60 dólares o barril. Acho que todos estão lembrados dos estudos de especialistas em 1975, quando colocavam o petróleo hoje a 60 dólares. As duas coisas não aconteceram. O álcool não substituiu o petróleo, substituiu só a gasolina, e o petróleo não está a 60 dólares, mas a 18. E justamente esse preço baixo do petróleo foi o que colocou o álcool em risco, além daquela característica que mencionei anteriormente do equilíbrio entre os dois tipos de álcool, o álcool anidro e o álcool hidratado, cujo equilíbrio foi rompido a partir do instante em que o álcool passou a ser consumido em volumes superiores aos da gasolina.

Não é por culpa do álcool, talvez seja a culpa do diesel, pois o seu preço foi ficando cada vez mais baixo em relação à gasolina, devido à política de se tentar segurar a inflação pelo preço dos produtos e das tarifas do serviço público, e isso fez com que, o diesel esteja hoje a 48% do preço da gasolina.

Todos nós sabemos que o motor ciclo a diesel é muito mais eficiente do que o motor ciclo a octano. Portanto, o custo do quilômetro rodado com diesel é muito menor do que o custo do produto rodado a gasolina, e rodado, sobretudo, a álcool, porque o álcool tem um poder calorífico da ordem de 30% inferior ao da gasolina.

Então, nessas condições, o álcool e a gasolina não conseguem deslocar o diesel a preço baixo, e em consequência disso o diesel é hoje o fator determinante básico para a compra de petróleo. O álcool ajuda a produção do diesel porque nos permite modificar o corte na torre de destilação, de modo que possamos produzir mais diesel do que produzíamos no passado.

Hoje, em termos de perfil de refino, devemos estar em torno de 16% da coluna de destilação, produzindo gasolina e 32% de diesel, o que é uma grande ajuda.

Mas o álcool não é hoje um substituto do petróleo, e sob certo aspecto não é nem um substituto de importação. De modo que se não se resolver o problema do diesel — o que não vejo possibilidade a curto prazo — e o álcool não podendo ser utilizado no mecanismo de transporte, porque não é possível que ele possa vir a competir com o diesel na atual estrutura de preços, o diesel vai sendo o produto mais competitivo do mercado, e o mercado funciona à base de indução de preços, ele não funciona à base de legislação, vamos verificar que o álcool não vai conseguir substituir o petróleo num cenário previsível de curto prazo.

De modo que vamos seguir com o álcool como combustível elitista, somente atendendo ao automóvel, e não necessariamente sendo um substituto de importação, mesmo porque, com o problema que agora estamos tendo de falta de álcool e a falta de álcool,

também se deveu à má remuneração do produtor, desde 1987 que não cresce a produção de cana deste País, e a frota de álcool tem aumentado a demanda em termos de consumo — chegamos a um equacionamento de que o álcool tem que ser visto sob este novo cenário, e o novo cenário é álcool para automóvel, não é para substituir petróleo, e com um problema de remuneração razoavelmente grave que temos pela frente, porque o que aconteceu fundamentalmente é que não podemos, de forma alguma, com a petróleo a 18 dólares, conseguir fazer com que o produtor agrícola possa produzir álcool a preço competitivo com o da gasolina.

De modo que esse é um problema que vamos ter que gerenciar com muita competência se desejarmos a continuidade do Programa do Alcool.

Não podemos nos esquecer também que o Programa do Alcool, hoje, nos ajuda na produção do diesel, devido à possibilidade de se fazer um corte diferente na torre de destilação.

De modo que, daqui para a frente, o gerenciamento do suprimento nacional dos derivados de petróleo é um problema de enorme complexidade e nós vamos ter decisões pontuais quaisquer que sejam as decisões que possamos tomar em período curto e mesmo período médio, porque há uma deformação muito grande no sistema de preços que para ser corrigido vai levar bastante tempo, uma vez que as incorreções também foram introduzidas há bastante tempo.

Espero que com a cooperação do Congresso Nacional e da sociedade civil possamos aplicar as correções nesse programa e conseguir êxito. Uma das fórmulas que podemos utilizar, de curto prazo, é a da modificação do sistema de comercialização. Nosso sistema de comercialização está ineficiente e caro, há melhorias profundas que se podem fazer no sistema de comercialização e distribuição de combustíveis líquidos provenientes do petróleo, de modo a poder obter custos operacionais menores, custos operacionais esses que podemos transferir para o consumidor e, portanto, ajudar a minimizar a crise a curto e médio prazos.

Sem dúvida alguma, teremos problemas de curto e médio prazos, notadamente sobre o álcool, sem falar do próprio diesel, cuja escala de importação, hoje, está crescendo — estamos importando da ordem de 35 mil barris de diesel por dia — e se nada for feito, a partir de 1995 isto poderá ter dobrado — as previsões são da Petrobrás —, e, no ano 2000 poderemos ter necessidade de importar mais de 100 mil barris diários de diesel, o que é virtualmente impossível, porque o mercado não oferece esse produto a essa escala de importação. E mesmo no processo de importação nossos portos não estarão aparelhados para manipular tal quantidade desse tipo de produto diariamente.

Como vê V. Ex^a, Senador, o problema é realmente complicado, mas esperamos poder gerenciá-lo com uma certa competência, tentando minimizá-lo, trabalhando na redução

dos custos, na eficiência da Petrobrás e do sistema de distribuição. E aí nós precisamos do auxílio do Congresso Nacional, em particular, na regulamentação do art. 238 da Constituição, que nos permita uma flexibilização nesse área, de modo a que possamos ter custos mais baixos e, portanto, tentar equacionar o problema sem novamente entrarmos no bolso do consumidor que já está bastante pressionado.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Com a palavra o Sr. Deputado Mário Lima.

O SR. MÁRIO LIMA — Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador José Fogaça, Srs. Senadores e Srs. Deputados: é muito boa a presença do Ministro Ozires Silva nesta Casa, S. Ex^a conhece a Petrobrás por ter sido seu Presidente e ser um homem muito interessado por esses assuntos. Não vou perguntar sobre os assuntos econômicos, porque muita gente já o fez e outros assim o farão. Vou pinçar uma frase do Ministro, quando S. Ex^a disse que o ganho de patrimônio de todas as companhias, particularmente de uma companhia com essas características da Petrobrás, é o seu pessoal, seus técnicos. Por exemplo, a Noruega contratou a Petrobrás para perfurar em águas profundas, a Noruega não deixaria a Europa para vir buscar tecnologia no Terceiro Mundo, se essa tecnologia não fosse boa e não tivesse preços competitivos.

Mas, vou pegar essa frase do Ministro e quero ressaltar uma declaração do ilustre Relator quando disse que esta CPI não foi constituída apenas para verificar se a Petrobrás estava vendendo gasolina e diesel abaixo ou acima do custo; é dar uma mexida na Petrobrás, abrir essa caixa preta, que ficou preta e fechada durante muitos anos para a sociedade e para o Parlamento brasileiro. O que nós queremos é isto, é a transparência da Petrobrás, cada um de nós é parte e co-responsável pelo êxito da Petrobrás.

Distribuí com os meus nobres Pares uma pasta com alguns documentos, que é parte de uma luta que venho tendo no sentido de que a Petrobrás coloque os seus recursos humanos num patamar de mais importância, o que é feito hoje por todas as grandes companhias estatais e privadas. Fala-se em eficiência, fala-se em a Petrobrás deixar de ser uma empresa com vícios, mas ela tem vícios congênitos.

Nesse documento há uma relação de empresas privadas, toças com diretorias vocacionadas para a gestão de recursos humanos.

A Embraer, que V. Ex^a criou com muito brilho e que tem prestado inestimáveis serviços ao País, está lá, uma pequena empresa de seis mil e poucos empregados, com um diretor de relações industriais. A Petrobrás não tem e não se cogita de criar.

Anexo esse documento, inclusive mostro no início que alguma coisa está errada. A Petrobrás num período de um ano, teve 4 greves. Em igual período, as indústrias de automóveis não tiveram, o pólo petroquímico não teve.

Em 1987, enderecei ao Presidente da República, o Presidente José Sarney, um documento onde faço essas ponderações, o documento é datado de 6 de maio de 1987 e eu concluo dizendo a ele que, em setembro, haverá nova negociação salarial e é de prever-se dificuldade.

O regime autoritário que se findou deixou marcas profundas no relacionamento da Petrobrás com seus trabalhadores e seus técnicos; veio a anistia e a Diretoria da Petrobrás se negou a cumprir a Lei de Anistia. A Petrobrás foi a única empresa que exigiu constituir uma subcomissão para aplicar a anistia. Alguma coisa a Petrobrás tinha que podia tanto. O senhor Presidente nunca foi a gabinete do Ministro das Minas e Energia buscar orientação, toda orientação a Petrobrás buscava no gabinete do Ministro-Chefe do SNI. Essa foi a grande distorção nos anos.

A partir de 1985 ela começa a se abrir, é nomeado o Presidente Hélio Beltrão e aí vem a grande sorte da Petrobrás e de seus trabalhadores; é nomeado o Ministro das Minas e Energia, um brasileiro que eu, pessoalmente, creio que grande parte deste País respeita e admira: Aureliano Chaves. Seis anos depois é que a Petrobrás cumpriu a anistia.

Ficou claro que houve descumprimento da lei, houve mentira por parte da Direção da empresa, os documentos eu os tenho e peço ao Presidente que convoque na próxima reunião interna da Comissão para que eu apresente essa documentação.

Houve prevaricação da Diretoria da Petrobrás em não cumprir a anistia. O Sr. Presidente de então afirmou que aquele grupo estaria no poder até 1991 e que grande parte dos anistiados morreriam e que não dariam mais trabalho à Petrobrás.

Felizmente, a partir de 1985, as coisas melhoraram e V. Ex^a, Ministro, teve uma passagem que marcou bem a Petrobrás, é pena que foi tão curta.

Outro fator que tumultuou a Petrobrás, nos últimos 5 anos, ela teve 5 presidentes e esse problema foi passando, mas agora não há mais como empurrar com a barriga. Ainda há 42 trabalhadores e aqui neste plenário estão 3: Silvestre Alves Bastos, admitido na Petrobrás em 1957, demitido em 1983, acusado de participar de uma greve. Ele estava operado, numa mesa de operação, com 26 anos de empresa, ferramenteiro, Antônio Carlos Palmeira Pinheiro, admitido na Petrobrás em 1960, demitido em 1983. Operador de transferência e estocagem, operário especializado, trabalhou todo o período da greve, foi demitido; Everaldo de Assunção Lopes, admitido em 1958, demitido em 1983. Operador de utilidades, estava afastado com atestado médico com 3 pontes de safena; eles aproveitaram e demitiram 18 companheiros que tinham problemas circulatórios. Mas, naquela época, eram atos institucionais, o então Presidente disse que enquanto ele fosse Presidente da Empresa, esses homens não voltariam.

Veio a nova Constituição, veio a anistia e esses homens continuam num calvário. Os

líderes da greve, os dirigentes do Sindicato na época voltaram à Empresa e esses operários não. Eu tinha certeza que se V. Ex^a continuasse mais tempo na Petrobrás, nós teríamos resolvido esse problema, porque tudo o que o V. Ex^a faz, tudo o que declara é no sentido de as empresas terem eficiência, na valorização de seus empregados e técnicos.

Eu daria só um exemplo: a Petrobrás perdeu no ano passado 8 engenheiros de produção, isso foi uma afirmação do atual chefe do Deper, Dr. Gilvan Cocero, por desmistificar essa história de que os trabalhadores da Petrobrás são marajás. O homem está aí e eu estou dizendo o nome, Dr. Gilvan Cocero do Amorim, Chefe do atual Departamento de Perfuração da Petrobrás, perdeu 8 engenheiros porque eles foram buscar salários maiores e não foram em grandes empresas de petróleo, eles se transferiram para pequenas empresas metalúrgicas do interior de São Paulo. Essa é uma maneira, também, de enfraquecer a Petrobrás.

Mas eu vou fazer pequenas considerações rápidas porque sei que outros companheiros precisam. V. Ex^a fez uma consideração interessante, de que nosso petróleo, os petróleos leves têm preço melhor no mercado internacional. O Brasil tem tanta sorte, o petróleo da Amazônia é leve, o petróleo do Recôncavo Baiano é pesado, mas até esse petróleo pesado tem alta cotação no mercado internacional porque é um petróleo com características especiais, é de base parafínica e com baixo teor de enxofre, ele é exportado para os Estados Unidos para calefação e a parafina que ele produz consegue satisfazer aos rígidos controles do governo americano, para ser aplicado em embalagens de alimentação. O Sr. vê como nosso produto é tão bom.

Uma outra consideração que o senhor fez e que acho importante: o problema da Petrobrás não poder gerir. O Governo precisa atrapalhar menos. Acho que não se pode ter ojeriza ao Estado. A Inglaterra, hoje, é uma das 6 economias mais importantes do mundo. Toda energia elétrica da Inglaterra é produzida e distribuída por empresas estatais e, nem por isso, a Inglaterra deixa de ser uma grande potência. Agora, lá, a administração da coisa pública é mais séria; lá, não se nomeiam diretores por apadrinhamento, incompetentes e, às vezes, até desonestos.

Nós não queremos transformar a Petrobrás numa casta fechada. Acho que é salutar oxigenar a Petrobrás. Agora mesmo, o Governo nomeou um novo Presidente da Petrobrás: uma pessoa jovem, cheia de dinamismo, e que causou uma boa impressão. Não vejo nada de errado. Vamos cobrar do homem apenas eficiência. Não vamos prejudicar ninguém, porque tivemos um caso semelhante na Petrobrás. Nos seus primórdios, nomearam um Presidente que não era do setor e, houve aquela admiração, aquela preocupação, o Coronel Janari. Esse homem, que era considerado pelos setores mais nacionalistas um presidente que iria desestabilizar a Petrobrás, foi, a meu juízo, um dos melhores presi-

dentos que a Petrobrás já teve. E foi recebido com muita desconfiança. Então, acho que, no mundo de hoje, esses preconceitos não levam a nada. Esperamos que o novo Presidente vista a camisa da Petrobrás que é a camisa do Brasil, porque, se der recurso e prestígio à Petrobrás nós, os trabalhadores e técnicos, vamos buscar a auto-suficiência, Sr. Ministro

V. Ex^a, nesse Ministério, irá prestigiar a empresa, corrigir as distorções. Mas o apelo que eu queria fazer a V. Ex^a é este — distribuí uma pasta, com esses documentos, e não vou poder ler todos: No País, há o hábito de criticar por criticar e nós não fazemos esse tipo de ação; nós criticamos visando construir e, sempre que possível, sugerindo. Quanto a melhor maneira de dirigir as estatais, fizemos um projeto de lei, que não consideramos seja perfeito e acabado, mas que é uma sugestão concreta, baseada na nossa experiência de 32 anos de empregado da Petrobrás

Quanto ao problema de modernizar a Gerência de Recursos Humanos na Petrobrás, fizemos um documento ao Presidente Sarney e fizemos um segundo documento, datado agora de janeiro deste ano, onde começam estranhando que, em um ano, a Petrobrás tenha tido 4 greves. O pólo petroquímico não teve, a indústria automobilística não teve. Alguma coisa está errada e nós admitimos que isso seja pela colocação, na hierarquia da empresa, da Gerência de Recurso Humanos.

Essa greve de janeiro, Ministro — do mesmo jeito que V. Ex^a, ao começar a sua declaração, jurou dizer a verdade, eu sei que eu estou dizendo aqui coisas, pelas quais, eu sou inteiramente responsável —, essa greve só aconteceu por falta de mecanismos mais eficientes por parte da Direção da Petrobrás. Os sindicatos, em novembro de 1989, fariam um acordo em bases menores do que a que foi feita depois de 7 dias de greve, com a decisão do Tribunal. Os sindicatos fariam os acordos com percentual bem menor. Houve a greve; o Tribunal decidiu e a empresa fez um acordo baseado no percentual de 32%.

Eu queria mostrar a V. Ex^a o interesse que os trabalhadores e os dirigentes sindicais da Petrobrás têm para com as coisas da empresa. Estão aqui e sempre estiveram, e, todas as nossas reuniões, o Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Petróleo, o Sr. Luís Fernando Mayer; o Secretário-Geral da mesma Federação, o Sr. Mário Valcaldas; e o Secretário do Sindicatos dos Petroleiros da Bahia. Eles são parceiros da Petrobrás. O que eles querem é isto: um ambiente de trabalho, onde haja menos injustiças, onde haja mais compreensão.

É, para concluir, eu queria fazer uma única pergunta a V. Ex^a eu tenho lido, na imprensa, as notícias mais desencontradas sobre a extinção da Interbrás. Eu, pessoalmente, não concordo com a maneira com que a empresa foi extinta. Parece-me que não foi a melhor maneira. Uma empresa que não dava prejuízo, uma empresa que não recebia subsídios de nenhuma natureza do Orçamento da União, abriu mercados importantíssimos pa-

ra os produtos brasileiros e ser extinta assim? ... Os que não são contra a extinção não têm que explicar nada. O Governo é que deveria explicar ao Congresso Nacional, porque o Governo mandou uma medida simplista, apenas extinguindo. Acho que esta Casa merecia, pelo menos, argumentos mais substanciais, o porquê da extinção. E, lamentavelmente, começam a surgir os murmúrios; e o Governo, quanto mais deixar transparente as suas atitudes, mais ele vai merecer, e nós desejamos que o Governo mereçam a credibilidade e o apoio do povo. Mas há murmúrios de que há muita gente da Cotia que faz parte da assessoria da Ministra da Economia e que isso vai trazer benefícios, a Interbrás vai deixar alguns mercados e alguns negócios em favor da Cotia.

Se o senhor tiver elementos, por não ser da sua área específica — a Interbrás é da sua área, mas quanto ao Ministério da Economia, sei que o sr. não pode responder por ele — mas se o senhor tiver alguma coisa a nos dizer, para nos esclarecer, eu gostaria. É minha única pergunta. E o apelo final: Que o senhor recomende ao Presidente da Interbrás, que envide esforços para tirar essas pedras do caminho que impedem um melhor entendimento entre os trabalhadores da Petrobrás, entre a sua Direção e os seus órgãos de representação. Era isso o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Com a palavra o Ministro Ozires Silva.

O SR. MINISTRO OZIRES SILVA — Vou tentar abreviar um pouco a resposta ao grande número de perguntas, mas queria dizer sobre a questão de recursos humanos, que eu próprio criei, na Petrobrás, dois serviços: dividi o antigo serviço de pessoal da Petrobrás, o SEPS, que o senhor conheceu; dividi o serviço de relações industriais; o serviço de desenvolvimento de recursos humanos — o SETS. Infelizmente, como V. Ex.^a próprio disse, Deputado Mário Lima, não tive tempo de implementar essas modificações, porque, na realidade, recursos humanos, eu considero o item fundamental de qualquer empresa, como nós brasileiros agora, em particular, nós do Governo, consideramos o cidadão brasileiro como o maior recurso natural que este País possa ter. De modo que um esforço nessa área, tanto na formação, no treinamento desse pessoal, na preparação para a execução eficiente de suas tarefas é fundamental.

Quanto ao problema dos anistiados, isso nós já discutimos por bastante tempo, vou perguntar à companhia em que pé está esta situação apenas para dar uma resposta a V. Ex.^a

Quanto ao Governo atrapalhar menos, não poderia concordar mais. Quer dizer, acho que o Governo é um grande atrapalhador não só da Petrobrás, mas do País de um modo geral. Acho que nós temos tido muito governo e poucas ações. De modo que o meu desejo particular é poder contribuir naquilo que seja possível para o Governo se tornar menor, menos potente e, sobretudo, servir mais

ao cidadão e se servir menos do cidadão, e que nós possamos, efetivamente, ter um governo que se encolha e que a criatividade, a inovação, a liberdade de criar possa prosperar neste País, pois sentimos uma falta enorme disto.

Quanto a indicação do Presidente Mota Veiga, nós colocamos a S. Ex.^a um objetivo, exatamente dentro da linha que colocou o nobre Deputado, de fazer com que a companhia seja mais eficiente, que cresça e que responda muito mais para com os objetivos do País e muito menos para com os seus objetivos próprios. É bem verdade que as teses corporativistas, que têm prosperado na empresa, ao longo desses anos todos, têm prejudicado a companhia, prejudicado enormemente, porque obscureceu uma imagem que poderia ser de uma aliada do desenvolvimento brasileiro que a Petrobrás pode e tem o direito de desfrutar.

É necessário que nós possamos ter uma companhia servindo ao País e servindo aos propósitos do seu próprio mercado, e se ela se voltar para o seu mercado, para o consumidor, para o cidadão brasileiro, ela pode modificar essa postura. É necessário, portanto, que haja compreensão e uma modificação de atitude dos próprios empregados da Petrobrás, que eles abandonem essas teses corporativistas de privilégios, que eles tentem conservar ao longo do tempo, que não cabem mais na sociedade moderna brasileira pluralista, livre, estabelecida pela própria Constituição de 1988.

Quanto ao acordo dos sindicatos, concordo integralmente com o Deputado Mário Lima e, em particular, com esse episódio que a Petrobrás, numa negociação, poderia ter resolvido o problema sem ter que obedecer uma decisão mais cara do Tribunal. Mas, simplesmente, a administração direta não deu autoridade à companhia para decidir e é exatamente este o aspecto com o que me bato. Se nós temos a confiança de entregar um patrimônio do tamanho da Petrobrás a uma diretoria, nós devemos ter a mesma confiança para dar a essa direção a autonomia necessária para gerir um dos itens mais fundamentais da companhia, que são os seus recursos humanos.

Quanto à extinção da Interbrás, V. Ex.^a mencionou que ela desenvolveu mercados, que criou uma série de coisas, e que é uma companhia lucrativa. Tudo isso é verdade, mas quem desenvolveu esse mercado e criou a lucratividade da Interbrás foi a Petrobrás, proporcionando-lhe uma guarda-chuva protetora durante todos esses anos. Todos os negócios alavancados pela Interbrás, diretamente, foram negócios de prejuízo, de modo que o próprio Presidente Sant'Anna — era Diretor Comercial na minha época —, muitas e muitas vezes, entrou no meu gabinete, dizendo que não agüentava mais os custos da Interbrás, que ele próprio achava que nós devíamos dar cada vez mais monopólios e mais privilégios para que ela pudesse fazer negociação internacional, para que ela pu-

desse se rentabilizar e manter, na época, os seus 1.800 empregados.

Hoje ela tem menos, o próprio Diretor Sant'Anna, quando era Presidente da Petrobrás, se incumbiu de reduzir um pouco o quadro. Mas, mesmo agora, nessa fase da extinção, a Interbrás ainda é a maior trading da América Latina, superando, inclusive, empresas japonesas, em número de pessoas, com muito maior faturamento do que a própria empresa.

O SR. BOCAUYVA CUNHA — Sr. Presidente, pela ordem. Eu pediria permissão ao Ministro e tenho certeza de que não se oporá, pelo menos tenho essa esperança.

Neste momento em que V. Ex.^a faz referência à posição do então Presidente Carlos Sant'Anna, eu gostaria de lhe perguntar, pois há uma contradição muito grande entre o que V. Ex.^a está dizendo e um ofício cuja cópia eu recebi da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, de um telex do Presidente Carlos Sant'Anna, em 20 de março de 1990 absolutamente em termos mais rigorosos no sentido da manutenção da Interbrás, que é uma coisa fundamental para a Petrobrás. Está aqui o documento.

O SR. MINISTRO OZIRES SILVA — Exatamente, Deputado Bocayuva Cunha, precisamente isso, ou seja, é essa contradição que estou passando exatamente aos Sr. Parlamentares agora. Porque o então Presidente da Interbrás, Presidente Carlos Sant'Anna, quando era o meu Diretor Comercial, trazia essas informações para o meu gabinete. E essa contradição é a que trago aos Srs. Parlamentares, ele exatamente falou isso, claramente, e muito mais do que isso que ele escreveu, ele disse no seu discurso de transmissão de cargo, para o Presidente Mota Veiga e disse isso de forma veemente e emocionada: "Salvem a Interbrás".

De modo que essa contradição é que estou trazendo para V. Ex.^a Agradeço, inclusive, a sua colocação, porque é a absoluta realidade. Mas, o que é realidade também é que quando ele era Presidente da Interbrás se cansava de proporcionar negócios favorecidos.

A Petrobrás tem monopólio de exportação de petroquímico; nenhuma outra empresa pode fazer as exportações para poder salvar os seus fluxos de caixa que, aparentemente, são lucrativos, como foi dito pelo próprio Deputado Mário Lima.

Portanto, a extinção da Interbrás, na realidade, ela agrega uma rentabilidade ao próprio sistema da Petrobrás que pode, perfeitamente, ser repassado ao consumidor brasileiro, em termos de redução de preços. Infelizmente, nas taxas de inflação em que vivíamos — e esperamos que não vivamos mais para no futuro — não se sente essa redução de custos. Mas, de qualquer maneira, a extinção da Interbrás é algo que consulta aos interesses do consumidor brasileiro, entendo eu.

Finalmente, esta última observação de recomendar ao Presidente da Petrobrás, na sua infra-estrutura, num diálogo com os empre-

gados da companhia — isso foi uma recomendação pessoal que fiz ao Presidente da Petrobrás —, repetindo exatamente o que já disse aos Srs. parlamentares: “Qual o maior patrimônio de qualquer organização? São os seus recursos humanos preparados, competentes, entusiasmados, motivados”. Estes são efetivamente os grandes elementos essenciais.

Numa conversa que tive, recentemente, com o Presidente da IBM Internacional, nos Estados Unidos, perguntei a ele qual era o fator mais importante que a IBM considerava. Ele, sem titubear, falou: “Nossos empregados”. Aí lembrei-me dessa assertiva dos americanos que diz “que o cliente sempre tem razão”.

Tudo bem! Mas, os clientes? “Importantes” — disse ele — “mas vêm em segundo lugar!” E isso faz com que a IBM seja uma grande companhia competitiva, que nos obriga até a promulgar uma Lei de Informática para tentar detê-la. Porque ela, realmente, é uma companhia eficiente, paga bons salários e vende computadores por preços mais baixos do que os seus salários que pagamos às pessoas que fabricam computadores, neste país.

De modo que tenho a mais profunda convicção de que para o país o melhor patrimônio é o cidadão brasileiro, e para a Petrobrás ou para qualquer organização o maior patrimônio são seus recursos humanos, que têm de ser protegidos, amparados, motivados, entusiasmados e treinados, para que possam dar o melhor rendimento, na execução dos seus trabalhos. Muito obrigado.

O SR. MÁRIO LIMA — Vou concluir. Eu pediria só permissão para lembrar ao ilustre Ministro que lesse, com carinho, dois documentos que estão nessa pasta que dei a V. Ex.^a O último é o recorte de um jornal onde a Petrobrás, através da sua Diretoria, publica um anúncio contra os seus empregados. O relacionamento é tão conflituoso, que a empresa procura jogar os seus empregados contra a opinião pública. E a mentira é flagrante!

No corpo da matéria, ela diz que o Ajudante Administrativo recebe, atualmente, 225 mil cruzeiros — isso foi publicado em 1982. E na hora em que ela relaciona, tentando jogar o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Extração de Petróleo da Bahia, ele é Ajudante Administrativo e declara que o salário dele é de 199 mil cruzeiros. A mentira tem perna curta

Para V. Ex.^a ver como é conflituosa — como foi e ainda é a relação da empresa. E há um documento, este é de minha autoria: “A Vitória do Diálogo”. Quando assumi a Presidência do Sindicato, endereci este documento ao então Chefe de Pessoal da Petrobrás, o conhecido Cel. Darcy Duarte de Siqueira, que foi do DASP. Os funcionários públicos fizeram uma festa aqui, quando ele foi afastado — de felicidade.

Lamentavelmente, foi um diálogo de um surdo e mudo. O surdo era ele e ele queria que eu fosse o mudo. Esse foi o ofício número um da minha gestão. Propunha que as coisas

fossem resolvidas através do diálogo, e há 6 anos que espero isto.

Chamaria a sua atenção, Ministro, porque sei que V. Ex.^a é um homem sensível. Vamos, tentar, definitivamente, resolver essa pendência de estabelecer, na empresa, um clima de trabalho e produtividade. Estou com V. Ex.^a Sem produtividade, no mundo de hoje, é sonho. Nenhuma nação vai ser grande se os seus filhos não trabalharem muito e produzirem.

Agora, é preciso que haja justiça. E conto com V. Ex.^a para isso

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Antes de passar a palavra ao Deputado Luiz Alberto Rodrigues, gostaria de registrar, aqui, a presença, do Deputado Nelson Sabrá, que representa, nesta Comissão, o nobre Líder do Governo, Deputado Renan Calheiros.

Com a palavra o Deputado Luiz Alberto Rodrigues.

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES — Sr. Presidente, Deputado José Tinoco; Sr. Relator, Senador José Fogaça; ilustre deponente, Ministro Ozires Silva; Secretário Nacional de Energia, Dr. Luiz Osvaldo Aranha; Sr.^e e Srs., tenho, apenas, quatro perguntas muito simples e diretas para serem feitas ao Sr. Ministro. Eu queria começar pelo objetivo da Comissão. Esta Comissão foi feita, evidentemente, no Governo anterior, para apurar a grave crise financeira pela qual passava a Petrobrás.

Chegamos à conclusão, depois de vários depoimentos, que se devia a prazos concedidos, por exemplo, num regime inflacionário, da Petrobrás às distribuidoras, a questão da conta álcool, a questão dos débitos das estatais, a questão do subsídio da nafta, o setor petroquímico, enfim, alguma coisa que levava a um prejuízo diário imenso, da Petrobrás. Mas, essa crise estava estibada — segundo apurado por esta Comissão — pelo fato de a empresa ser obrigada a vender a 13,5 dólares médios, no mercado, o barril de petróleo e derivados, quando adquiria esse barril a 18,5 dólares.

Pergunto: Ministro, com a mudança de Governo, com o novo Plano Econômico e implementação, essa questão da crise financeira foi superada? Foi superada a questão da crise, do déficit?

O SR. MINISTRO OZIRES SILVA — Não, ainda não Deputado, porque, como V. Ex.^a sabe, o Plano Econômico prevê prefixações a cargo do Ministério da Economia. Mas, tenho a promessa pública do Presidente Collor que, tão logo seja possível, quando sairmos desse patamar de uma inflação extremamente alta, é que nós vamos passar para a política de prevalência das forças de mercado. E quando isso ocorrer, efetivamente, tudo deverá ser corrigido. Não podemos dizer que a Petrobrás vai praticar preços de mercado, porque a associação de monopólio e liberdade de fixação de preços, é qualquer coisa de intolerável aos olhos da sociedade. Desse modo, os preços da Petrobrás continuarão

a ser controlados pelo Governo. Mas quero, tão cedo quanto possível, retirar o controle dos preços do Ministério da Economia, onde não é o lugar próprio para ser tratado; deve ser tratado a nível técnico e operacional pelo Ministério de Infra-Estrutura, para que os custos de produção sejam efetivamente remunerados. Isso é o que foi instituído pelo Governo da Nova República, de fazer com que os preços fossem fixados sob variáveis do controle de inflação e isso conduziu a esta situação que estamos hoje: o sistema siderúrgico brasileiro quebrado; a Eletrobrás sem capacidade de investir; a telefonia não funcionando; a Petrobrás, um baluarte do sistema petrolífero — aliás dizem, até, que o Nelson Rockefeller disse que o segundo melhor negócio do mundo é petróleo mal administrado — e nós estamos conseguindo, inclusive, quebrar a própria Petrobrás, um negócio altamente lucrativo no mundo todo. De modo que mostra que isto não tem funcionado. Mas, ainda não pode ser resolvido pelas limitações impostas à economia pelo Plano Cruzado. Mas existe uma determinação de, tão cedo quanto possível, nós aplicarmos a solução.

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES — Muito bem, se entendi bem, Sr. Presidente, a crise financeira da Petrobrás permanece, mesmo com a questão do novo Plano Econômico, mesmo com a questão de termos o dólar livre, de termos uma inflação em queda e não mais em alta, prevalece a crise financeira na Petrobrás. Ela é uma empresa ainda com déficit no seu fluxo de caixa, isso não foi estancado.

O SR. MINISTRO OZIRES SILVA — Há um aspecto, Deputado, que se torna um pouco difícil responder, agora, mas vamos colocar: os preços dos combustíveis brasileiros, hoje, em média, se colarmos esse preço, vamos supor que esteja no patamar dos 13 dólares o balanceamento médio e esse balanceamento médio, na realidade, tem algo de ficção porque nós estamos ainda sob os efeitos de uma inflação relativamente alta. Fizemos alguns modelos e alguma simulação a nível de computador e algo nos indica que, num ambiente de inflação baixa, muito provavelmente a remuneração da Petrobrás vai ser melhor, em consequência, exatamente, dos pontos que V. Ex.^a coloca na sua questão. Por exemplo, se a inflação é de 50, 60% ao mês, 30 dias para efetuar o pagamento significa um recebimento de moeda da Petrobrás 70% inferior. Se o clima de inflação for reduzido, o sistema de comercialização pode até estar dando uma remuneração adequada à Petrobrás. Mas fizemos isso a nível de simulação, e tudo indica que nós teremos uma possibilidade de recuperação da receita da Companhia sem, efetivamente, pressionarmos demasiadamente os preços. Queremos ver se essa simulação é correspondida pelo fato prático.

Por isso, estamos, neste momento, respeitando não só por uma questão legal os parâmetros do Plano Econômico, mas, também,

não poderíamos ter uma visão muito concreta num ambiente de inflação ainda relativamente alta. Mas, de qualquer forma, a preocupação existe, a pergunta de V. Ex^a é bem formulada e nós estamos muito atentos para isto.

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES — Sr. Presidente, a minha segunda pergunta vai no sentido de se o Ministério, o Governo não estaria perdendo, agora, uma excepcional oportunidade de fazer a reestruturação dos preços relativos aos combustíveis? Sabemos que o álcool tem um preço considerado defasado, sabemos que o diesel está a 48% da gasolina, quando o normal ou o que seria bom para o País seria até em torno de 60 a 75%. Quer dizer, o diesel está subsidiado, o que leva, evidentemente, à proliferação dos veículos de luxo com o motor a diesel, para ter uma relação quilômetro/litro altamente favorável. O gás liquefeito de petróleo, sabemos que está defasado, a nafta está defasada. O Governo não está perdendo uma excelente oportunidade de fazer, realmente, no início do Plano Econômico, esses reajustes necessários?

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — É possível, Deputado, mas o desejo nosso é dar, agora, a maior colaboração possível a essa queda da inflação. Temos discutido isso a nível macroeconômico com o Ministério da Economia, e estamos convictos de que, com a queda da inflação, pode ser que essa remuneração, essas correções não sejam fundamentalmente necessárias.

Existem distorções — como V. Ex^a coloca —, por exemplo, só para dar um dado aqui que foi preparado pela Olade, portanto, é um dado externo: preços internos aos consumidores, baseado em fevereiro de 1990. Veja V. Ex^a, por exemplo, aqui no gás liquefeito de petróleo. Estamos vendendo, em dólar, a 8 centavos o quilo. O valor médio, no Continente, é da ordem de 45 centavos de dólar o quilo, o que significa um subsídio brutal. Podemos até pinçar alguns países, e o que mais cobra pelo gás liquefeito, aqui, é Granada, com 91 centavos. O que mostra que o gás liquefeito de petróleo está absolutamente defasado.

Na área do diesel. Aqui, pelo mesmo dado, está a 37 centavos de dólar o galão, quando por exemplo, o México, que é um país produtor, está a 66 centavos. O México, que é um dos grandes produtores de petróleo, está cobrando o diesel ao dobro do preço do brasileiro.

De modo que esse tipo de correção tem que ser feito, mas nós temos que levar em consideração, por exemplo, que o diesel hoje está com um consumo da ordem de 420 mil barris/diários, e a nossa carga, também por deformações do nosso sistema de transporte, roda fundamentalmente sobre pneus; por outro lado, prejudica também as nossas estradas que estão hoje em estado de conservação bastante ruim.

Vemos, então, o dano que causou esse controle dos preços pelo Ministério da Econo-

mia, sob a ótica da inflação. Temos que colocar isso sob uma ótica técnica, de modo que possamos recuperar isso progressivamente. Mas uma correção atual, nós teríamos um fator de realimentação, nesse processo de redução de inflação, que é essencial, inclusive, para a própria rentabilidade da Petrobrás. Nós poderíamos colocar um aquecimento ou um crescimento das taxas inflacionárias, que não seriam nada adequadas agora. Porque, temos convicção de que com taxa baixa pode ser que haja remuneração, à exceção do diesel, do gás liquefeito de petróleo, eliminando como estamos o subsídio da nafta, que não tem sentido algum; eliminando o subsídio do álcool, para álcool-química, que também não tem capacidade de competir de forma alguma; eliminando esses subsídios, poderemos ter uma realidade de preços não muito distante daquilo que é praticado, hoje, perante o consumidor.

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES — Sr. Presidente, a terceira pergunta. Eu queria voltar à questão do Proálcool pelo seguinte: temos depoimentos públicos assinados, por exemplo, pelo físico Rogério Cerqueira Leite, que acusa a Petrobrás de ter inviabilizado o Proálcool, de ter quebrado quase duas dezenas de destilarias.

Tivemos, aqui nesta Comissão, o depoimento do Sr. Camilo Penna, que, com seus argumentos, praticamente convenceu a Comissão da viabilidade econômica do Proálcool, e temos depoimentos públicos de pessoas, como o Sr. Amaral Gurgel, que acham que o Proálcool é o próprio demônio. Eu mesmo vi o Ministro Ozires Silva dizer, na televisão, que o Proálcool podia acabar, antes, parece-me, de assumir o cargo.

Eu queria saber: temos 5 milhões de carros, 4 milhões e meio, da frota mais moderna do País, de carros a álcool. Um dos vexames no Brasil, hoje, é exatamente a fila do álcool. A gente podia dizer: compre o seu carro a álcool e vá direto para a fila do posto, que é mais ou menos o que está acontecendo hoje.

Pergunto: Ministro, a curto prazo, o que vai ser feito, o que está sendo feito nesta questão do Proálcool? O Ministro mantém aquela opinião de que o Proálcool precisa acabar — se bem entendi — numa entrevista dada à televisão?

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — Eu queria esclarecer a minha posição. Eu não disse que o Proálcool vai acabar, ao contrário, pedi a todas as entidades que fizessem uma análise. O que aconteceu, que V. Ex^a viu na televisão, foi que quando fizeram a pergunta sobre a possibilidade de o álcool poder acabar, foi exatamente o momento em que a televisão colocou no ar, mas não colocou no ar quando eu disse que tinha alternativas para o álcool continuar.

De modo que me mantive na posição de independência, à espera que estou dos estudos técnicos que estão sendo realizados, com todas as entidades participando.

Não sei se V. Ex^a também percebeu, se acompanhou, mas logo que fui designado pa-

ra Ministro, no começo da semana, a imprensa decidiu que eu era a favor do álcool e, no fim da semana, mudou de idéia e passei a ser contra o álcool; é porque coloquei em posição nivelada as duas posições e, evidentemente, cada um escolheu a opção que melhor conviesse.

Quanto aos respeitáveis depoimentos de Rogério Cerqueira Leite, aliás meu amigo pessoal, de Camilo Penna e de Amaral Gurgel, conheço todos bem e conheço bastante a opinião deles. Eu queria dizer apenas que o Proálcool tem características difíceis, nas atuais circunstâncias, como mencionei. A 18 dólares o preço do petróleo é muito difícil que o álcool possa ser produzido ao preço correspondente da gasolina, que pode ser destilada a partir de um petróleo a esse preço.

De modo que o grande problema do Proálcool, agora, é se conseguir um sistema que emunere convenientemente o produtor, de modo que ele se sinta estimulado a produzir. É este o equacionamento que temos que fazer para resolver o problema do Proálcool.

O problema de curto prazo, temo dizer que é difícil. Não temos produto; não temos cana. Como disse, anteriormente, a produção de álcool está limitada pela produção de cana desde 1987, enquanto o consumo sobe. Então, temos uma redução da oferta do produto, o que leva à situação atual.

Todos conhecem o que estamos praticando agora, importando o metanol, fazendo até uma espécie de soma de medidas contraditórias; quer dizer, colocamos álcool na gasolina e gasolina no álcool. Tudo isso estamos passando para tentar vencer a crise. Mas, basicamente uma coisa temos que colocar em mente: temos que ter um combustível especificado e estável para o automóvel. Não é possível termos uma miríade de produtos que são oferecidos hoje: 12% de álcool, 30% de metanol, 5% de gasolina; af, troca, passa a gasolina com álcool e metanol; gasolina sem álcool com metanol; gasolina prêmio. Isso não pode acontecer. V. Ex^a podem imaginar o que pode acontecer ao jovem engenheiro, quando o presidente da fábrica chega a ele e diz: projete um motor para equipar os novos automóveis brasileiros em 1995. A primeira pergunta que ele fará ao presidente é: para qual combustível?

E sabemos que no momento em que discutimos o problema de poluição, controle de emissões, a pior forma de controlar as emissões é justamente fornecer o combustível inadequado ao produto. Hoje, discute-se que o álcool polui, mas não se presta atenção da combustão incompleta e dos problemas de emissões que ocorrem por não termos um combustível especificado para os automóveis brasileiros. Talvez a poluição provocada por esse "samba do crioulo doído" — vamos dizer assim, se me permitem a expressão — do número de combustíveis que se oferece ao mercado, hoje, esteja causando piores condições às emissões do que efetivamente a eventual adição do metanol ou outra coisa qualquer que o pessoal interessado nessa área

de meio ambiente possa levantar como premissa.

De modo que nosso esforço é no sentido de resolver o problema do álcool em respeito a esses quatro milhões e cem mil utilizadores de veículos a álcool; resolver o problema em curto prazo e trabalhar duro para que tenhamos um combustível especificado, estável, claro, para que possamos ter automóveis eficientes.

Muitos dos Srs. podem reclamar que o carro faz 3, 4, 5 quilômetros por litro de combustível, faz pouca quilometragem, porque o combustível não é o especificado pelo projeto básico do automóvel.

De modo que o esforço tem que ser solucionar o problema de curto prazo e, posteriormente, parar com essa história de ficar colocando tudo quanto é tipo de combustível e achando que o automóvel pode engolir praticamente tudo que se oferece a ele na boca do posto, o que absolutamente não é possível.

O SR. LUÍS ALBERTO RODRIGUES — Sr. Presidente, antes de fazer a última pergunta, eu queria lembrar, aqui, que a manifestação do Ministro, agora, traz uma certa tranquilidade a todos nós proprietários de carros a álcool, adjs milhões de brasileiros que, além de estarem na fila, de certa maneira estão preocupados com a extinção do Proálcool. Talvez se o Governo começasse, por exemplo, a determinar a paralisação da fabricação de carros a álcool já fosse uma medida no sentido de minorar o problema. Porque é incrível, estamos com a crise há quase um ano e os carros a álcool estão sendo despejados no mercado para um combustível que não existe.

A minha última pergunta — e quero, de antemão, agradecer as respostas, dizer que a presença do Ministro no Ministério da Infra-estrutura traz realmente ares de modernidade à economia, à administração do setor no Brasil — mas eu queria fazer uma pergunta em dois tempos.

A primeira pergunta é a seguinte: a respeito da questão do CNP, da questão do consumidor, do excesso de normatização que existe, do cartório que virou o Conselho Nacional de Petróleo. Eu queria fazer esta primeira pergunta, para que o Ministro pudesse dizer, por exemplo, da possibilidade da liberação dos preços, manifestação do próprio Ministro, que acompanhei pela imprensa, para que S. Ex.^a pudesse explicar um pouco à Comissão esta questão.

A outra pergunta se refere à afirmação mais importante que foi feita nesta Comissão, no meu entendimento, pelo Senador Roberto Campos, em uma reunião, ainda no ano passado, em que S. Ex.^a disse, se bem entendi, que empresas no Mar do Norte extraem o barril de petróleo a cerca de 7 dólares, com custos maiores, pagando royalties maiores, coisa desse tipo. E que a Petrobrás extrai o barril de petróleo a 16,5 dólares, e S. Ex.^a fez uma afirmação de que se isso fosse verdade estaríamos diante de uma terrível ineficiência. Eu queria que o Ministro nos esclare-

cesse a respeito dessa afirmação, que acho muitíssimo importante.

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — Sobre a paralisação da fabricação — permito-me voltar a uma colocação anterior, Sr. Deputado — não acredito na competência do Governo em interferir no mercado. Portanto, as forças de mercado é que devem decidir isso. Não tomaria nenhuma iniciativa nessa paralisação. O que temos que lutar, isto sim, é para ter uma oferta de combustível em que o comprador escolha o combustível que deseja, ou o veículo que deseja com absoluta liberdade e tendo a garantia de que vai ter a oferta do produto. É esse o nosso trabalho.

Quanto à paralisação compulsória, fixada pelo Governo, acho que se fizer isso não conseguirá fazê-lo com competência, porque o Governo tem demonstrado, ao longo dos anos, que não tem competência de gerir um país pluralista, de uma multiplicidade de oportunidades como é o Brasil. Qualquer medida linear — e vivemos o Plano Cruzado I, o Plano Cruzado II, o Plano Bresser, o Plano Verão, estamos agora com um plano econômico — vemos que ela é uma violência contra a sociedade. De modo que o Brasil não é um país linear, é um país moderno que quer crescer e devemos deixá-lo crescer.

Sobre o CNP, agradeço a pergunta, porque estou empenhado pessoalmente em desmontar esse sistema cartorial. Quero ter o prazer de revogar uma série de medidas que estão a nível de resolução do CNP.

Fiquei surpreendido, agora, em fevereiro, quando o CNP soltou uma sobre o gás liquefeito de petróleo em que fiquei pasmado! Não sei se os Srs. ficaram, mas tem 6 páginas inteiras no *Diário Oficial*. Deve ser um primor — não consegui ler —, deve ser um primor de regulamentação em cima do consumidor.

Finalmente, a colocação atribuída ao nobre Senador Roberto Campos.

O SR. LUÍS ALBERTO RODRIGUES — A questão da liberação dos combustíveis ao consumidor.

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — Imaginamos que o sistema de comercialização brasileiro — imaginamos não, temos a constatação e o diagnóstico — é um sistema de distribuição extremamente caro. A gasolina, em particular, contribui para a formação de um fundo chamado Frete de Unificação de Preço — FUP — e isso paga o transporte do combustível no País inteiro, no processo de equalização, para que um consumidor no Acre, no Amazonas tenha o mesmo preço do de São Paulo, ou Rio de Janeiro, que são áreas de refino. Isso é pago por essa FUP, que recebe contribuição, fundamentalmente, da gasolina. Ocorre que, em consequência disso, temos o combustível turístico no Brasil, o combustível passeio no Brasil para gáudio dos transportadores, de modo que tem muito transportador que pega combustível no Nordeste e traz para São Paulo, pega combustível de São Paulo e traz para Brasília e depois leva de Brasília para São Paulo de novo.

Fizemos alguns levantamentos curiosos: muitas vezes o transporte dentro da cidade é mais caro do que o transporte a longa distância, indicando que o custo do transporte é mais uma proporção do volume do que, efetivamente da distância a ser percorrida, o que é uma incoerência extremamente grave!

Imaginamos que poderíamos fazer uma gerência competente disso; a gerência competente tem custo. Então partimos para o outro lado, tentar liberalizar, modificar o sistema de comercialização, ao invés de fixar o preço da Petrobrás na refinaria, fixar o preço da Petrobrás nas bases de distribuição. A Petrobrás teria o maior cuidado de ter o custo de transporte o mais baixo possível para essas bases, a fim de ter a sua remuneração correta. Uma vez passando a interface da Petrobrás para as distribuidoras, a livre competição fará com que cada distribuidor possa chegar ao frentista ao melhor preço. É claro que haverá modificações, em um sistema dessa natureza, se adotado, de preços entre uma rede e outra, entre um posto de gasolina e outro mas, de qualquer maneira, estamos convencidos que mesmo com essas modificações o preço do combustível será mais barato do que o preço que se pratica, hoje, no mercado.

Estamos transferindo para o consumidor o melhor benefício e reduzindo substancialmente essa pressão sobre o Frete de Unificação de Preços que é extremamente elevado, é uma quantia palpável, que é subtraída do consumidor e queremos transferir isso como resultado melhor para o cidadão brasileiro.

É por isso que mencionei a necessidade de uma regulamentação do art. 238 da Constituição; inclusive circula na Casa um Projeto de Lei do Senador Jorge Bornhausen a respeito do assunto, mas ele precisaria de uma modificação: não atribuir ao extinto CNP — não é mais CNP, hoje é Departamento de Combustíveis Lubrificantes e Gás Natural do Ministério da Infra-Estrutura — poder de fixar preço. Quer dizer desculpe a redundância — o poder de poder fixar o preço e não fixá-lo necessariamente, deixar isso como mais uma condição de mercado e deixar ao Governo somente o poder de intervir no caso de prática cartelizada ou práticas de oligopólios ou monopólios — coisas dessa natureza.

Já falei com o Senador Jorge Bornhausen, que acatou as nossas sugestões e, muito proximo, a Câmara dos Deputados, em particular, poderá votar esse projeto de lei, uma vez que já foi aprovado no Senado e está agora à consideração da Casa.

Gostaria de pedir aos Srs. Deputados um apoio nesse sentido, para que aprovando esse sistema de comercialização, possamos, mais uma vez, caminhar na direção do consumidor que nos parece algo essencial.

Quanto à colocação do Senador Roberto Campos, sobre o valor do preço do petróleo, V. Ex.^a me permite, Senador, fazer a resposta em observação a V. Ex.^a?

O SR. ROBERTO CAMPOS — (Inaudível...) e Carlos Santana, que aliás, entre si

divergem na estimativa do custo de extração de petróleo, na Bacia de Campos.

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — Quanto a divergência do custo do petróleo, numa referência, o custo está sendo formado por cruzado e a referência é em dólar, numa inflação como vivíamos até pouco tempo, acho que todos vamos convir que qualquer divergência de um, dois ou três dólares facilmente será atingido. Basta escolher valores de dólares diferentes, em épocas diferentes, e vamos verificar que torna-se muito difícil comparar.

Mas os dados que tenho indicam que o custo de extração, quer dizer, o custo do petróleo colocado à disposição da refinaria da Petrobrás é em torno de cinco a seis dólares e o valor do preço colocado para a Petrobrás. Essa variação de cinco a seis dólares, para dezesseis dólares, é devida a colocação, em cima disso, dos custos de investimentos da companhia — presumo que seja essa a colocação.

Se dividirmos quanto a Petrobrás precisa investir, em média, por ano, para manter a produção e ampliar a sua produção, vamos chegar a cifras em torno de 3,5 bilhões de dólares por ano. Computando-se a produção diária, que é da ordem de 600 mil barris, vamos verificar que isso requer onerar cada barril de petróleo em torno de 11 dólares, para que possa fazer frente aos custos de investimento para acréscimo da produção.

De modo que o preço de venda do petróleo abrigando esta margem de investimento — que nos parece essencial porque, do contrário, a Petrobrás não poderia continuar reinvestindo para produzir —, mostra a diferença básica entre o preço do petróleo, colocado como custo de produção, no Mar do Norte e aqui. Estaríamos comparando duas coisas diferentes. O preço de venda do petróleo no Mar do Norte é de 18 dólares, abrigando também esse investimento. Portanto, temos que comparar o preço de venda do petróleo no Mar do Norte com o preço de venda da Petrobrás no mercado interno. A Petrobrás tem um preço de venda no mercado interno brasileiro, em termos de formação de custo, da ordem de 16 dólares, abrigando os 11 dólares para reinvestimento. E o Mar do Norte tem um custo de produção maior que o nosso, de 7 dólares, o que é absolutamente normal, pois as condições lá são mais inóspitas. Eles produzem a 7 dólares e vendem a 18 dólares. Portanto, têm mais ou menos os mesmos 11 dólares de remuneração. Eles pagam também royalties, mas, em compensação, no Mar do Norte em particular, a política norueguesa é muito mais liberal, mas a política inglesa tem um reinvestimento.

As companhias petrolíferas, quando exportam o petróleo do Mar do Norte, na Inglaterra, têm o benefício do imposto de renda, que faz uma compensação e permite uma margem adicional de investimento.

Quero crer, nobre Senador, que estamos comparando aqui coisas diferentes. Efetivamente, em termos de preço de produção, tentando nivelar, o preço de produção da Petro-

brás é hoje — eu diria — um pouquinho mais baixo do que o preço de produção do Mar do Norte. Mas, agregando esse investimento, os preços são razoavelmente comparados.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Se V. Ex^a me permite, qual a diferença entre os royalties pagos pelas empresas do Mar do Norte aos respectivos governos — isso inclui royalty propriamente dito, imposto de renda — e os royalties pagos pela Petrobrás aos Estados?

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — Não posso precisar esse valor. Talvez eu possa ficar devendo a resposta a V. Ex^a, mas o cálculo do royalty no Mar do Norte é um pouco mais complexo, porque tem retorno em caráter fiscal. Eles têm o pagamento direto e depois têm um retorno, em função do imposto de renda. O governo entende que, com isso, ele estimula a lucratividade das empresas. Penso que é até um processo inteligente e que nós poderíamos imaginar coisa semelhante no Brasil, de modo que a Petrobrás pudesse receber um retorno do imposto de renda, porque aí caminharia para um grau de eficiência mais elevado. No Brasil, se faz a subtração direta. Os royalties são pagos aos municípios diretamente, à Marinha.

O SR. ROBERTO CAMPOS — 5%?

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — Em torno de 5% sobre o custo de produção. Isso — novamente a interferência governamental — é calculado pelo CNP. O CNP é que faz esse cálculo. Não é a companhia que demonstra isso claramente através do seu faturamento, o que penso seria uma forma mais clara e mais transparente para que se pudesse verificar exatamente se a Petrobrás está sendo correta nesse pagamento.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Gostaria de conceder a palavra agora ao Senador Antônio Luiz Maya, para formular as suas perguntas.

O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA — Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Sr. Secretário Nacional de Energia, Sr. Ministro Ozires Silva:

Inicialmente, permita-me congratular com V. Ex^a por ter sido escolhido para fazer parte da nova equipe do Governo que assume. V. Ex^a tem qualidades nacionalmente reconhecidas, tem cacife, tem competência para o sucesso administrativo. Isso V. Ex^a já demonstrou da sua carreira passada. Portanto, almejamos que V. Ex^a tenha um feliz desempenho de agora para frente.

Com referência ao problema da Petrobrás, como ex-presidente da empresa, V. Ex^a conhece de maneira precisa, como nenhuma de nós aqui presente, a situação da Petrobrás. Conhece, sem dúvida alguma e com profundidade, as razões e as causas que levaram esta empresa nacional e uma situação vexatória de crise pela qual ela atravessa agora. Vexatória, sobretudo, em face do conceito elevado que ela desfruta diante da opinião pública.

A pergunta que faço a V. Ex^a é de fácil e simples, resposta mas considero fundamental para a compreensão do problema atual, sobretudo para a questão que esta Comissão Parlamentar de Inquérito está investigando. Na opinião de V. Ex^a, a crise que ora atravessa a Petrobrás foi ocasionada ou está sendo ocasionada por fatores conjunturais, estruturais ou gerenciais? Qual o peso desses fatores nesta crise? Eu até diria a V. Ex^a que um problema talvez não seja, em virtude da empresa ser uma das mais bem estruturadas do País — nós reconhecemos isso. O problema conjuntural é de natureza internacional. Mas, o gerenciamento teve culpa na escalada desta crise que a Petrobrás está atravessando? É a pergunta que faço a V. Ex^a e agradeço a resposta.

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — Muito obrigado, Senador, pelas suas colocações. Agradeço a gentileza e espero, ter uma dimensão humana compatível com a tarefa que me foi atribuída. Vou fazer bastante força, juntamente com a minha equipe.

Sem dúvida, Senador, há fatores conjunturais não só do mercado internacional, mas, sobretudo, do mercado nacional, em razão da convivência da companhia com a defesa de preço ao longo dos anos, e, em particular, com uma inflação demasiadamente alta.

Lembro-me que, quando era Presidente da Petrobrás, recebi determinação do Ministério da Fazenda, do então Ministro Dilson Funaro, para que, devido à impossibilidade de o Governo corrigir os preços dos transportes urbanos no País, a Petrobrás simplesmente dilatasse para até 60 dias o prazo de recebimento do diesel que fornecia para todas as companhias de transportes urbanos, no País inteiro. V. Ex^a pode imaginar que numa situação dessa, em que houve uma decisão fundamentalmente política, a companhia teve que debitar isso à sua contabilidade. O único gemido que pude dar pelo telefone ao Ministro Dilson Funaro foi dizer: “E eu vou assinar o balanço sozinho, V. Ex^a não vai assinar o balanço comigo”. Foi a única coisa que me ocorreu, porque já era determinação do Governo.

Talvez os problemas estruturais sejam reduzidos, como V. Ex^a menciona, porque a Petrobrás tem tido uma vocação de formar recursos humanos. Seus técnicos são bons. Em termos tecnológicos, internacionalmente, a companhia é respeitada. Hoje, inclusive, é procurada, em particular, pela tecnologia de águas profundas. Ela promove intercâmbio de conhecimentos e tecnologia com as maiores empresas do mundo. De modo que problemas estruturais não são os essenciais.

Mas, problemas gerenciais, sim. Há muitos problemas gerenciais. Sem fazer qualquer crítica, assumi a Petrobrás e não nomeei nenhum dos meus diretores. Muito ao contrário, recebi imposição de diretores que considerava não serem os mais convenientes para a companhia. Boas pessoas, sem dúvida alguma. Mas dizem que o caminho do inferno está pavimentado com boas pessoas.

De qualquer maneira, o problema gerencial foi extraordinariamente difícil, em consequência disso. Além do mais, houve falta de autoridade para decidir. Embora o nobre Deputado Mário Lima tenha dito que era o SNI quem comandava a empresa, não tive o privilégio de receber a orientação do SNI.

O SR. MÁRIO LIMA — V. Exª não, V. Exª foi de uma nova classe.

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — Também não recebia orientação alguma do Ministério de Minas e Energia, impotente que era o próprio Ministério no sentido de poder contrapor ao peso da política anti-inflacionária comandada pelo Ministério da Fazenda.

De modo que houve um processo de co-gerenciamiento. Várias vezes fui levado a disputas com empregados em que a companhia perdeu, o Brasil perdeu, porque não tinha autoridade para decisões que pudessem ser conseguidas na mesa de negociações com os sindicatos.

Nessa altura, eu gostaria de dizer a V. Exª — é um testemunho muito pessoal — que tive durante todo o tempo da minha administração, uma enorme colaboração dos sindicatos. Evidentemente, tínhamos posições contrárias às dos sindicatos. Muitas vezes não podíamos dizer a eles as limitações que havíamos. Mas, os sindicatos tentaram colaborar. São sindicatos formados por empregados da companhia e, certamente, voltados ao êxito da empresa. É claro que eles têm que passar pelos jargões típicos de sindicatos, no atender à categoria e coisas dessa natureza. Mas quando vinham discursos desse tipo, eu fechava os ouvidos e, depois, saía para a questão efetivamente prática. Tive muita colaboração dos sindicatos e penso que a companhia tinha capacidade gerencial, junto com a compreensão dos próprios sindicatos, para resolver os problemas que afetavam os empregados. Não vejo uma necessidade. Ao contrário, acho desnecessário que a gerência superior da companhia mantenha um clima de disputa com os sindicatos que representam os empregados. Penso que não. A companhia pode crescer e prosperar e ser extremamente eficiente.

Posso me permitir citar o exemplo da Embraer. O período em que ela mais floresceu, em que mais se desenvolveu foi exatamente o período que precedeu a criação da SEST, em 1979. A partir de 1979, a companhia começou, de modo crescente, a ter problemas. Hoje, quando me perguntaram se eu era favorável à privatização da Embraer, manifestei-me prontamente de acordo, porque entendo, como Presidente da Companhia que fui, durante 17 anos, que queria me livrar desse acionista tão incômodo chamado Governo Federal, que interfere e não ajuda.

Claro que houve um certo período que o Governo Federal foi importante para a criação da companhia. Quando criamos a companhia não havia empresário privado que quisesse arriscar um cruzado, na época era o cruzeiro — voltamos ao cruzeiro agora, gra-

ças a Deus — um cruzeiro, sequer, em um projeto de um avião nacional.

Então, o Governo foi o fator dinamizador da companhia. E somos muito gratos por esse período.

Mas o cenário mudou, mudam-se as decisões. E mudando as decisões vejo hoje a companhia tocando seus próprios destinos, disputando o mercado internacional de uma forma competitiva, e deve continuar nessa direção. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Quero registrar, aqui, a presença do nobre Senador Ney Maranhão, Vice-Líder do Governo no Senado da República, cujo perfil de homem público engrandece a representação de Pernambuco no Congresso Nacional.

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Monteiro, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. BENEDITO MONTEIRO — Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Osvaldo Aranha, Sr. Ministro, esta Comissão, como já foi dito várias vezes, foi instalada para apreciar e avaliar a crise financeira da Petrobrás. E parece que no decorrer dos nossos trabalhos já tivemos vários êxitos, inclusive localizados aspectos dessa crise, trazendo aqui S. Exª, o ministro Mailson da Nóbrega, que no princípio recusou-se a dizer as coisas claramente, mas que no fim acabou confirmando todas aquelas expectativas que tínhamos a respeito das questões estruturais e, sobretudo, das questões do plano financeiro do Governo.

Mas ficou claro aqui para nós, Deputados e Senadores, que existem questões objetivas que precisam ser resolvidas, como, por exemplo, a questão do subsídio da nafta que já foi falado aqui e que importa em cerca de 500 milhões de dólares. E a questão das dívidas das outras estatais, como a Eletrobrás, a Rede Ferroviária Federal, e o DNER, que também importa em outros 500 milhões de dólares, quer dizer, perfazendo um total de 1 bilhão de dólares.

Se a crise financeira ainda não foi superada, e se desenhava até como um dos motivos para o fracasso do monopólio estatal, ela é importante se considerar um como debelar. Pergunto: Sr. Ministro, agora, V. Exª sendo o Ministro da infra-estrutura, e credoras como as devedoras, como é que vai fazer, se já está em planejamento a extinção desse subsídio, que dá tanto prejuízo para a Petrobrás, o pagamento dessa dívida que está faltando no cofre da Petrobrás? Essa é uma pergunta.

Fomos informados de que na última reunião dos acionistas da Petrobrás pretendem-se criar no Conselho de Administração da Empresa um cargo que seria de um representante do Ministério da Infra-Estrutura. E uma vez que a empresa já está sendo fiscalizada pelo Tribunal de Contas, pela CISE, SEST, pela Comissão de Valores Mobiliários, enfim, por várias outras entidades, não seria mais um elemento de interferência da administração direta sobre a questão da empresa, como V. Exª tão bem advogou, a não-

interferência, de acordo com a sua explanação?

Portanto, Sr. Ministro, louvando a objetividade que V. Exª nos trouxe em seu depoimento, e esperando, como todos os brasileiros, que V. Exª coloque em prática a defesa desse patrimônio nacional, não só da estrutura, como da tecnologia, e dos recursos humanos que nós tão sacrificadamente amealhamos durante tantos anos, que é a Petrobrás. Faço essas perguntas e agradeço as respostas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Com a palavra o Sr. Ministro Ozires Silva.

O SR. OZIREZ SILVA — Muito obrigado, Deputado.

Côm relação aos subsídios há uma determinação inequívoca da administração Fernando Collor de eliminá-los. Aliás, existe até uma medida provisória nesse sentido, eliminando até certos subsídios que eram julgados, até o momento, como intocáveis e intocados. Sem dúvida, a determinação do Governo é de eliminar esse subsídio.

No que se refere as dívidas, tenho que confessar a V. Exª que entre todas as empresas que tenho sob a minha jurisdição, infelizmente, prevalecem as endividadas e muito poucas são as creditadas. De modo que agradeço a V. Exª por colocar-me generosamente para receber os créditos, mas, na realidade, acho que tenho só dívidas. E essas dívidas são pesadas.

Tenho orientado o Ministério, em particular os nossos secretários nacionais, de que precisamos encontrar fórmulas criativas para pagar essas dívidas. O Governo tem que colocar a sua face como um governo correto e respeitador das empresas que fornecem a ele, e de um sistema que possamos fazer com que as relações entre Governo e empresas sejam pautadas dentro da maior responsabilidade.

Acho que os Srs. todos conhecem, da Comissão em particular, a ciranda de ninguém paga ninguém, que ocorre principalmente no sistema elétrico. Os concessionários não pagam a geração de energia e, resultado, estão colocando em dificuldades Furnar, Itaipu, a própria Chesf lá no Nordeste está em extrema dificuldade, a Eletronorte, quer dizer, está uma verdadeira ciranda de irresponsabilidade, onde ninguém paga ninguém. O único que está pagando, hoje é o consumidor, porque se não pagar tem a sua energia cortada. Mas, na realidade, as concessionárias não estão remunerando os sistemas.

De modo que tudo isso tem que ser revisto. Precisamos implantar um clima de austeridade, de correção, fazendo com que todos que recebam um determinado produto paguem corretamente por ele.

Com relação ao Conselho da Administração da Petrobrás, existe um decreto do Presidente da República, que modifica a estrutura dos conselhos de administração das empresas.

Esse decreto coloca o Governo, quer dizer, a administração direta com o seu represen-

tante presidindo o conselho de administração das companhias governamentais.

Não considero isso uma interferência; considero apenas uma ação do acionista, desde que o Governo coloque paralelamente e é o nosso desejo regras para que a companhia possa funcionar normalmente. Qualquer sociedade anônima tem, presidindo o conselho, e como membro do conselho, os seus acionistas. Portanto, acho perfeitamente correta a colocação de que um representante do Poder Executivo seja colocado como presidente do conselho de administração das empresas.

Mas, no entanto, no caso da Petrobrás há um problema de caráter legal que temos que levantar. A Presidência do Conselho da Petrobrás é exercida pelo Presidente da Companhia como disposição da Lei nº 2.004. E, nessas condições, não seria um decreto do Presidente da República que modificaria.

De modo que estamos estudando a questão sob a ótica da lei, mas o Presidente Mota Veiga assume a presidência do conselho da empresa, assim como prescreve a Lei nº 2.004. Se porventura vier uma medida legislativa que altere essa condição, evidentemente será alterada e colocada a Petrobrás e a Eletrobrás, em particular — aliás, a Embraer tem o mesmo tipo de dispositivo, mas isso, evidentemente, depende de uma medida legislativa que transcende a autoridade do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Com a palavra o Sr. Deputado João Paulo

O SR. JOÃO PAULO — Sr. Ministro, de início abordarei um aspecto que, de certa forma, encerra uma contradição entre as idéias que V. Exª expõe e a realidade dos fatos ao longo do tempo.

É levantada a questão da safada do Presidente Hélio Beltrão, da Petrobrás. E aqui acho que há um aspecto conceitual: todos achamos — e ninguém pode achar diferente — que uma empresa estatal deva se submeter às leis do mercado e deva ter a devida autonomia para que exerça a sua administração dentro dessas leis. Pelo que fomos informados, ao longo do tempo, esse era o objetivo do Presidente Hélio Beltrão. Exatamente quando ia nesse rumo ele foi afastado da Petrobrás, para que V. Exª assumisse a direção da Petrobrás. E, ao invés de se tentar de fato conquistar esse espaço na economia para as estatais, porque entendo que o mau não é ser estatal, o mau é a orientação que se dá as estatais. Portanto, as entidades de trabalhadores têm essa crítica a V. Exª, que alguns problemas surgidos na Petrobrás depois da administração do Presidente Hélio Beltrão se devem exatamente a essa orientação que o Governo impunha, que começou com o afastamento do centro de decisão, que pretendia o Presidente Hélio Beltrão, para o seio do Governo.

A primeira medida era o corte de investimentos, que foram praticados de fato. Os investimentos foram feitos desagradando o então Presidente da Petrobrás. A idéia do Governo em transferir o lucro resultante da

queda do petróleo, de 27 dólares, em média, no ano 1985, era menos de 14 dólares, em média no ano 1986, consistia na tributação, segundo os dados que temos, a taxa de 25% com IOF às importações de petróleo. Sentindo-se, então, essa ameaça, a empresa resistiu e aí veio a mudança.

O Presidente Hélio Beltrão veio a público, manifestou-se a sua manifestação irritou bastante o Presidente José Sarney — pelo que se soube, através de noticiário. Ele denunciava os riscos de violação ostensiva ou disfarçada do monopólio estatal do petróleo, e esse monopólio, evidentemente, assegurando em dólar.

V. Exª, ao entrar, passou a defender uma posição antagonista às suas idéias. Essa que o Sr. expôs aqui. O seu estado-maior, acionista, é que deve ter a preponderância na administração da empresa. Quer dizer, nessa linha de raciocínio é evidente que as estatais se aniquilam.

V. Exª fez uma referência às empresas siderúrgicas, por sinal boa parte delas se encontram no meu Estado, sou Deputado Federal pelo Estado de Minas Gerais. Entendo que essa infra-estrutura siderúrgica foi feita com o objetivo claro, inequívoco de servir às grandes empresas multinacionais. Inclusive crítico severamente o tipo de tecnologia que é aplicado nas empresas siderúrgicas estatais. A tecnologia é caríssima, o custo de uma empresa dessas, como as construídas em Minas Gerais — segundo os entendidos — daria para construir outras três unidades produtivas mais ou menos do mesmo porte.

Ao longo do tempo, essas empresas serviram única e exclusivamente para o favorecimento do capital privado. E, agora, investe de forma violenta e indiscriminada contra essas empresas. Enquanto ao longo do mundo, ouvimos dizer que as empresas estatais não são tão ruins quanto a visão da tecnocracia brasileira. E alguns países preservam essas estatais. Elas servem, inclusive, de equilíbrio no setor produtivo em vários momentos.

O mau, na minha opinião, não é o fato de a empresa ser estatal, mas o fato da empresa estar sofrendo de intervenção pesada do capital privado, que faz preponderar os seus interesses.

Na gestão de V. Exª algumas críticas os sindicatos fazem. A primeira ouvi a exposição de V. Exª, achei que a linha de pensamento que imprimiu na manifestação com relação ao convívio capital-trabalho, indicam, na mesma linha que sobreviver no mundo empresarial, uma visão paternalista, e não uma visão de uma sociedade moderna, em que os sindicatos têm que manter uma situação de equilíbrio, um convívio civilizado.

Os reclamos da categoria dos petroleiros são os de que nos momentos de conflito, por que é evidente que o ótimo seria a negociação, a solução ideal seria através da negociação. Mas nem sempre a negociação chega a uma conclusão através dos entendimentos, e o legítimo interesse dos empregados é a paralização. E no momento desses conflitos, as atitudes da direção das empresas são extre-

mamente duras, inclusive levando o Exército a ocupar as fábricas, como se os trabalhadores fossem partir para uma depreciação selvagem. O que nunca aconteceu.

Além disso, as entidades acusam estas questões: desvios da receita da Petrobrás para os fundos do Governo; defasagem cambial, o dólar-petróleo, nas compras de petróleo no exterior; a política de preço lesiva à Petrobrás, política de favorecimento dos usineiros, corte dos investimentos da Petrobrás.

E uma questão, Sr. Ministro, que é controvertida é a questão dos contratos de risco. V. Exª os defende; o ex-Ministro Aureliano Chaves os condena, diz que são desnecessários, que não atendem aos interesses da Petrobrás. Há, inclusive, um pressuposto de que às multinacionais interessava apenas detectar reservas e não declará-las.

Além disso, foi feito um contrato com a Braspetro, em 1987, de exploração nos Estados Unidos, que, em contrapartida, as empresas multinacionais teriam amplo espaço para atuarem em nosso Território.

Ainda mais, assinou-se um aditivo de contrato de risco com a Pecten-Shell, em outubro, também com essa mesma orientação.

A criação da Petrobrás Overseas, que era, segundo se sabe, de concepção de V. Exª. E isso seria transferir, segundo entendimento veiculado através da Imprensa, todas as decisões da Petrobrás, do Território brasileiro, para a sede da Overseas.

A Interbrás não estava cumprindo o mesmo papel da Overseas? Era diferente o papel da Interbrás? Na véspera da votação, pela Constituinte, do mandato de 5 anos para o Presidente Sarney, fez-se um grande alarido em torno da grande jazida de petróleo na Ilha de Marajó. Isso repercutiu inclusive no mercado de ações. Sabia-se que a Texaco, que estava fazendo prospecções na Ilha de Marajó, era uma empresa falida e que os riscos dessa prospecção recairiam sobre a Petrobrás, uma vez que a empresa que executava esse trabalho não estava financeiramente credenciada, pelo que se sabia.

Portanto, Sr. Ministro, dentre as perguntas que gostaria de fazer, a primeira que gostaria de ver respondida, é exatamente se existe essa grande jazida anunciada na Ilha de Marajó.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Com a palavra o Sr. Ministro Ozires Silva.

O SR. MINISTRO OZIRES SILVA — Agradeço as perguntas do Deputado João Paulo.

Queria esclarecer, porque várias vezes V. Exª menciona entendimento e através da Imprensa. Talvez, em algumas coisas, V. Exª vai me permitir fazer umas correções. O Ministro Hélio Beltrão, meu amigo, saiu da Petrobrás por livre e espontânea vontade, ele não foi removido da Petrobrás. Ele decidiu, como foi constatado posteriormente, sair da vida pública quando atingiu 70 anos de idade e, efetivamente, saiu da vida pública, não mais a ela voltando. Saiu em condições extremamente amistosas, a ponto tal que ficou

na Petrobrás a imagem da transição, a mais tranqüila, entre presidentes da companhia, que jamais houve. É uma pessoa a quem admire muito. Aliás, uma das pessoas que ajudou a criar a Embraer anos antes; fizemos uma amizade sólida e continuamos com essa amizade até hoje. Não consta em nenhum dos meus registros que o Ministro Hélio Beltrão tenha saído da Petrobrás antagonizado com o Poder Federal. Ele lutou pela Companhia, foi contra os 25% do IOF, como eu também fui sobre a redução do preço do Petróleo. Essa foi uma medida exatamente antagônica àquela que o Governo federal tinha adotado em 1982 e que permitiu a grande explosão da produção da Petrobrás, dando preços adequados à Companhia, de modo que ela pudesse fazer investimentos.

Sobre o benefício das multinacionais, quero crer que o Governo federal e todos esses Governos que nos têm precedido — podemos apontar muitos erros — foram patriotas e, inclusive, o próprio Presidente José Sarney que realizou um governo — como todos sabem — que nos levou a essa situação, é um patriota, um homem ameno e acho, realmente que não poderíamos imputar ao governo de S. Ex^a qualquer medida que viesse a beneficiar, explicitamente, grupos internacionais. O Presidente José Sarney era um homem identificado com os objetivos nacionais. Pode ser que o Governo dele não tenha tido a eficiência que se desejava, mas imputar a ele a imposição às companhias siderúrgicas do protecionismo das multinacionais ou do capital privado, em detrimento das empresas estatais, vou me permitir, nobre Deputado, discordar.

As empresas estatais mundiais que V. Ex^a menciona — agradeço, inclusive, a colaboração, porque é extremamente positiva — são empresas ótimas no mercado internacional. Vemos uma Rhodia, empresa florescente, que é estatal, vemos uma ELF, uma ENI, da Itália, a CLF francesa, que são empresas extremamente florescentes.

Concordo integralmente com V. Ex^a, em que a empresa estatal não é um poço de ineficiência e que não possa ser corrigida. Não, a empresa estatal pode ser tão eficiente quanto a empresa privada, desde que tenha condições gerenciais adequadas e uma produtividade equivalente àquilo que o seu corpo de trabalho, seu corpo técnico possa proporcionar.

Quanto à linha de pensamento, não me parece que a minha linha de pensamento coincida com a de V. Ex^a, mas estamos num regime democrático. Eu, por exemplo, sou favorável ao contrato de risco, V. Ex^a é contra, acho perfeitamente normal que isso ocorra, no âmbito das idéias, em um país democrático. Uma vez que o contrato de risco não é nefasto para o País — pelo contrário — e já que, também, não é só multinacional, tivemos empresas nacionais brasileiras, com vocação profundamente nacional que foram criadas por empresários que nasceram do nada e acabaram se tornando grandes empreendedores, tendo participado dos contratos de

risco. Portanto, não vejo nada demais nisso, desde que se mantenha sob a competente orientação da Petrobrás, isso poderia trazer um benefício muito grande para o País, com investimentos naquilo que nós não podemos investir.

Mas, enfim, respeito o pensamento de V. Ex^a e tenho a pretensão de solicitar que também respeite o meu.

A Braspetro, em 1987, fez, um contrato de prospecção em águas profundas com os Estados Unidos, mas não à custa de outra coisa que não fosse a sua exclusiva competência. Foi feito um contrato no Golfo do México que, por sinal, está produzindo petróleo e parte desse petróleo está à nossa disposição, a preço inferior ao internacional.

Tivemos o contrato de risco da APEC, que encontrou gás no Município de Santos, na Plataforma Continental. A Petrobrás, até o presente momento, tem honrado esse contrato, ao longo do tempo. O contrato é limitado, como determina a Constituição, mas é um contrato de risco que foi executado sob a responsabilidade integral da Texaco, uma vez que a APEC pertence à empresa.

A Petrobrás. Overseas foi uma idéia de internacionalização da empresa, de fazer com que o poder de alavancagem da Petrobrás — maior compradora individual de petróleo do mundo — pudesse utilizar isso em benefício do País.

Aqui mesmo, neste Congresso, fui acusado de tentar criar uma empresa que faturasse 6 bilhões de dólares por ano no exterior. Recortei a notícia do jornal, enquadrei e coloquei no meu escritório. Fiquei orgulhoso de poder criar ou tentar criar uma empresa que faturasse, no exterior, 6 bilhões de dólares por ano. O número era muito grande, não era esse, era de 4 e qualquer coisa, mas de qualquer maneira até hoje esse recorte de jornal está enquadrado no meu escritório, na minha empresa em São Paulo, e me trouxe enorme orgulho por ter tentado criar uma companhia que faturasse 6 bilhões de dólares, no exterior. Infelizmente, não foi possível.

Nunca se falou, nobre Deputado, em grandes jazidas de petróleo em Marajó. Isso nunca foi dito. O que foi anunciado apenas, talvez com um pouco de presunção, é que, pela primeira vez, se tinha encontrado hidrocarbonetos em Marajó. Há uma espécie de crença no Brasil, de que na Ilha de Marajó sempre havia muito petróleo, bem como na Amazônia, como acabamos descobrindo lá em Uruçu. Descobriu-se, o petróleo hoje está em produção, um petróleo extremamente leve, como acentuou o Deputado Mário Lima, dos melhores petróleos que existem no mercado, grau API da American Petroleum Institute da ordem de quarenta e dois graus e, portanto, um petróleo excelente, com baixo teor de enxofre e que tem um dos melhores valores no mercado internacional — está sendo produzido na Amazônia.

Mas o que aconteceu, na realidade, foi o anúncio ao público de que, pela primeira vez, se tinha indícios de hidrocarbonetos em Marajó. Aí, então, não podemos adotar aquela

tese segundo a qual, “se foge o bicho pega e se fica o bicho come”. Foi dada a informação que se tinha ao público, mas jamais se falou em grandes jazidas. Tanto não eram grandes jazidas, que os trabalhos posteriores da Texaco, que poderia ser falida em determinada área dos Estados Unidos, mas a Texaco Internacional absolutamente não é companhia falida, tanto que existe até agora, fazendo prospecções no mundo todo.

Aliás, acho que cometi um engano, a APEC havia se vinculado à Shell, como mencionei anteriormente — a Texaco era responsável pelo contrato de risco lá em Marajó e, na realidade, ela já abandonou as prospecções, porque os indícios não se confirmaram. Por outro lado, os poços eram de extrema profundidade, o que não tornava viável a prospecção, sobretudo, aos preços atuais do petróleo, a deztoit dólares. Pode ser que, no futuro, voltemos a prospectar a região.

A bacia sedimentária tem um formato extremamente interessante e pode ser que se tenha furado em lugar errado. Inclusive, a característica geológica de profundidade foi considerada equivalente à do Mar do Norte. Portanto, creio que seria imprudente dizermos que lá não existe óleo. Pode ser que não seja justificável fazer qualquer tipo de prospecção agora, mas pode ser que nossos cidadãos do futuro, nossos filhos, nossos netos, talvez um dia possam ter o prazer de anunciar que existe petróleo não só em Marajó, mas em outras áreas da Amazônia que, sem dúvida alguma, é uma das maiores bacias sedimentárias do mundo, com probabilidade, evidentemente, de formação de hidrocarbonetos.

Muito obrigado pela pergunta, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO PAULO — Tenho outras perguntas a fazer, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Peço ao Deputado João Paulo um pouco de brevidade, devido ao adiantado da hora e porque ainda há mais três companheiros que pretendem formular perguntas.

O SR. JOÃO PAULO — Vou procurar ser o mais objetivo possível.

Na gestão de V. Ex^a, o Governo cortou investimento da empresa. V. Ex^a acha que foi correto isto?

O SR. MINISTRO (Ozires Silva) — Não, lutei muito contra esses cortes, porque, na realidade, os recursos para investimento da Petrobrás vinham da própria empresa. Lutei denodadamente para que não fossem cortados, mas o Governo queria ter uma apresentação do Orçamento Público com redução, e, portanto, forçou reduções da Petrobrás, de dinheiro que era da Companhia. Portanto, não tinha alcance no Tesouro Nacional. Não vi qualquer sentido na medida, movimenteime contra e fui até à Imprensa declarar-me contra esta colocação — e V. Ex^a deve ter tido oportunidade, como o Deputado Mário Lima está confirmando —, fui à Imprensa contrariamente a essa medida. O dinheiro

não era do Tesouro e não havia razão alguma para ser cortado.

OSR JOÃO PAULO — Tenho mais algumas perguntas a fazer, Sr. Presidente.

V. Ex.^a aceitou que o Governo adotasse uma política de preços lesiva à Petrobrás, fazendo com que a mesma passasse a trabalhar com preços defasados e acumulando déficits?

O MINISTRO SR. OZIREZ SILVA — Não. Jamais aceitei isso, tanto que, quando a situação se tornou muito aguda, eu me demiti da Petrobrás, como é do conhecimento de V. Ex.^a

OSR. JOÃO PAULO — Durante sua gestão na Presidência da Petrobrás, que iniciativas tomou no sentido de corrigir as distorções sistêmicas de faturamento, vendas de derivados às chamadas distribuidoras, a prazos dilatados, sem correção monetária e juros?

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — V. Ex.^a, consultando os arquivos da Comissão Nacional de Energia e também do próprio Ministério das Minas e Energia, vai encontrar documentos meus denunciando essa situação e não me conformando com ela. Esses documentos estão arquivados no Ministério, e se V. Ex.^a o desejar, posso tentar desarquivar alguns e os mandar para sua leitura.

O SR. JOÃO PAULO — Pois sim Sr. Ministro, empresas como a Siderbrás, Rede Ferroviária Federal e muitas outras do setor elétrico acumularam, nos últimos anos, uma dívida próxima de quinhentos milhões de dólares, pelo não pagamento de combustíveis adquiridos junto à Petrobrás. Hoje, essas empresas estão sob a responsabilidade do Ministério da Infra-Estrutura. A solução, portanto, está nas mãos de V. Ex.^a Como pretende resolver esse problema?

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — Gostaria que a solução estivesse em nossas mãos, porque o sistema siderúrgico — V. Ex.^a talvez saiba — deve doze bilhões de dólares, não só a nós como a fornecedores. Quero dizer que gostaria imensamente de poder resolver o problema, mas é um problema financeiro e grande parte dele depende do Tesouro Nacional, portanto, do Ministério da Economia. Estou gestionando neste sentido mas, efetivamente, em que pese estarem essas empresas todas sob minha jurisdição, o problema financeiro não está, e essas companhias têm inadimplência extremamente elevada, não só com o mercado interno, como com o externo, e a solução passa definitivamente pelo Ministério da Economia.

Posso assegurar a V. Ex.^a que a Ministra Zélia Cardoso de Mello tem tido uma sensibilidade enorme sobre o assunto. Considero a Ministra uma amiga e colaboradora, e tenho certeza de que, trabalhando em conjunto, vamos encontrar uma solução.

O SR. JOÃO PAULO — Sr. Ministro, por último, acho que um assunto que foi tratado por nós, aqui na Constituinte, com o

maior empenho, foi que nós nos opusemos frontalmente à prática disseminada hoje, em nosso País, de contratação de mão-de-obra pelas empresas, sejam elas estatais, seja até pelos órgãos do Estado, pelas empresas privadas, porque entendemos que isto é uma escravidão branca. A Petrobrás e as outras empresas, como o próprio Governo, vicejam nessa prática. E essas contratações são feitas exatamente para favorecer profundamente essas empresas empreiteiras, de uma forma que não se pode aceitar.

V. Ex.^a enalteceu tanto a necessidade de se prestigiar a mão-de-obra qualificada, os técnicos da Petrobrás, e a notícia que se tem é que a substituição em larga escala desses técnicos da Petrobrás foi por pessoas até muito pouco qualificadas. Isso, com um ônus muito grande para a própria empresa. E no sentido de preservar os interesses e o bom desenvolvimento dela, essa prática, não só pelos aspectos éticos, é lesiva à empresa.

O SR. OZIREZ SILVA — Deputado, não tenho essa informação. Essa prática é proibida. Tenho informação de que a Petrobrás não tem mais esse tipo de prática — a Petrobrás em particular, não posso assegurar quanto às demais empresas. Sinceramente, vou verificar. Isso é proibido e, se está sendo praticado, está contrariando a legislação, mas eu terei os meios de agir em relação às empresas que estejam executando essa prática — como já disse anteriormente — interdita pela legislação.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Bocayuva Cunha.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Sr. Ministro, tenho a impressão de que V. Ex.^a assume em hora tão difícil para o País, um Ministério tão importante e grande, com a confiança e a simpatia da Nação. Estejamos em qualquer posição que estivermos, em qualquer Partido, mesmo naqueles como o meu, que é um partido de oposição ao Governo que V. Ex.^a representa mas, pela sua tradição, pelo seu passado, por tudo o que V. Ex.^a diz, assume com muita simpatia e com expectativa favorável.

Feita esta observação, eu gostaria de dizer — e sem o querer incomodar, naturalmente — que tudo o que V. Ex.^a diz e pensa, inclusive o que disse aqui, está muito em contradição com a violência e o arbítrio das medidas que o Governo, do qual V. Ex.^a participa, tem tomado: o confisco brutal que foi feito na poupança... Enfim, não vamos nos alongar muito devido ao adiantado da hora, mas quando vemos V. Ex.^a dizer que não acredita na força do Governo para regular mercado, não acredita que os preços fixados pelo Ministério da Economia, arbitrariamente, seja medida boa — isto é, é tudo ao contrário do que este Governo está fazendo, de uma forma inédita na História do Brasil. Nunca, ninguém, em nenhuma ditadura, foi capaz de, violentamente, entrar no mercado, no bolso e na conta dos cidadãos, como este Governo a que V. Ex.^a serve com todo o seu passado,

a sua biografia e com toda a sua experiência e competência. Compartilhamos de muitas coisas, de muitas idéias suas, como, por exemplo, a de acabar com o Conselho Nacional de Petróleo, de acabar com a necessidade do “João” ter que vir a Brasília para pedir um posto de gasolina ao lado do “Manuel”. Isto é um verdadeiro absurdo, não tem sentido algum.

Ao mesmo tempo, ficamos meio estarelecidos com V. Ex.^a concordar com medidas como essa de liquidar com a Petromisa e com a Interbrás.

Será que V. Ex.^a tem acesso a algum estudo, a alguns documentos que foram feitos sobre isto e que nós não temos? Porque foi V. Ex.^a mesmo quem insistiu para criar a Petrobrás Overseas. Lembro-me disso, e guardo, com orgulho como acaba de dizer um recorte dizendo que essa empresa ia faturar seis bilhões de dólares

A Interbrás faturou, nesses anos em que viveu, que não são muitos, vinte e sete bilhões. Como é que isto pode ter o seu apoio? Sem uma coisa maior que nos esteja sendo negada, que nos esteja sendo subtraída, sem um estudo

V. Ex.^a acaba de fazer declarações muito sensatas, importantes, por exemplo: o Proálcool. Ouvi o Sr. dizer na televisão: “Estou estudando isso com profundidade, são vários grupos, é um problema complexo”. Entretanto, é uma medida provisória que até sábado ou domingo tem a possibilidade de ser votada. É uma medida provisória extinguindo não só a Interbrás como a Petromisa.

Essas contradições nos assustam um pouco. E acho que estou dando, inclusive com esta minha breve observação, uma oportunidade para as suas explicações.

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — Com relação ao Plano Econômico, o Presidente Collor tem procurado ser coerente com as suas promessas de campanha. E ele anunciou por várias vezes — aliás, não foi só ele, muitos outros candidatos o fizeram — que a correção da inflação que tínhamos exigiria medidas duras.

É claro que, hoje, podemos discordar de algumas medidas, inclusive do ponto de vista pessoal. Mas, evidentemente, precisamos colocar este País a limpo. O povo declarou, no dia 17 de dezembro, como já acentuei anteriormente, que não gosta de ver o País deste jeito. O povo determinou a mudança do País.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — É. Mas o povo também acreditou que o Governo não iria tocar na Caderneta de Poupança.

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — Mas acontece, nobre Deputado, que temos de tomar medidas as mais coerentes possíveis. E ao longo dos anos, talvez nem diga ao longo dos anos, mas ao longo do ano, já nos tenhamos esquecido dessa situação difícil que estamos passando agora, porque o horizonte que se abre... Se conseguirmos obter uma inflação baixa com a colaboração

da sociedade, esqueceremos, rapidamente, o esforço e o sacrifício deste momento.

A alternativa era de se viver, em esforço e em dificuldade permanentes, sem horizontes, como nos encontrávamos, até recentemente. Sem a menor possibilidade de se tomar qualquer tipo de medidas que pudessem, efetivamente, combater esse fantasma, esse verdadeiro dragão, que tudo suga, que tudo corrói neste País, chamado inflação.

Com relação às contradições que V. Ex^a aponta, não há qualquer contradição, no tocante à minha posição pessoal. Apóio as medidas do Plano. Acho que o Plano Econômico é coerente. É um Plano de difícil gerenciamento; como já se antevia. Medidas duras estavam previstas para podermos vencer a atual situação. Mas o Presidente Collor tem, seguidamente, dito o seguinte: que ele é favorável às teses de prevalência da sociedade sobre o Governo. É favorável ao crescimento de uma sociedade livre, equalitária, justa, ao longo do tempo, e nós estamos atravessando uma ponte muito difícil entre uma situação e outra.

Mas todos os candidatos à Presidência da República concordavam que seria muito difícil o combate à inflação sem que medidas rápidas e duras fossem tomadas. E o povo quer medidas rápidas, como está sendo demonstrado nas pesquisas públicas, que indicam uma enorme aceitação do plano e por parte da população brasileira.

Só pedimos a Deus que tenhamos a clarividência e a capacidade de gerenciar isso com competência e que o mais breve possível devolvamos ao povo brasileiro o cetro de comando. Porque o cetro de comando desta Nação é do povo brasileiro, não é do governo, seja qual for o sistema de governo.

Temos que preservar a integridade do cidadão brasileiro, a sua liberdade de crescer, de desenvolver. Na realidade, temos que nos dedicar, como Governo, à proteção do cidadão e colocá-lo, quando chegar à maioria, como um gladiador preparado para lutar e vencer na vida. Conquistar a sua posição na sociedade, sobre a sociedade lançar a sua sombra.

Isto é a minha convicção pessoal, é a convicção da Administração Collor que espera poder, tão cedo quanto possível, reverter essa situação. E creio que, como disse anteriormente, possamos esquecer não só este período de sacrifício de curto prazo que estamos vivendo agora, mas como sacrifício de longo prazo que foi imposto à população brasileira por tantos e tantos anos de uma inflação horrorosa, que corroeu a tudo e que, na realidade, está na base das discussões e do trabalho desta Comissão. Porque quando se fala em defasagem de preços e em dificuldades da Petrobrás, podemos colocar, em primeiro plano, que a inflação foi o grande inimigo do sistema produtivo nacional, seja do ponto de vista do trabalhador individual ou das empresas.

Com relação à Interbrás, em particular, V. Ex^a não estava na sala quando respondi a uma pergunta do nobre Deputado com rela-

ção às razões que levaram o Governo a extinguir a Interbrás. Efetivamente, a Interbrás faturou muito dinheiro ao longo de todos esses anos, num sistema protecionista monopolizado pela Petrobrás.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Ouvi o Sr. dizer isso.

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — De modo que o que estamos fazendo é corrigir isto, eliminar um custo que não tem sentido em existir, custo esse que pode transferir para o povo brasileiro em termos de rentabilidade, em termos de preços mais baixos.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Mas Ministro, quem vai substituir a Interbrás nessas vendas que ela faz? Qual é o custo? Ela está dando lucro?

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — Em parte a própria Petrobrás e em parte o próprio sistema de trading, as empresas privadas brasileiras...

O SR. BOCAYUVA CUNHA — O que me informa é que a própria Petrobrás não pode vender, sob pena de ser taxada nesses países onde vendemos, por exemplo, a gasolina.

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — Não. Os acordos são todos da Petrobrás. O Código do Iraque, por exemplo, que dá 25% do petróleo levantado do Iraque em favor da Interbrás, como foi público e notório recentemente. Esse acordo é garantido, simplesmente, pelas compras da Petrobrás. Se a Petrobrás não comprar óleo, isto não existe.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Quer dizer que o Sr. é a favor do fechamento da Interbrás?

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — Sem dúvida alguma.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Ministro, mais uma pergunta...

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — Não, porque gostaria de terminar de responder a segunda pergunta...

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Mas é que me esqueci de fazer uma colocação sobre o que o Sr. fala a favor da privatização da Embraer. Por que não privatizar a Infraero?

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — A Infraero não está sob a minha jurisdição, mas acho que poderia ser perfeitamente privatizada e sob uma condição extremamente interessante: — aliás, espero que o Congresso Nacional pense a respeito do assunto — o problema que não conseguimos resolver no Brasil, aquele da criação das autoridades aeroportuária e portuária. Uma solução elegante que poderíamos adotar no sentido de melhorar a eficiência não só dos aeroportos como a dos portos brasileiros.

Hoje, o número de autoridades que interfere no funcionamento dos portos e aeroportos é grande, causando conflitos, ineficiência e tudo o mais. De modo que a Infraero, apesar de não estar na minha jurisdição — peço

desculpas ao que possa ser eventualmente divulgado em relação ao meu amigo, aliás, colega de turma Ministro Sócrates — mas, seria algo a ser estudado, contudo, sob um conceito novo, conceito de eficiência da autoridade portuária ou da autoridade aeroportuária. Tal conceito é, consistentemente, adotado nos principais países do mundo, com grande eficiência, e mesmo fluência e intensidade de tráfego maior do que nós temos hoje.

Vemos, hoje, um congestionamento razoavelmente grande dos aeroportos. Os portos estão trabalhando a custos extremamente elevados que precisamos corrigir e é exatamente isso o que estamos tentando fazer com a extinção da própria Portobrás, que é uma empresa holding e que controla os portos brasileiros, aqui do Planalto Central, onde não há portos.

Por outro lado, V. Ex^a mencionou a Petromisa. A Petromisa é uma companhia que lava potássio e tem como produção adicional cloreto de sódio, em consequência dessa lavra de potássio.

Construiu quase 10 km de túneis a 400 m sob a superfície, representando um investimento da ordem de 600 milhões de dólares. Se Considerarmos toda a reserva de potássio da Petromisa, cubada e possivelmente recuperável, iremos verificar que a reserva toda não vale o preço dos investimentos.

Nessas condições, a companhia não conseguirá, jamais, um retorno dos investimentos que ela efetuou. Nessas circunstâncias — diria, até como proposta, que foi feita ao Governador Valadares, do Sergipe — a extinção da Petromisa representa uma esterilização desses investimentos, permitindo que a companhia volte a operar de uma forma lucrativa.

Ela não poderia ter investimentos superiores a 60 milhões de dólares e tem de 600. De modo que a extinção pode ser como disse, até mesmo a esterilização desse investimento e ela poder operar, basicamente, retornando os investimentos de uma forma razoável, uma vez que o liquidante da companhia dificilmente poderá apurar valores superiores a este, na venda do mercado.

Certamente, o Governo Federal vai ter que absorver esse custo imenso de investimento que foram feitos ao longo dos anos e de uma forma que não foi, absolutamente, adequada.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Ministro, perdoe-me, o telex do ex-Presidente Sant'Anna a V. Ex^a fala que a perda — e há coincidência dos números de patrimônio da Petrobrás com essa medida da Interbrás, significa, exatamente um prejuízo de 600 milhões de dólares para a Petrobrás. Isso consta no telex que ele mandou.

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — Ele mandou a mim este telex?

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Sim.

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — Curioso... Não o li!

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Passo às suas mãos.

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — Obrigado.

O SR. BOCAUYVA CUNHA — Por último fico realmente perplexo ao ver um homem com a sua curiosidade, que defendeu, até tão pouco tempo e com tanta competência, a criação da Petrobrás, ser a favor do fechamento da Interbrás com argumentos — perdoe-me Ministro — que não me convenceram.

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — Não vejo onde as coisas se colam, nobre Deputado. Porque a Petrobrás Overseas era uma companhia de comercialização com sede em Londres, no exterior, a executar operações de caráter internacional e não operações que envolvessem o País. A Interbrás que, à sombra da Petrobrás, encarece os seus custos, executando uma operação de **trading**, e isso pode ser executado por outras companhias do mercado nacional, de uma forma tão ou mais competente.

A idéia da Petrobrás Overseas. Viremos essa página. Voltarei a insistir nesta tese, porque, na realidade, temos que fazer aquilo que o País deseja. Insisto em dizer que a Petrobrás não tem o direito de ser uma companhia doméstica com a capacidade de alavancagem e de segurança de abastecimento que temos no exterior. Isto passa, necessariamente, pelo mercado internacional do petróleo que é, fundamentalmente, internacional. Não há, no mundo, mercado doméstico do petróleo. Com a exceção dos Estados Unidos, que têm uma posição incomum de ser o maior produtor atual, maior importador, maior consumidor. Assim mesmo, este país não cinge às suas atividades de petróleo ao seu mercado doméstico que, realmente, é gigantesco.

Dessa maneira, a hora em que pudermos entrar no mercado internacional, através de qual mecanismo for, será muito importante que tal entrada seja feita sob um parâmetro fundamental e um denominador constante qual seja, o de que o interesse da economia nacional deve ser colocado como prioridade. Não imagino que possam colocar a Petrobrás no mercado internacional para especulações e jogos de aventura. Não. Temos, para o futuro, o risco do aumento do preço do petróleo. Não podemos impor à economia brasileira riscos dessa natureza e, nessa circunstância, precisamos ter uma instrumentação adequada que proteja os maiores interesses do País, os maiores interesses do povo brasileiro.

Permito-me discorrear de V. Ex^a. Não vejo conexão entre a idéia da Petrobrás Overseas, já morta e sepultada com a Interbrás, que é uma companhia de intermediação de negócios, que podem ser realizados sem a intermediação cara de uma companhia de mais de hum mil e duzentos empregados e que constitui a maior **trading** da América do Sul. Isso, absolutamente, não tem sentido.

O SR. BOCAUYVA CUNHA — Sr. Presidente, só para encerrar. Vou ler, já que o Ministro Ozires Silva, não recebeu o que

diz o § 7º deste telex do Presidente Carlos Sant'Anna de 20 de março.

“Por outro lado, a Medida Provisória n° 151 traz reflexos negativos de natureza patrimonial à Petrobrás que detém a quase totalidade das ações da aludida subsidiária.”

Está se referindo à Interbrás.

“Esses direitos, que somam hoje mais de seiscentos milhões de dólares, como sabe V. Ex^a são direitos impostergáveis da Petrobrás, isto na hipótese de efetivar-se a proposta de dissolução.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Com a palavra o Deputado Mauro Campos.

O SR. MAURO CAMPOS — Exmo. Sr. Presidente, Srs. Componentes da Mesa, ilustre Senador José Fogaça, Exmo. Sr. Ministro, Exmo. Secretário de Energia, Dr. Osvaldo Aranha, a quem presto as minhas homenagens pelo cargo de relevância que ocupa. Temos uma longa relação de amizade. Fomos companheiros na Escola Nacional de Engenharia. Por isso, a minha geração fica profundamente orgulhosa da posição que o Dr. Osvaldo Aranha ocupa no País, hoje.

Sr. Ministro Ozires Silva, gostaria de começar, dizendo que esta Comissão tem, por missão, examinar as questões que envolveram as perdas financeiras da Petrobrás, as causas que levaram à situação caótica em que a empresa se encontra. Temos prazo regimental, parece-me que vai até o dia 23 de maio, quando teremos que apresentar um relatório.

Começaria tentando ordenar. Se V. Ex^a me permite, eu gostaria de fazer algumas declarações e tirar conclusões. Se estiver errado, peço a V. Ex^a que me corrija.

Penso que o Sr. Ministro reconhece que houve, efetivamente, uma política, praticada pelo Governo anterior, fundamentalmente, de preços irrealistas que levou a perdas financeiras substantivas que hoje enfrentamos dentro do sistema Petrobrás.

Creio que o Sr. Ministro reconhece que há dívidas pesadas de todo o sistema governamental junto à Petrobrás.

Essas são duas constatações que temos bem presentes e me parece que são de extrema relevância para o encaminhamento das conclusões que a Comissão venha a tirar.

Uma questão que me preocupava bastante foi colocada pelo nobre Deputado que já nos tinha antecedido e dizia respeito à questão do custo do barril do petróleo. Era uma questão polêmica, aqui, na Comissão. O ilustre Senador Roberto Campos, em algumas oportunidades, com a autoridade que reveste a sua palavra, representante de um determinado segmento de pensamento, colocava-a, levantando a questão custo-preços em relação ao barril do petróleo produzido no País, vis-à-vis ao custo desse mesmo barril, produzido no exterior.

Parece-me que o Sr. Ministro Ozires Silva coloca, definitivamente; essa questão no devido lugar. V. Ex^a, até mesmo pela sua passa-

gem como Presidente da Petrobrás, entende que o custo/barril produzido no País — para sermos comparativos, citemos o Mar do Norte, Bacia de Campos —, pela Petrobrás é absolutamente compatível com os custos internacionais, o que nos faz tirar dessa conclusão uma outra, que é mais importante. A Petrobrás é uma empresa tecnologicamente bem preparada. Em outras palavras, a Petrobrás é uma empresa, do ponto de vista da sua ação, eficiente, que opera dentro dos melhores padrões internacionais.

No final, ainda colocando como pensamento do Ministro Ozires Silva, eu diria que, até agora, o Governo, no que diz respeito à criação de uma política envolvendo a empresa, não se pronunciou. A política não foi editada. Do ponto de vista do Governo, não existe algo que se possa chamar de política para a Petrobrás. Parece que o Ministro, quando se referiu à questão das perdas e quando outros Colegas diziam ter S. Ex^a agora a capacidade de gerenciar, já que ele tem o caixa, e sabe quem deve, quem é o credor, o Ministro Ozires Silva teria afirmado que o Governo aguardava os resultados práticos do Plano Collor, a inflação cadente, para que, a partir daí, se tomasse alguma medida concreta nesse sentido.

Sr. Ministro Ozires Silva, essas seriam as constatações iniciais do que tirei da exposição feita por V. Ex^a. Até me penitencio por não ter podido chegar no início da sua exposição, mas V. Ex^a sabe que o Deputado, quando eleito, o manto que lhe cobre, o manto que vem do voto, deveria vir com uma outra característica, que seria o dom da ubiquidade. Nesse tempo, temos que atender a outros compromissos. Neste instante, o meu Partido, o PSDB, fazia uma reunião para a análise do processo de votação. Por isso, não pude estar no momento em que V. Ex^a fazia a exposição. Porém, ao longo dos debates, das perguntas, penso que apreendi o seu pensamento. Portanto, essa é a primeira constatação. Peço a V. Ex^a que faça os reparos ou os comentários pertinentes.

Sr. Ministro Ozires Silva, a meu ver, comungo muito com aquilo que disse o Deputado Bocayuva Cunha. Penso que conheço a ação de V. Ex^a, como executivo, como gestor de uma empresa estatal e, depois, como Presidente da Petrobrás. Isso quer dizer que V. Ex^a chega ao Ministério com uma auréola de um homem dotado de capacidade técnica, com o reconhecimento de uma biografia honrada, mas penso, também, que há algumas contradições, pelo menos na lógica do pensamento. Gostaria, realmente, de voltar a alguns pontos que me chamam à atenção.

Essa questão levantada, à da Presidência do Conselho de Administração da Petrobrás, em que na sexta-feira passada haveria uma Assembléia-Geral Extraordinária, o Ministro já respondeu, dizendo o que aconteceu. Fico extremamente feliz, porque ali, naquele instante, estaríamos ferindo a Lei n° 2.004 e, portanto, ferindo a Constituição Federal.

O Ministro explicou. Não aconteceu, mas me preocupa, porque houve a intenção, a

vontade de fazê-lo. E onde existe a contradição, Sr. Ministro, em relação à lógica do seu pensamento? Em vários instantes, V. Ex^a dizia que nós temos que separar a ingerência do Estado, mesmo nas suas empresas, e a mim pareceu que, através da colocação de alguém do Ministério da Infra-Estrutura como Presidente do Conselho de Administração da Petrobrás, havia uma incompatibilidade. Era uma preocupação, porque ela está embutida, realmente, numa questão que diz respeito ao pensamento do gestor do Ministério da Infra-Estrutura, hoje. Então, eu gostaria que o Ministro esclarecesse isso.

Em relação à questão da Interbrás, volto também dentro daquela linha levantada por alguns companheiros que me antecederam e, em particular, o Deputado Bocayuva Cunha. Acho que há uma contradição, sim, e V. Ex^a teve até a oportunidade de fazer algumas comparações entre o Brasil e a IBM. Não fez a comparação entre o Brasil e a IBM, mas mencionou, em alguns instantes, em conversa com o Sherman, da IBM, em uma pergunta, que o homem é o maior patrimônio da empresa.

Eu, realmente, gostaria que da empresa Brasil S.A. o homem tivesse sido o maior patrimônio. Infelizmente, não foi. E quando V. Ex^a se refere à questão da Interbrás, talvez ao gigantismo do corpo de funcionários — não conheço também dados da IBM, não estamos aqui para comparar os dados da IBM, porque a Interbrás é uma coisa muito mais séria, não caberia aqui fazer esse tipo de comparação — mas, Sr. Ministro, acho que como gestor, um homem que conhece, efetivamente, a rentabilidade de uma empresa, eu diria que o balanço da Interbrás é extremamente significativo.

Falei em o homem ser o patrimônio fundamental, porque se V. Ex^a dividisse os 780 milhões de dólares pelo número de funcionários, isso daria um índice ou faturamento ou lucro por homens/horas trabalhadas ou **per capita** da empresa extremamente significativo. Qualquer empresa internacional se orgulharia de ter esse índice.

V. Ex^a poderá argumentar — e V. Ex^a disse isso — ora, a Petrobrás, na verdade, favoreceu a Interbrás. Eu não tenho, Sr. Ministro, nenhum pejo em aceitar que a Petrobrás favoreça a Interbrás, na medida em que a Interbrás seja efetivamente controlada pela sociedade, na medida em que ela não seja cabide de empregos, e na medida em que a Interbrás não venha a praticar atos que não sejam da mais pura ação comercial.

Tenho a impressão de que o enfoque Interbrás deveria ser reexaminado — se V. Ex^a me permite — até pela inteligência de V. Ex^a, que é um homem afeito aos números. V. Ex^a é um gestor profissional. Sob esse aspecto eu insisto em que a sociedade merece uma resposta de parte do Governo quando enfoca a questão Interbrás de uma maneira distinta. Acho que esse é um ponto de extrema relevância, porque ele vai balizar o comportamento futuro.

De modo que enfatizo essa questão da Interbrás, dizendo, inclusive, que a capacidade de alavancagem que a Petrobrás tem é de extrema relevância. Que a Interbrás possa se valer dessa capacidade de alavancagem que a Petrobrás tem!

Acho que acabar com a Interbrás abre no sistema de comércio internacional do Brasil uma lacuna, quando houve, por parte de toda a sociedade, o sacrifício, o trabalho, para que a empresa chegasse a onde chegou.

Eu traria até, num tén jocoso, Sr. Ministro, aquela imagem de todos conhecida do marido que chega em casa e encontra a sua esposa no sofá, prevaricando, e resolve tirar o sofá. É o que nós estamos querendo fazer, exatamente, com a Interbrás. Perdoe-me a comparação.

Inclusive este Governo que aí está tem uma outra responsabilidade, Sr. Ministro. Quando V. Ex^a diz que a cubagem da mina não paga os 600 milhões de dólares investidos na Petromisa, acho que isso não basta. Cumpre a este Governo descobrir quem ordenou isso, quem foram os culpados. A Nação está esperando ações deste tipo. E nós aqui no Congresso estaremos prontos a discutir, a tentar entender, a debater com o Governo. Nós, inclusive, que somos de um Partido que não está no Governo, de um partido que faz oposição, mas um Partido que não faz oposição ao Brasil, como os Líderes maiores do meu Partido já disseram, estamos aqui para colaborar, mas também estamos efetivamente para dizer a V. Ex^a, ao Governo — e temos, aqui, um bravo representante da Liderança na Câmara dos Deputados — que nós gostaríamos de ter claramente uma exposição de V. Ex^a a respeito dessas questões.

Muito obrigado, Sr. Ministro. Eu teria inúmeras outras questões, mas infelizmente o horário não me permite formulá-las.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Com a palavra o Sr. Ministro Ozires Silva.

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — Vou tentar também responder com rapidez. Perdoe-me, Sr. Deputado, porque devido ao adiantado da hora acho que temos que reduzir as respostas.

Concordo com o diagnóstico que V. Ex^a colocou sobre preços irrealistas, dívidas em relação à companhia. Da mesma maneira que respondi anteriormente, o custo do barril precisa ser apurado. Uma das solicitações que fiz ao Presidente Mota Veiga foi a de termos o custo do barril definido. Mas também concordo com V. Ex^a: a Petrobrás é uma empresa tecnicamente bem preparada, tanto é que a tecnologia de águas profundas da Petrobrás está sendo negociada no exterior com grandes vantagens.

A Petrobrás é, permanentemente, convidada para simpósios e tudo mais. Espero que isso possa se traduzir até em receita para o Brasil de venda de tecnologia, num país que, fundamentalmente, ao invés, compra tecnologia. E o custo de prospecção da Petrobrás não se compara, evidentemente, com o custo

do Oriente Médio. Aliás, nenhum se compara ao do Oriente Médio.

Mas a colocação, bastante séria, do nobre Senador Roberto Campos — comparar com o Mar do Norte — é qualquer coisa que pode ser feita e a Petrobrás realmente não faz feio. Se pegarmos qualquer tipo de parâmetro da Petrobrás, em relação ao faturamento por empregado até à capacidade de refino da empresa — na década de 60 atingimos a auto-suficiência em refino, mostrando a competência brasileira em produzir refinarias que tivessem pontos de projeto extremamente adequados às perspectivas de demanda do País — verificaremos que ela mostrou, efetivamente, competência. E competência, também, na área comercial, porque vários países do mundo tiveram racionamento de petróleo durante as crises — racionamento de derivados — e nós, povo brasileiro, não tivemos, graças efetivamente à diligência e à competência da Petrobrás a nível internacional.

Na questão da incompatibilidade, que V. Ex^a coloca — é evidente que não tenho habilidade de discordar de mim próprio —, de qualquer forma, no que se refere por exemplo, à presença da administração direta no Conselho de Administração, temos que nos reportar aos objetivos do Conselho de Administração.

O conselho de Administração não tem responsabilidade gerenciais na companhia, como, aliás, prevêem os estatutos. O Conselho de Administração fixa a política e dá a orientação dos negócios da companhia, como está escrito na Lei nº 6.401, Lei das Sociedades Anônimas, e também nos diversos estatutos jurídicos que regem a moderna sociedade anônima brasileira. E a presença do acionista no Conselho de Administração é uma constante, em todas as empresas, razão pela qual o Presidente Collor entendeu que a administração direta, que representa o acionista, deve sentar, portanto, diretamente no Conselho de Administração.

Não vejo nenhuma incompatibilidade, não vejo nenhuma interferência, porquanto o papel do Conselho de Administração não é conduzir os negócios da empresa. A condução dos negócios da empresa, no dia-a-dia, é da atribuição exclusiva da diretoria executiva — diga-se, de passagem, que colocamos lá o Presidente Mota Veiga e ele, por sua vez, com o meu apoio explícito, escolheu livremente a sua diretoria, coisa que não pude fazer quando assumi a Petrobrás. De modo que procurei conceder a ele aquilo que me foi negado e espero e vou lutar para que ele tenha êxito.

Na realidade, se tivermos uma modificação da lei — o que será necessário — com alguém da administração direta no Conselho de Administração, esse alguém será um cidadão voltado aos interesses da companhia e não algum indivíduo corporativista da burocracia estatal que tente manietar a companhia. O nosso desejo é ter uma Petrobrás sadia, que possa crescer, que possa se desenvolver; e, sobretudo, que possa responder à responsabilidade que tem de ser a gestora do mono-

pólio do petróleo, o que, evidentemente, tem um custo para a sociedade brasileira e isso deve ser retornado a ela por ações claras, específicas e econômicas para que no dia-a-dia a companhia dê uma satisfação a essa mesma sociedade que lhe concedeu esse direito do monopólio.

Quanto à questão da Interbrás, não quero ser exaustivo em relação ao assunto, mas, na realidade, isso já foi examinado.

Agradeço imensamente os elogios que V. Exª fez a mim em particular, espero efetivamente merecê-los — eu que me sinto dentro da minha própria pele —, pode V. Exª ter certeza de que me sinto pequeno diante da gigantesca tarefa que tenho pela frente e a única coisa que posso oferecer é trabalho e esforço. Vou tentar honrar essa confiança que V. Exª deposita em mim. Mas asseguro-lhe que examinei o problema da Interbrás. Ela não representa um patrimônio de 600 milhões de dólares. Estou vendo agroa, Deputado, o telex, aliás, não é telex, é um documento do Presidente da Petrobrás, Sr. Carlos Sant'Anna, no qual os direitos que representam a Interbrás somam, hoje, mais de seiscentos milhões de dólares. Esses direitos, na realidade, são Petrobrás e não são perdidos, porque nós seríamos loucos se não honrássemos os compromissos decorrentes. A única coisa que nós achamos é que podemos honrar esses compromissos a menor custo, com a extinção da companhia. Ela fez um determinado trabalho ao longo dos anos mas, hoje, sem dúvida, é um órgão de intermediação dos negócios que são feitos pela Petrobrás, muitos dos quais podem ser feitos de forma direta e a custos menores.

Recebi um informe — não posso dizer que seja uma informação — de que a margem de participação da Intebrás varia entre três a dez por cento dos contratos assinados. Portanto, são números extremamente significativos de encarecimento das operações que nós efetivamente desejamos eliminar. E pode V. Exª ter certeza, com os próprios argumentos que V. Exª usou em relação a mim, em particular, que eu estudei o assunto e me convenci honestamente da necessidade de que esta companhia fosse extinta, mesmo porque privatizada ela não poderia ser. É uma empresa cara demais para qualquer companhia brasileira que pretendesse adquiri-la. De qualquer forma, cheguei a ser acusado por um jornal do Rio de Janeiro, de que teria feito um negócio pouco legal ao determinar que um compromisso com o Iraque fosse honrado. Acho que essa é uma demonstração clara e pública do risco pessoal que corri, no sentido de preservar uma relação de comércio com um país estrangeiro.

Entendo que o problema de extinção da Intebrás é um problema doméstico brasileiro. O Iraque não tem nada a ver com o mesmo e as nossas relações com o Iraque ou com outros países ou outros negócios têm que ser honrados. E pode ter certeza que colocarei o meu maior empenho pessoal para que nós tenhamos uma imagem de País sério em relação às entidades internacionais com as quais

negociamos, independente do processo organizacional que possa afetar o Brasil, agora ou no futuro. Muito obrigado pela pergunta.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Por fim, vamos ouvir o Senador João Calmom.

O SR. JOÃO CALMOM — Sr. Ministro, como parlamentar septuagenário, eu ouço citar um livro que já passou de moda neste País: um livro do Conde Afonso Celso, chamado "Porque me ufano do meu País". Ouvindo a sua corajosa, patriótica exposição, defendendo os contratos de risco, defendendo a extinção da Interbrás, criticando não somente a ciranda financeira mas, principalmente, a ciranda de irresponsabilidade a que assistimos em nosso País, eu me lembro desse livro e considero, Sr. Ministro, que V. Exª poderia ser um dos capítulos do mesmo. O Brasil se orgulha de ter um servidor da sua alta categoria, da sua extraordinária bravura cívica.

V. Exª começou lá no Instituto Técnico de Aeronáutica, na Embraer; foi Presidente da Petrobrás e, agora, tem essa responsabilidade tremenda de ser o Ministro do Governo Collor na área da Infra-Estrutura.

A essa altura da reunião, eu me limitaria a fazer uma pergunta: nós tivemos, durante muitos anos, a obrigação, aqui no Congresso, de analisar o Orçamento federal. Agora, depois da Constituição de 1988, nós tivemos a nossa responsabilidade aumentada: além do Orçamento Anual da União, temos o Orçamento Plurianual e o Orçamento das Estatais. A responsabilidade do Congresso cresceu tremendamente e nós, como sempre, vamos ficar à altura dessas novas responsabilidades, desses novos encargos — e estou certo de que saberemos cumpri-los. Minha única pergunta é esta: o orçamento do sistema Petrobrás supera largamente o total do orçamento geral da República. Essa informação me parece correta, porque eu a tenho ouvido com certa frequência. V. Exª não entende que várias das distorções, vários dos desvios ocorridos nessa área de estatais se deve a excessiva liberdade que essas interestatais tiveram ao longo das últimas décadas, e que isso tende a desaparecer se nós, como pretendemos, cumprirmos com o nosso dever e exarminarmos não apenas detalhadamente o Orçamento Geral da União, mas também o orçamento das estatais?

Repetindo a pergunta, o sistema Petrobrás é muito superior ao Orçamento Geral da República? Volto a felicitá-lo pelo brilho, pela objetividade e pela extraordinária bravura do seu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO OZIREZ SILVA — Muito obrigado, nobre Senador. Partindo de V. Exª, sinto-me extremamente honrado e, ao contrário, até diminuído, porque a tarefa é gigantesca; nós temos que ter a humildade de compreender o trabalho que temos pela frente e V. Exª me honra muito colocando-me

nesta situação que espero merecer. Mas ficolle muito grato, de coração, como indivíduo, pela sua manifestação.

O orçamento da Petrobrás não é maior do que o da República. O sistema Petrobrás, hoje, é de cerca de vinte bilhões de dólares anuais. O volume da República, eu não tenho presente mas imagino que seja um pouco superior a isso ou, vamos dizer, da mesma ordem de grandeza comparável, mas não tem a mesma dimensão, pois o Orçamento da República é maior.

Hoje, segundo informações, o Orçamento da República caiu de vinte e seis por cento para dezoito por cento do PIB, se nós levarmos em consideração o PIB contábil, que é muito menor que o PIB real porque nós temos uma economia informal neste País extremamente grande, com o PIB em torno de trezentos e trinta bilhões de dólares. Colocando-se em torno de dezoito por cento, nós vamos ter qualquer coisa em torno de cinquenta bilhões de dólares ou coisa desse tipo. De modo que o orçamento da Petrobrás é sensível, é mensurável perto do Orçamento da União mas não é maior, quer dizer, ele pode ser colocado em termos de comparação.

Com relação ao conceito de liberdade das empresas, a este precisaria ser um pouco examinado. Acho que não pode haver liberdade de a empresa fixar o seu plano estratégico e decidir o que vai fazer. Isso, evidentemente, cabe ao Governo, como acionista majoritário, e deve passar pelo Congresso Nacional, certamente, no que significa estratégia da companhia, para que a companhia foi criada. E uma compatibilidade — V. Exª conhece bastante bem esse assunto — dos objetivos sociais da companhia que ela tem que atingir, como, cobrança não só da sociedade, se for uma companhia governamental, mas dos acionistas, se for uma companhia privada. Essa liberdade eu não defendo. Ao contrário, acho que devemos dar às empresas premissas claras, objetivos claros mas ao mesmo tempo, conferir a elas um grau de liberdade para que elas tenham eficiência para atingir esses objetivos.

Podemos estabelecer todos os esquemas de cobrança, como, aliás, fiz desde o tempo do Presidente Sarney através de uma minuta de um chamado "contrato de gestão", em que o Governo fixava os parâmetros e, ao mesmo tempo, concedia o grau de liberdade para que a companhia fosse gerida para com eficiência.

De modo que nessa área de liberdade, talvez o que tenha acontecido é que o Governo procurou cercar a companhia naquilo que ela precisava de liberdade fundamental para gerenciar o seu dia-a-dia, e ao mesmo tempo, não fixou as premissas de longo prazo sobre as quais ela deveria funcionar e sobre as quais ela deveria dar satisfação à sociedade que a nutriu, à sociedade que a criou.

Nesse ponto, eu pediria a atenção de V. Exª e dos nobres Parlamentares aqui presentes, de que o grau de liberdade realmente não pode atingir o ponto de que a companhia possa decidir por si própria, o que ela deva

fazer. Nós falamos, no começo da nossa exposição, que a Petrobrás, logo que foi criada, em função dos preços baixos do barril de petróleo no exterior, dedicou-se à comercialização e não sentiu a sinalização que o mercado estava indicando: que uma crise do preço do petróleo sobreviria. E, nessas condições, ela foi apanhada de surpresa quando a OPEP decretou o primeiro aumento do petróleo e colocou em vulnerabilidade as contas nacionais. Isso não poderia ter acontecido, porque a companhia se dedicou à comercialização como uma forma própria de escolher a sua opção de negociação.

Evidentemente, houve uma reação, não tão rápida como se desejaria, mas hoje nós temos uma empresa integrada, uma empresa competente, capaz de prospectar, capaz de achar petróleo, de perfurar, de produzir, de refinar e de distribuir; uma companhia, portanto, competente em todos os segmentos da indústria do petróleo.

Mas, cabe sim ao Poder Central fixar quais são seus objetivos estratégicos, ligados à satisfação das necessidades em termos energéticos do País. A peça orçamentária que deve conduzir a empresa, deve refletir esta orientação, mas de forma nenhuma poderemos extrapolar isso e dizer que o Poder Executivo ou o Poder Legislativo deveria fixar como a companhia funciona no dia-a-dia. A companhia tem que ter a liberdade gerencial para atingir aqueles objetivos macroestabelecidos pela autoridade que controla a companhia, pelo Poder Central, mas de forma nenhuma isso deve extrapolar a liberdade da companhia de gerenciar e de enfrentar os seus desafios no campo do mercado.

V. Exª sabe que, hoje, a economia mundial se globalizou, a transnacionalização é muito mais importante que a multinacionalização, os fluxos financeiros cresceram em importância, enormemente. A habilidade de uma companhia em operar com velocidade no mercado financeiro, hoje, é vital para a sua sobrevivência. O mesmo para fluxos de moeda, operações rápidas a nível internacional. Tudo isso leva a um cenário inteiramente diverso, e é fundamental que a companhia possa fazer isso com desenvoltura, mas, evidentemente, restrita naqueles objetivos fundamentais colocados pelo acionista, que, no caso agora, não é um acionista qualquer, mas o próprio povo brasileiro a exigir de uma companhia que ele criou, que atenda os seus objetivos fundamentais de longo prazo.

O SR. JOÃO CALMOM — Naturalmente, sob a supervisão do Congresso Nacional, eleito pelo povo, que tem o direito de fiscalizar a atuação das empresas estatais.

O SR. NELSON SABRÁ — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. NELSON SABRÁ — Sr. Presidente, em nome da Liderança do Governo da Câmara, desejo homenagear os Membros desta CPI nas pessoas de V. Exª e do Senador

José Fogaça, pela forma escorreita e transparente com que as idéias e os confrontos foram aqui terçados; e, mais do que isso, Sr. Presidente, destacar as nossas homenagens aos dois representantes do Poder Executivo aqui presentes: ao Ministro Ozires Silva, da Infra-Estrutura, e ao Engenheiro Luiz Oswaldo Nórís Aranha, Secretário Nacional de Energia, e, nas pessoas deles, dizer da nossa crença, da nossa confiança no acerto das medidas que estão sendo tomadas.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO LIMA — São 12 horas e 45 minutos, mas me conceda um minuto para fazer uma solicitação a V. Exª?

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Pois não, Deputado Mário Lima.

O SR. MÁRIO LIMA — S. Exª já tomou meio minuto, vou ter que gastar um. Solicito a V. Exª que, mesmo reconhecendo que o Congresso está com excesso de trabalho, convoque uma reunião interna da Comissão, quando espero apresentar uma farta documentação para servir de lastro ao que afirmarei aqui: do relacionamento conflituoso e até injusto, em alguns aspectos, na Petrobrás.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Sugiro ao Deputado Mário Lima que...

O SR. MÁRIO LIMA — Depois V. Exª faz isso. Não vou lhe pedir que decida agora. Apenas fica a solicitação. Para não ser injusto, quero registrar, rapidamente, o interesse que tiveram os trabalhadores da Petrobrás. Está aqui também o Diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores Petroleiros, Francisco Canavarro.

Por último, faço um breve registro para o meu ilustre e querido Senador José Fogaça. Esse problema do custo do petróleo, Senador, que voltou novamente a ser lembrado pelo ilustre Companheiro Mauro Campos, é muito complexo. Não sou geólogo, mas converso longamente com os geólogos da companhia. Sabe-se que a geologia do Hemisfério Norte é favorável à acumulação de petróleo e é mais fácil. A geologia do Hemisfério Sul é mais pobre e mais difícil. Comparar custos de produção de petróleo é de uma complexidade imensa. A possança das jazidas de petróleo do Hemisfério Norte são infinitamente maiores do que as do Hemisfério Sul. Inclusive, a Petrobrás provou isso quando sua equipe técnica descobriu o Campo de Majnoon, no Iraque. É um dos campos de maior produtividade e de mais baixo custo de produção.

Esse é um assunto muito complexo que não pode ser levado com a simplicidade que alguns querem. Dando uma ilustração popular, pegue o mesmo pescador com equipamento mais apropriado, bote-o num lago piscoso e ele vai pescar muito; bote-o num lago de pouco peixe e ele pesca muito. O petróleo, o homem não faz, encontra-o na natureza. A natureza levou milhões de anos para elaborá-lo. Essa comparação de preço, ilustre Senador — sei que V. Exª é um homem meticuloso —, é profundamente complexa.

É o que eu queria lembrar-lhe e é também uma homenagem e uma contribuição ao sério trabalho que sei que V. Exª vai fazer.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Ao encerrar a reunião, gostaria de agradecer ao Ministro Ozires Silva e parabenizá-lo pelas respostas claras, concisas, pela coragem de suas afirmações, pela prova inequívoca da sua competência e de seu patriotismo.

Sr. Ministro, estamos encantados com a exposição de V. Exª, pela forma como respondeu às perguntas dos Srs. Deputados e Senadores, na certeza de que V. Exª, à frente da Pasta da Infra-Estrutura no Brasil, haverá de lutar muito para que este Brasil seja o País que todos nós desejamos.

Parabéns, Ministro! (Palmas.)
Declaro encerrada a reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

Destinada a "Apurar a Fuga de Capital e a Evasão de Divisas do Brasil".

3ª REUNIÃO, REALIZADA EM 7 DE DEZEMBRO DE 1989.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia sete de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e nove, na sala nº 2, presentes os Srs. Senadores Antônio Luiz Maya, Presidente, Jutahy Magalhães, Servero Gomes e os Srs. Deputados Fernando Bezerra Coelho, Relator, Paulo Ramos e Nilzo Sguarezi, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "Apurar a Fuga de Capital e a Evasão de Divisas do Brasil". Comparece ainda, o Sr. Senador Roberto Campos. É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada. Havendo número regimental o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos e, solicita aos Srs. Arnin Lore, Diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Portinari, Coordenador do Sistema Aduaneiro e Maurício de Sousa Assis, Chefe do Departamento de Matéria Prima e Produtos Básicos do Banco do Brasil, para tomarem assento à Mesa. Prosseguindo, o Sr. Senador Antônio Luiz Maya, Presidente, esclarece que cada depoente, fará o juramento separadamente e terá quinze minutos para sua exposição seguida da fase interpelatória. Comunica, ainda, que os trabalhos serão iniciados pelo Sr. Arnin Lore, seguido do Sr. Carlos Portinari e por último o Sr. Maurício de Souza Assis. Logo após às exposições dos Srs. Depoentes, passa-se a fase de indagações usando da palavra pela ordem, o Sr. Senador Jutahy Magalhães, o Sr. Deputado Paulo Ramos e Nilzo Sguarezi e ainda o Sr. Senador Roberto Campos. Finalizando, o Sr. Presidente agradece a presença dos Srs. depoentes e, determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, DESTINADA A "APURARA FUGA DE CAPITAL E A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL", REALIZADA EM 7 DE DEZEMBRO DE 1989, A FIM DE OUVIR OS DEPOIMENTOS DOS SRs. ARNIN LORE, DIRETOR DA ÁREA EXTERNA DO BANCO CENTRAL, CARLOS PORTINARI, COORDENADOR DO SISTEMA ADUANEIRO DA RECEITA FEDERAL E MAURÍCIO DE SOUSA ASSIS, CHEFE DO DEPARTAMENTO DE MATÉRIA-PRIMA E PRODUTOS BÁSICOS DO BANCO DO BRASIL, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Antonio Luiz Maya
Relator: Deputado Fernando Bezerra Coelho

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) — Abrindo os trabalhos da reunião desta manhã da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a fuga de capital e a evasão de divisas do Brasil, temos o prazer de convidar para participar da Mesa o nobre Relator da Comissão Deputado Fernando Bezerra Coelho, que se encontra ao meu lado.

Temos também o prazer de convidar os Srs. depoentes Dr. Arnin Lore, Diretor da Área Externa do Banco Central. Queira, por favor, tomar assento à Mesa. Dr. Carlos Portinari Grégio, Coordenador do Sistema Aduaneiro, por favor. Dr. Maurício de Sousa Assis, Chefe do Departamento de Matéria-Prima e Produções Básicas, DEMAP.

A sistemática dos trabalhos consiste no seguinte: Inicialmente, convidaremos o Dr. Arnin Lore para ser o primeiro expoente, atendendo, porém, às necessárias praxes de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que seria o juramento inicial. Depois, passaremos a palavra ao segundo depoente, que será o Dr. Carlos Portinari. Em terceiro lugar, falará o Dr. Maurício de Sousa Assis. A cada um de V. S^{as} damos o tempo de 15 minutos, que poderá ser integralmente aproveitado ou não pelo depoente. Em seguida, as indagações pelos Srs. membros presentes da Comissão.

Portanto, inicialmente, convidamos o Dr. Arnin Lore a proceder àquilo que é de praxe para um depoente em Comissão Parlamentar de Inquérito, que seria o juramento. Convidaria todos os presentes para de pé assistirmos ao juramento.

O DR. ARNIN LORE —

“Juro, como dever, de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar a fuga de capital e a evasão de divisas do Brasil.”

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) — Antes de passar a palavra ao Sr. Arnin Lore, gostaria, como Presidente da Comissão, de apresentar os agradecimentos iniciais pela aceitação do nosso convite, feito praticamente de última hora, para atender a uma necessidade de trabalho imediato da Comissão, que terá o seu relatório, relatório este que está em fase final, que será apresentado em agosto do próximo ano. Porém, como a matéria é de relevância, temos todo o primeiro semestre do ano para trabalharmos em cima do assunto, que é a apuração da fuga de capital e evasão de divisas do Brasil.

Sem mais formalidades, passo a palavra ao Dr. Arnin Lore.

O SR. ARNIN LORE — Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão Senador Antônio Luiz Maya, Sr. Relator Fernando Bezerra Coelho, conhecido já de outros trabalhos em conjunto, Srs. Membros da Comissão, é sempre um prazer voltar ao Congresso e, especificamente, a esta Comissão do Senado Federal, com o objetivo de auxiliar nesses importantes trabalhos que se fazem, procurando aperfeiçoar o conhecimento geral sobre assuntos de importância como o do movimento de capital do Brasil.

Fiquei especialmente satisfeito ao verificar a formação desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, tendo em conta a relevância que esse assunto adquiriu no ano de 1989 e, especificamente, a partir de uma reportagem em dezembro de 1988, de um periódico de São Paulo, onde se iniciou um levantamento de dados, não baseado em informações do Governo e, sim em informações internacionais, sobre a movimentação de capitais brasileiros legal e ilegal. Fiquei mais satisfeito quando vi o nome da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar a fuga de capital e a evasão de divisas do Brasil, o que já demonstra uma fase mais adiantada da discussão do processo, porque, até a formação desta Comissão, se misturava no País a movimentação de capital com os ilegais e legais.

Então, acho que já estamos, nesta Comissão, com o início mais aprofundado e mais técnico de toda a discussão que se viu publicamente ao longo do ano de 1989. Eu, como Diretor da Área Externa do Banco Central, gostaria de fazer algumas colocações iniciais e depois, no âmbito da finalidade desta Comissão, fazer algumas sugestões de modo a permitir que o trabalho que esta Comissão vai realizar seja de consequência muito grande na efetiva apuração e no esclarecimento ao povo do que é que acontece com o dinheiro do Brasil.

Então, inicialmente, acho que me cabe explicar — vou procurar ser o mais breve possível — que o nosso País, no âmbito da América Latina, tem uma situação extremamente diferenciada em termos de qualidade. Desde os anos 50 e ao longo dos anos 60, quando entrou em vigor a Lei n° 4.131, o nosso país possui um controle de câmbio de rara eficiência. Então, o Brasil, na América Latina, possui um sistema de câmbio único. Nenhum

outro País possui um controle da movimentação das suas divisas como o Brasil tem — em outra oportunidade podemos entrar mais em detalhes nesse sentido, mas não há a menor dúvida de que qualquer pessoa que neste País movimente uma divisa estrangeira fala com um órgão do Governo.

Depois, devemos também sempre deixar com bastante realce a informação de que toda a dívida assumida por uma entidade brasileira, quer do setor público, quer do setor privado teve inicialmente um contato com o Banco Central e os órgãos que antecederam o Banco Central anteriormente à existência deste e, posteriormente, com diversos órgãos do Banco Central e a dívida do Brasil só se forma mediante o ingresso da divisa nas contas nacionais.

Então, podemos ter uma grande discussão, e não é a primeira vez que digo isso no Congresso, quanto ao uso do recurso da dívida brasileira no exterior. O que entendo que é uma discussão que deve diminuir de intensidade é quanto à contabilidade dela. Nós somos o único país que reconhece uma dívida somente mediante o ingresso da divisa no País. E nas pequenas hipóteses de pagamento de importações no exterior mediante ingresso de financiamento, o processo é tão grande para obter autorização junto aos órgãos do Banco Central de que o reconhecimento da dívida seja paralelo à utilização do recurso no exterior, que é mais fácil ingressar a divisa e proceder ao pagamento.

Existe essa exceção, ela é controlada caso a caso no Banco Central e eu entendo, então, que somos o único País que dispõe desse tipo de controle e a prova disso é a qualidade da contabilidade da dívida externa. Então, só para citar um exemplo de país irmão nosso, da América Latina, na época da grande disponibilidade de capital para países da América Latina um empresário ia a uma capital de país fornecedor de recursos, assumia a dívida, determinava que o recurso fosse transferido para a sua conta pessoal e o país era o devedor. No Brasil essa hipótese não existe. Pode ter havido mal uso dos cruzados obtidos com a transformação das divisas obtidas por financiamento externo. Agora, a contabilidade da dívida externa é correta, é existente e é disponível. Acho que isso é uma informação importante.

O outro dado que me parece da maior relevância no que diz respeito à movimentação de divisas e especialmente ao que se andou discutindo ao longo do ano de 1989, é uma mistura de movimento de capital legal e legítimo com o movimento de capital escuso e não visível. Acho que é muito importante fazermos uma subdivisão desses movimentos de capital, porque um dos aspectos mais importantes do nosso balanço de pagamentos é exatamente o movimento de capitais e nessas publicações que vimos ao longo do ano de 1989 poucas vezes ou quase nenhuma das vezes há a divisão desse movimento. Acho que é muito importante separarmos o que é movimento legítimo de capitais e o que é o movimento ilegal de capitais. Se temos

a preocupação com o movimento legítimo de capitais, a informação está disponível.

Aproveito esta oportunidade para passar ao Presidente da Comissão o programa econômico do Brasil, que é emitido trimestralmente pelo Banco Central, onde, já a partir da pág. 61, temos todo o esclarecimento da movimentação da balança de pagamentos do País até junho, que é um dado público conhecido e a partir deste podemos ir separando as águas.

Uma outra discussão que se assistiu com bastante intensidade, ao longo do ano de 1989, diz respeito a sobrefaturamento e subfaturamento de pagamentos, que é um assunto mais referente à Cacex, quanto à parte de controle. Mas, quanto ao aspecto financeiro, é uma obrigação e uma responsabilidade do Banco Central.

Sobre este comentário eu também gostaria de prestar um esclarecimento inicial. Ouve-se falar de números de 12 bilhões de dólares ao ano de sobrefaturamento e subfaturamento de importações. Tenho sido sempre muito cauteloso em fazer comentários a respeito deste tipo de dados, porque, se, de um lado, deve haver alguma fonte de informação para essas pessoas se referirem a esses números, tenho muito cuidado em aceitá-los como verdadeiros. Além disto, se existe a informação no âmbito do setor privado, no âmbito da imprensa, seria muito importante que essa informação viesse ao Governo, que desconhece essa movimentação, vê com dificuldade qualquer movimentação deste tipo e especialmente a viabilidade de recursos desta ordem que alterariam até o produto bruto da nação.

Quer dizer, se estamos aqui exportando subfaturadamente um volume deste porte e importando sobrefaturadamente um valor tão importante, o nosso produto bruto está errado. Depois temos as consequências ao longo de todos os dados da economia. Onde está o consumo de energia elétrica? Onde está o peso nos portos? Onde está o controle de preços? Onde se encontra esse recurso? De que forma ele é utilizado? Onde estão os controles dos portos, da Cacex, do Banco Central, que me parecem tornar muito duvidosa essa informação?

Ainda assim penso que, se temos essa dúvida institucionalmente, quer dizer, se a economia do País tem essa dúvida, é da maior importância que alarguemos a discussão. Até aqui quem discute? São dois ou três membros do Banco Central que são sempre indagados a respeito disto; dois ou três do Banco do Brasil, especialmente a Cacex, que recebem este tipo de comentário, mas um comentário fútil, sem informação. Até penso ser possível, num nível de exportação de 35 bilhões de dólares, que haja alguma distorção. É muito pouco provável que seja, na quarta casa decimal o acerto. O que é preciso ver é onde se encontra a distorção, o que é preciso para corrigir essa distorção e qual a consequência e a razão de o Governo não conseguir aprofundar o seu controle a este nível de detalhe.

Existem discussões paralelas quanto à parte tributária, taxa de câmbio, controle de alfândega, controle de fretes. Mas a verdade é que é muito oportuno reorganizarmos a forma de discutir o assunto, tendo como local de discussão o Congresso

Penso que teremos aqui trabalhos paralelos àqueles que são normalmente realizados pelo Governo, mas, sem dúvida, teremos aqui mais um passo de progresso.

No âmbito do Banco Central, cuja área é de minha reponsabilidade, temos a certeza de que, com os meios disponíveis, o máximo é feito. O Sisbacen que é como um sistema de computadores funcionando neste momento que também é único na América Latina ou eventualmente, até num universo muito maior, nos dá a facilidade de ter, em tempo real, **on line**, todas as transações que se realizam no mercado financeiro com envolvimento internacional.

Então, as transações de câmbio que a esta hora se realizam são informadas ao longo do dia ao Banco Central e, ao final do dia de hoje, teremos conhecimento de todas as compras e vendas de moedas realizadas no País no computador do Banco Central. Quer dizer, a informação de tudo aquilo que é processado de acordo com a regra nos chega. Então, a desconfiança ou a aparência de alguma irregularidade que existe no processo de movimentação financeira do País deve ser discutida. Aos olhos da área de câmbio do Banco Central, nós entendemos que toda documentação que nos chega é verdadeira, é legítima e deve ser interpretada dessa forma. A Mesa traz, nós iniciamos verificando algumas operações ilegais e estamos nessa grande campanha de verificar, em primeiro lugar, o que é que ocorreu nessa transação ilegal com as importações brasileiras e estamos progredindo satisfatoriamente. A discussão não tem sido, lamentavelmente, pública, porque ela não pode ser pública, mas os Senhores tenham a certeza que o trabalho que o Banco Central está realizando no sentido de corrigir essa distorção que se verificou e que foi o Banco Central que iniciou essa verificação e a descoberta do problema, vai ter uma consequência de vulto. O que não podemos é neste momento fazer um anúncio público do processo que está sendo encaminhado no Banco Central, em conjunto com a Cacex e a Receita Federal, mas já é o sinal de que ao verificar uma distorção no processo, a reação está sendo com a intensidade adequada ao tamanho do problema. Então, eu já estou atingindo o meu tempo, e gostaria de fazer algumas sugestões.

Nós temos ouvido, ao longo do ano, de que há subfaturamento a sobrefaturamento. Alguém tem a informação, eu acho que o lugar correto de analisar a informação é aqui no Congresso. Então, se as pessoas que dispõem de informação, eu acho que deveria até ser emitido um edital de que ocorre subfaturamento e sobrefaturamento por caminhos que o Governo não tem acesso, deveriam fazê-lo aqui, eu acho que devia haver um pedido público de que todas aquelas pessoas

interessadas na saúde financeira do País deveriam auxiliar esta Comissão, porque não é aqui que vai surgir uma punição, não é aqui que vai surgir uma consequência imediata, mas é aqui que poderá surgir um novo método de controlar o movimento financeiro do País.

Segundo, o setor privado, eu não sei o quanto ele já tem sido incluído nos trabalhos da Comissão, mas nós temos pessoas que, ao longo desses 10, 15 anos, participaram da formulação das regras, participaram da execução dos trabalhos e, com certeza, tenham muito a adicionar ao trabalho desta Comissão. O Banco Central obviamente que tem toda a sua informação, todo o seu mecanismo disponível, e nós poderemos estar presentes todas as vezes que a Comissão entender necessário. Então eu acho que, como uma apresentação inicial, era o que me cabia dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) — Prosseguindo nos nossos trabalhos, de acordo com a sistemática apresentada inicialmente, convidamos agora o Coordenador do Sistema Aduaneiro, que é o Dr. Carlos Portinari, a proceder, primeiro, ao seu juramento e, em seguida, a fazer uso da palavra.

O SR. CARLOS PORTINARI

“Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar a fuga de capital e a evasão de divisas do Brasil.”

Tenho impressão que nós representamos, talvez, o setor mais desconhecido de todos os setores que operam e interferem no processo de comércio exterior brasileiro. A Aduana brasileira, por razões históricas que não beberia dispor aqui, se tornou, ao longo dos anos, uma organização pequena e que se vê a braços com dificuldades imensas, que impedem que tenha uma atuação que se deveria esperar de uma duana organizada e de uma duana eficaz.

Na questão das fraudes cambiais e dos ilícitos de natureza cambial, o papel de Aduana é muito importante, porque a Aduana é o braço executivo, é o Órgão executivo das diretrizes, determinações, licenças, permissões, regras e normas emanadas dos demais órgãos. É a Aduana que faz a verificação física das mercadorias, ela é que vê o que de fato está entrando e saindo do País, e quando ela emite a famosa 4ª via da Declaração de Importação, ela está atestando que aquela mercadoria chegou ao País naquela quantidade, com aquela classificação fiscal, com aquele preço e é nesse documento que se baseiam os órgãos cambiais para os seus próprios procedimentos.

Eu teria a satisfação de dizer que a Aduana tem cumprido com o seu dever dentro das limitações, eu diria dramáticas, das quais ela padece presentemente. Pode-se dizer que os

casos já detectados de fraudes são apenas um sintoma de uma situação de extrema gravidade pela qual passa a Aduana, que a opacidade da burocracia e a dificuldade de entendimento de um assunto tão técnico, por parte do grande público, têm impedido que chegue a conhecimento da Nação brasileira.

A nossa Aduana encontra-se numa situação de colapso técnico. Pode-se dizer que se ela tem tido condições de impedir, de prevenir, de reprimir fraudes e ilícitos, isso é devido à dedicação e ao esforço hercúleo numa luta desigual que enfrentam seus funcionários espalhados pelo Brasil.

De modo que, embora o assunto fuja ligeiramente da matéria específica da qual tratamos aqui, talvez a ocasião fosse interessante para que se fizesse uma chamada de atenção dos Senhores para esse problema de extrema gravidade que está a exigir remédios imediatos, caso contrário, de nada adiantará toda a perfeita organização que o Banco Central e a CACEX tem conseguido colocar em campo, já que existe um elo fraco nesse sistema que está necessitado de reparos e de socorro urgente. Então, peço permissão para fazer essa pequena digressão que julgo da maior importância.

A Aduana brasileira caracteriza-se dentre as 140 poucas Aduanas mundiais pela estranha peculiaridade de não existir. É uma organização inexistente, que não tem identidade própria e se encontra presentemente como um Departamento da Secretaria da Receita Federal numa situação que a própria Secretaria, há tempo, reconhece ser totalmente inadequada. Nosso Secretário tem feito grandes esforços no sentido de remediar essa situação, mas as dificuldades que a situação presente apresenta e a própria dificuldade de movimentação que a máquina burocrática me todos os países, nós não somos exceção, impõe, faz com que quaisquer medidas sejam difíceis, sejam custosas e, frequentemente, sejam frustradas.

Vou dar alguns números para os senhores. nossa Aduana tem presentemente dois mil homens, é menos do que a Bolívia, que tem um comércio exterior sessenta vezes menor que o nosso. A Aduana da Alemanha Ocidental tem trinta e cinco mil homens, a França tem trinta mil, o Reino Unido tem vinte e cinco mil, a Dinamarca, que é menor que o Estado de Pernambuco, tem sete mil homens, a Holanda tem sete mil, a Bélgica tem sete mil. O Brasil, com essa imensa área e com todo esse sistema protecionista que tem que exercer, tem apenas dois mil homens, e dois mil homens não apenas desaparelhados e despreparados, porque foram contratados como contadores, auditores e não como especialistas aduaneiros. Não se contrata médico, com exame público, para engenheiro. O nosso problema é esse, temos de contratar pessoas por um canal errado, que é o canal que nos é dado, que é o da auditoria fiscal. Por esse motivo, temos a improvisação — são pessoas abnegadas, que estudam sozinhas, que fazem cursos esparsos e, finalmente, tornam-se técnicos até de grande valor. Com

grande orgulho podemos dizer que o Brasil fornece treinamento aos países vizinhos e dá assistência técnica a outros países, assistência técnica em um campo que somos profundamente deficientes, do ponto de vista estrutural, mas somos profundamente (isso dá-me muita satisfação ao dizer) bem dotados em termos de talentos individuais e a velha improvisação brasileira.

No caso da Aduana brasileira, é preciso acabar com isso por uma razão, Excelências. As Aduanas funcionam, mais ou menos, como a pele de um organismo. Elas separam e identificam esse organismo, fazem com que ele tenha sua existência própria com relação ao resto do mundo. Haja vista, o seguinte: quando se faz união de nações, sempre começa pela união das Aduanas. Vejam o exemplo do Mercado Comum e o exemplo da Zollverein, que foi o que deu início à Alemanha. A Alemanha era um monte de principados e ducados que a partir de uma fusão de Aduana passou a ser uma nação só. Isto é uma demonstração de que a Aduana funciona como uma pele, como aquilo que separa, delimita, e não uma pele que isola, mas uma pele que permite o intercâmbio com o resto do mundo. No caso do Brasil, nossa pele se encontra ulcerada, lacerada, somos um País esfolado, um País indefeso diria eu.

Felizmente, o que se detectou na questão das fraudes demonstra, claramente, que foram feitos inteiramente à revelia dos órgãos públicos, foram casos de pura e simples falsificação de documentos. Isto também acontece devido aos defeitos de nossa estrutura aduaneira porque, na mesma ocasião em que a Aduana brasileira desapareceu, em 1969, foi extinta a profissão do despachante aduaneiro e criada uma liberdade de mercado que permite que qualquer pessoa, independentemente de seu passado, de suas credenciais ou de suas condições abra uma empresa comissária de despachos e opere no sator de despachos aduaneiros, penetre nas repartições, conheça os funcionários, saiba como se faz os documentos, como se assina, qual a numeração que está sendo dada ao documento naquele dia, em resumo, tenha à sua disposição todos os elementos necessários para perpetrar a fraude. Isso é apenas um pequeno capítulo de uma série de medidas de vandalismo que foram tomadas pelas administrações de um passado já distante que culminaram numa completa dissolução e destruição da corporação aduaneira.

Há projetos no sentido de reestruturar a Aduana e devolver-lhe, dentro da estrutura da Receita Federal, a necessária autonomia e a necessária eficácia. Precisariamos, para funcionar razoavelmente bem, de um efetivo mínimo de vinte mil homens. Evidentemente, se falar em aumento de efetivos desta natureza na presente situação econômico-financeira do País, tenho impressão de que isso provocará imediata e instintiva repulsa dos Srs. Parlamentares.

Felizmente, esses seriam os nossos efetivos se fôssemos organizar, como se organizam, as aduanas de todo o resto do mundo. Mas

devido as novas técnicas de processamento de dados, existe a possibilidade de se criar e de se implantar no Brasil, em prazo relativamente curto, um sistema de processamento de dados que nos permitirá que nos livremos das toneladas de papel que nos submetem, diariamente, e façamos uma fiscalização seletiva que nos permitirá a que funcionássemos com efetivo, talvez três vezes superior ao atual, algo como 4 a 5 mil homens. Isso é possível fazer.

Mas, acima de tudo, é preciso devolver a identidade à Aduana, por uma razão muito simples: a única defesa que uma corporação tem contra todas as falhas, especialmente uma corporação de funcionários públicos, é o espírito de corpo. E para que haja espírito de corpo é preciso que haja identidade.

A Aduana brasileira existe desde 1808 e foi destruída em 1969; e foi destruída, lamento recordar aqui; num verdadeiro processo de vandalismo; nossos arquivos foram queimados e as repartições foram abruptamente transformadas em divisões de um grande órgão arrecadador. E, nesse processo, perdeu-se todo aquele espírito de corporação que fazia com que os funcionários tivessem certa coesão e exercessem, com mais eficiência, as suas funções. É surpreendente como, apesar de tudo isso, sobreviveu. E, neste aspecto, eu só posso comparar a Aduana, dentro da sua pequena dimensão atual, com fenômenos tais como o do povo judeu ou de populações que, por longo tempo, mantém a sua identidade apesar de ela não ser se reconhecida como tal.

Então, é necessário que se faça uma completa reestruturação da organização aduaneira, porque, presentemente, ela encontra imensa dificuldade em exercer a função protecionista que lhe é dada. E, se amanhã, o Brasil adotar outra política de comércio exterior, em que a Aduana tenha uma função arrecadatória, então menos ainda, ela terá condições de exercer suas funções.

O episódio das fraudes cambiais, a questão do sub e superfaturamento, como bem disse o Dr. Lore, é impossível dimensionar as estimativas exageradas, a boatos.

Mas, evidentemente, isso ocorre, que eu diria como sintomas de uma situação de profunda desagregação, e eu direi que o fulcro deste problema se localiza, exatamente, na Aduana que está enfraquecida e desaparelhada, haja vista que os documentos utilizados no processo de fraudes são documentos aduaneiros, facilmente forjados dentro da situação atual.

Não obstante essas dificuldades todas, nós estamos tomando providência, em conjunto com o Banco Central, no sentido de permitir, mesmo com o nosso sistema manual ainda de trabalho, mesmo com o nosso sistema de processamento de dados, que se encontra a cerca de 20 anos defasado em relação ao resto do mundo, um procedimento de fornecimento rápido de informações, que permitirá ao Banco Central exercer uma medida de controle maior, mais segura e, acima de tudo, permitirá fazer com que o banco torne

a operação fraudulenta extremamente arriscada, para o infrator. Ele corre riscos muito grandes ao iniciar o processo de fraude já que, além das sanções penais e fiscais a que estará sujeito, corre também o risco, que a eles particularmente desagradaria muito, de perder pequenas fortunas.

O tema da Aduana brasileira é longo de mais, evidentemente não haveria condições de esgotá-la aqui, nem é essa a nossa intenção, mas gostaríamos de reafirmar que há uma necessidade urgente de reestruturar a Aduana brasileira, de reforçá-la, porque, caso contrário, toda nossa política de comércio exterior, toda a sua execução e toda precisão de sua execução que é muito importante, estarão gravemente comprometidas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Luiz Maya) — Dando prosseguimento, convidamos o Dr. Maurício de Sousa Assis, que é Chefe do Departamento de Matéria Prima e Produtos Básicos, para fazer o seu juramento e, em seguida, fazer uso da palavra.

O SR. MAURÍCIO DE SOUSA ASSIS

Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo, do que seja do meu conhecimento, sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar a fuga de capitais e a evasão de divisas do Brasil.

Sr. Presidente da Comissão, Senador Antônio Luiz Maya, Sr. Relator, demais componentes da Comissão, é com satisfação que venho aqui representar a CACEX, para prestar alguns esclarecimentos que possam cooperar com o trabalho da Comissão.

Recebemos esse convite em cima da hora, mas, de qualquer maneira, eu gostaria de procurar dar a V. Ex^{as} algumas informações a respeito da parte relacionada a subfaturamento, superfaturamento, que está, neste processo, mais diretamente ligada ou acompanhada, vamos dizer assim, pelo sistema que hoje existe na CACEX.

Mas, antes de entrarmos nesse fato, no sistema que a CACEX utiliza no exame das guias de exportação e importação, acho que seria interessante relembrar um pouco o comércio exterior brasileiro. Há 25 anos o Brasil exportava e importava, quer dizer, a nossa corrente de comércio com o mundo estava em torno de algo perto de 5 a 6 bilhões de dólares. Hoje, este ano, deveremos fechar as importações com algo perto de 34 bilhões de dólares, com a importação em torno de 15 a 16 bilhões de dólares. Então, o nosso comércio, exportação e importação, hoje, atinge 50 bilhões de dólares. Então, como podemos ver, o setor de comércio exterior brasileiro cresceu de 5 bilhões para 50 bilhões de dólares, num espaço de tempo relativamente pequeno. Acho que poucas nações devem ter atingido esse crescimento no mundo.

Com esse crescimento, a Cacex, que procura e que tem como uma das suas principais

funções evitar uma evasão de divisas, via subfaturamento e superfaturamento nas exportações e importações, procurou, durante esse período, adaptar o seu sistema, o seu quadro de pessoal a essa necessidade. Hoje, contamos com 130 agências do grupo Cacex fazendo um exame das guias de exportações e guias de importação pelo Brasil, de todas guias, quer dizer, não de todas porque têm algumas operações na área de exportação que estão dispensadas da guia de exportação; o exportador pode se utilizar da DE, a declaração de exportação.

Então, hoje, a estrutura da Cacex conta com essas agências pelo Brasil, temos ainda no Rio de Janeiro três departamentos de comercialização que fazem a parte normativa. Uma de suas funções, inclusive do meu departamento, é fazer com que essas 130 agências que atuam no Brasil estejam municiadas de informações, de elementos, para que essas agências possam fazer o acompanhamento, o exame dos documentos relativos à exportação e à importação. A Cacex, para municiar as suas agências, utiliza-se de um sistema normativo, ágil, através de cartas circulares, telex circulares que dão um suporte técnico para que as agências possam verificar essa documentação que apresentaram.

O sistema específico de importação e exportação, toda a verificação que a Cacex faz nesses documentos, pode ser, **priori**, ou a **posteriori**. Então, quando emitimos uma guia de exportação, podemos emití-la para um exame de preço a **posterior**, ou o exame é feito a **priori**.

Em função do crescimento das nossas importações nós procuramos, o que houve durante estes anos, foi adaptar o sistema aos produtos que o Brasil passou a exportar. Há dez anos atrás, o Brasil não exportava suco de laranja. Hoje, exporta. Hoje, o Brasil exporta um bilhão de dólares de suco de laranja. Então, o que ocorreu? A carteira procurou municiar-se de informações que lhe permitissem montar um sistema de verificação de preços para o suco de laranja. A mesma coisa se fez com a soja.

Hoje, para V. Ex^{as} terem idéia, nós estamos emitindo uma guia de exportação de soja. A empresa que faz uma venda é obrigada a comunicar o preço à CACEX antes da abertura do novo pregão da Bolsa de Chicago. Quer dizer, a segurança que nós procuramos ter na operação, uma empresa é obrigada a vender sua mercadoria, e antes da abertura do novo pregão da Bolsa ela é obrigada a registrar aquele preço. O objetivo disso é evitar que haja a possibilidade de uma evasão de divisas.

Bem, nós, praticamente, na área de exportação, nós utilizamos de mecanismos para exame do preço da mercadoria exportada. Além disso, há outros pontos, que poderiam possibilitar uma evasão de divisas. Seria uma comissão que a gente paga, no exterior, ao representante. A Cacex tem limites fixados para essa comissão de agentes. Então, nós temos todos esses limites fixados, já com o objetivo de evitar que haja uma evasão por

este caminho. Um outro ponto poderia ser uma elasticidade no prazo de pagamento. Em outras palavras, o exportador poderia vender com o prazo maior. Isso, também, não existe. Nós, hoje, uma commodity, uma mercadoria, um produto como a soja, como o alumínio, nós só admitimos vendas à vista. Então, dentro do sistema de prazo de pagamento, nós, também, já adotamos medidas para que se evite uma perda cambial desta forma.

Um outro item que é de uma importância um pouco menor, mas que poderia possibilitar uma evasão, é pedidos de remessas e descontos por mercadoria que chegam no exterior, com defeito de qualidade. Também, para esse tipo de problema, já temos um sistema montado. Então, ficaria o exame do preço da exportação.

É lógico que exportamos hoje uma quantidade muito grande, uma variedade muito grande de mercadorias, e fomos obrigados a adotar sistemas obrigados a adotar sistemas específicos para o exame de preços das exportações. Em função da característica do produto, nós temos um sistema funcionando na Cacex. O primeiro que eu poderia citar aqui é o sistema de preço mínimos, uma série de produtos brasileiros com um preço mínimo de exportação. Basicamente são produtos que o Brasil comanda o mercado, o nosso preço é que dita o mercado internacional, são produtos cujo principal exportador é o Brasil. Citaría como exemplo o palmito, onde o Brasil detém 90% do mercado e existe um preço mínimo estabelecido pela Cacex. Também a exportação de SISAL berletuaine cordalha de Sisal, fibra de Sisal onde o Brasil tem uma participação muito grande, também existem preços mínimos. E, assim, para os produtos em que o grande produtor mundial, o Brasil, é quem comanda o mercado internacional, temos um preço mínimo estabelecido é que as todas as agências do grupo CACEX têm conhecimento e só emitem a aguia nesse preço.

Outro sistema é o da cotação em Bolsa. Hoje, o Brasil é um grande exportador de produtos, de commodities e é até um ponto de tranquilidade para a Cacex emitir uma guia desses produtos. Todos têm uma transparência muito grande. Acompanhamos não só a cotação do produto no mercado e na bolsa, como também os prêmios em função. Por exemplo, o caso da soja: maior ou menor teor do óleo da soja; no caso de rapidez ou lentidão num determinado porto brasileiro de embarque. Nós acompanhamos as cotações do pregão e também os prêmios e deságios que poderão ocorrer em determinado momento. Nesse caso de cotação em Bolsa temos a soja, o alumínio do qual o Brasil é um grande exportador, exporta 1 bilhão e duzentos milhões de dólares, tendo também cotação na Bolsa; o cacau, o algodão, o arroz, o milho, o suco de laranja, café e outros produtos; se bem que o café, todo o seu acompanhamento, toda a sua verificação de preço é feita pelo IBC, e não pela Cacex.

Além da cotação em Bolsa, temos também boletins e publicações especializadas.

Existe, hoje, no mercado internacional, uma série de mercadorias cotadas semanalmente por boletins especializados. E o mercado internacional é acompanhado por todo mundo por esses boletins. Citaria a **Quimical Letter**, ou seja, a maioria dos produtos químicos constam das grandes **commodities**, como a vitamina C, dióxido de estanho, vários fatores que constam desse boletim. Tem o **Metal Boletim Market Letter**, que é o boletim especializado em ligas de metais, minérios. Toda parte da área de produtos siderúrgicos consta desses documentos. O **Market Letter** é mais especializado em gênero agropecuário.

Outro sistema do qual utilizamos são produtos derivados de mercadorias cotadas em Bolsa. A partir do momento em que temos o suco de laranja, cotado em Bolsa, alguns produtos derivados da laranja têm um racionamento com aquela cotação do suco de laranja. A mesma coisa acontece com a soja, com os derivados do alumínio. Logo, temos sistemas para calcular o valor agregado, o preço daquela mercadoria.

Preços fornecidos pelo departamento que acompanha o produto. Há uma gama enorme de produtos. Efetuamos pesquisa no mercado internacional e informamos às nossas agências os preços de emissão de guia, tanto na importação como na exportação.

Utilizamos-nos, também, da avaliação prévia. No caso, de avaliação prévia de pedras preciosas, jóias, pedras semipreciosas. Antes da exportação, é feito junta com a Secretaria da Receita Federal uma avaliação daquela mercadoria que vai ser exportada.

Além disso, utilizamos-nos de contratos. Para alguns minérios são feitos contratos a longo prazo. O preço é definido quando da operação, quando da fixação de um contrato, feito pelas grandes exportadoras. Na ocasião em que são celebrados, é feito o exame de preço. Depois, autorizam-se apenas os embarques. Tratam-se dos acordos setoriais.

Utilizamos-nos de agências especializadas para os produtos de menor valor na exportação. O que acontece? Alguns produtos têm uma emissão de guia concentrada em Campinas. Logo, Campinas serve como ponto de referência do Brasil para o exame do preço daquela mercadoria.

Em alguns produtos, principalmente na área química, de difícil verificação, utilizamos esse sistema de dotar uma agência do grupo Cacex como a que tem mais informações sobre aquele produto. Por isso, serve como ponto de referência.

No que diz respeito à área, ao sistema de importação, realmente, temos áreas que são difíceis de trabalhar. Cito, inclusive, a área de produtos químicos, a área de produtos farmacêuticos, uma área realmente difícil. O que acontece? Vou até citar um exemplo de um medicamento que há um ano foi muito falado: o AZT. O AZT é produzido por um laboratório no mundo, um laboratório inglês. Então, o preço é o dele. O preço feito, lançado por esse laboratório que produz esse medicamento, é o que está no mercado internacional. Nessa área, somos obrigados a acom-

panhar uma série de preços ditados no exterior.

Na área de produtos químico-farmacêuticos, o caro mesmo é a pesquisa. Quando o laboratório descobre um remédio e é o único no mercado, procura ter algumas vantagens para amortizar o seu investimento. São determinados produtos, e existe realmente uma dificuldade, inclusive pelo problema de ter poucas empresas que atuam nessa área com grandes produtos. De qualquer maneira, procuramos fazer, também, na área da importação, um exame, através de cotações em bolsa, boletins especializados. Os sistemas são parecidos e, através desses sistemas, acompanhamos as importações de enxofre, de carvão e de produtos que tenham uma cotação no mercado internacional.

De todos esses sistemas que utilizamos, principalmente na área de exportação, em que temos 30 bilhões de dólares, hoje, ouvimos algumas colocações a respeito de um número sobre subfaturamento na exportação, que poderia chegar perto de 12 bilhões de dólares. Se fizermos uma decomposição das nossas exportações, vamos chegar à conclusão de que esse número é bastante exagerado.

Hoje, temos sistemas de exame de preço, que nos dão segurança para dizer que, nas **commodities**, a possibilidade de uma evasão de divisas é muito pequena. Temos soja, cacau, suco de laranja, alumínio. Todas as **commodities** representam, hoje, para o Brasil, algo perto de 15 bilhões de dólares. Temos ainda uma série de produtos, acompanhados com sistemas que nos dão uma segurança bastante grande, que representam em torno de oito bilhões de dólares. Pois nós vamos ter aí, realmente, produtos cujo exame de preços é bastante difícil. Eu citaria alguns produtos, como por exemplo, a área de calçados e de têxteis. São áreas em que o **design** varia, o acompanhamento tem que ser muito mais à distância do que com a soja, por exemplo, mas é uma área bem menor, que representa 15% das exportações brasileiras.

Quanto a todo esse processo que acompanhamos na verificação de preços, na exportação e na importação, o que nos leva a concluir como uma contribuição maior é dizer que tudo isso, ou grande parte desse problema que enfrentamos, é fruto da diferença cambial. Hoje, temos um paralelo bastante diferente do câmbio oficial. Em determinados momentos, estamos tomando conhecimento de que a soja no Brasil vale um preço e, no Paraguai, vale outro. Isso é estimulante, é uma prática ilegal, mas é estimulante. Acho que teríamos que desenvolver esforços para buscar uma igualdade ou um nivelamento maior entre o câmbio oficial e o paralelo.

Eram essas as informações que eu queria dar. Estou à disposição para qualquer outro esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) — O objetivo ordinário e próprio de uma reunião desta natureza é ouvir, para melhor se informar. Porém, após termos ouvido os representantes do Banco Central, a Aduana Brasileira e a Cacex, talvez alguma dúvida

tenha ainda ficado parando no ar. Por isso, damos a palavra aos membros da Comissão de Inquérito para dela se fazer uso, no sentido de interrogatório, no sentido de perguntar para se informar melhor. E o primeiro inscrito é o nobre Senador Jutahy Magalhães.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, Srs. Depoentes, Srs. Congressistas, estamos iniciando mais uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e infelizmente com todas as dificuldades que temos no Congresso para exercitarmos as nossas funções: falta de pessoal, porque não há em uma comissão como esta, que deveríamos ter, um corpo de informação para podermos trazer elementos também para discussão com os depoentes que aqui chegam.

Mais, uma vez, aproveito a presença de pessoas, como o Diretor do Banco Central e agora a Cacex, a Aduana para pleitar os convênios a serem feitos com o Prodasen para que o Congresso tenha condições de obter os dados necessários, informações necessárias no setor da área econômico-financeira do País.

Todas às vezes que aqui vem alguém deste setor, faço esta solicitação. Todas as promessas são feitas de que isto ocorrerá de imediato. E há mais de 2 anos venho repetindo esse mesmo pedido. A última vez que estiveram aqui, como eu era o Relator do Banco Central no Orçamento, fui procurado por elementos da direção do Banco Central e mais uma vez a promessa foi repetida. Então, solicitei que fosse feito de uma maneira muito fácil, e se querem realmente fazer é pegar alguém encarregado do Banco Central, assentar com o Diretor do Prodasen, com o diretor da assessoria do Senado, e se quiser com o Presidente do Senado para, então, combinar a maneira de ser feito isto.

Porque aqui eu vejo a Febrabam dizer que um dos responsáveis pelo fato que vem ocorrendo, e que é motivo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, é exatamente a falta de cruzamento de dados para que se tenha uma informação correta e imediata do setor e poder evitar a fraude. Não havendo esse cruzamento de dados: essas informações entre o Banco Central ou Cacex e outros órgãos dessa área, a falta desse cruzamento de dados permite ou facilita que haja essa fraude. Então, V. S.^a que representa aqui a aduana, veio dizer que o sistema de processamento de dados está atrasado 20 anos. Em uma época como esta, isso é da maior importância. A facilidade de informações, processamento de dados rápidos para podermos tomar conhecimento, não nós, mas a direção dos órgãos que são encarregados, acho que facilitaria.

Vejo na imprensa o caminho da fraude — não sei se isto daqui é fantasia ou se representa uma realidade. Aqui dá como caminho da fraude: fraudador vai a Cacex e obtém uma guia de importação. A guia é falsificada, aumentando o seu valor, por exemplo, de 100 mil dólares para 10 milhões de dólares. Com a guia falsificada, ele obtém a sua decla-

ração de importação da receita federal. Um banco em Nova York manda para o Brasil dando conhecimento de embarque e prova que a mercadoria saiu dos Estados Unidos e com uma guia de exportação ambas falsificadas.

De posse do documento, um agente apelidado de "zangão" ia a uma corretora e obtia uma intermediação para fechamento do contrato de câmbio. Tudo pronto e o contrato de câmbio era fechado numa agência do Banco do Brasil com o fraudador, trocando cruzados por dólar no câmbio oficial.

Para evitar o aparecimento de nomes, em vez de ser aberta uma conta bancária para o fechamento do contrato, a troca era feita através de cheques administrativos emitidos a partir de cruzados e depositados em fundo ao portador. Esse é o caminho da fraude, segundo a *Imprensa Nacional*.

Faço, aqui, as perguntas como leitor de jornais.

Subfaturamento de exportador, pode chegar a seis bilhões, em 1989.

Conforme os cálculos do Departamento Econômico e de um dos maiores bancos estrangeiros instalados no País, o total do subfaturamento do ano, que era calculado em torno de quatro bilhões e meio, já superou esta marca, devendo fechar em 1989 com um volume de seis bilhões de dólares, recursos que deixaram de entrar na contabilidade da balança comercial brasileira.

De acordo com as contas desse banco, existe uma defasagem cambial, hoje, de 20%, em relação a dezembro do ano passado.

É altamente vantajoso, portanto, que o exportador capte recurso por fora na sua venda ao exterior e conte com o preço do câmbio paralelo, muito superior ao seu valor oficial, compensando a defasagem.

Fala-se, também, que há uma defasagem no preço do dólar. Uns a calculam na ordem de 20%.

É interessante que não há, por parte daqueles setores que sempre influenciam e pressionam o Governo, uma pressão muito forte para que essa defasagem seja evitada, porque é mais compensador fazer esse tipo de negócio, porque pega o preço do câmbio paralelo, que quebra totalmente o valor dessa defasagem.

Então, é muito mais vantajoso fazer um negócio desse tipo de fraude cambial.

O Ministro da Justiça disse que a fraude cambial estava misturada também com o problema das drogas.

Esta é uma declaração de um Ministro do Governo, não é minha. E poderíamos, aqui manusear essas informações, e aqui tenho poucas das muitas que tenho em meu gabinete, porque tenho, por exemplo, de um diretor do Bamerindus — e deste não tenho aqui o recorte, mas recorde-me, mais ou menos, de o haver lido. Um diretor do Bamerindus, não sei se o diretor-presidente, ou diretor de outra área, declarando que só em seu banco existe uma fraude bem alta a respeito dessa questão que está sendo investigada. E, por coincidência, quando o assunto se tornou pú-

blico, vários funcionários do banco pediram demissão, e que ele, portanto, realmente, poderia afirmar que realmente existia fraude.

Aqui, há um líder sindical do Banco Central dizendo que essa fraude vem de 1986:

"O Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Paulo Eduardo de Freitas, informou, ontem, que desde 1986 funcionários do Banco Central vêm tomando conhecimento de fraudes cambiais somente agora denunciadas."

Ele declara também que o sigilo bancário acaba funcionando muito mais como um biombo para encobrir falcaturas do que instrumento de proteção de operações de empresas e pessoas.

Esse senhor também pleiteia a obrigatoriedade de informação, pelo Banco Central, de irregularidades ocorridas nas operações do banco.

O sindicalista declarou que, desde 1988, o Banco Central fez circular uma lista negra entre os noventa e seis bancos operadores de câmbio em São Paulo, colocando setenta e quatro empresas sob suspeição, alertando para tomada de cuidados extras e exigindo informações prévia sobre informações cambiais.

Então, é um assunto que já vem de algum tempo, e é agora que está surgindo, para que a opinião pública tome conhecimento desses casos.

Ora, Sr. Presidente, estamos iniciando os nossos trabalhos. Escutamos três depoimentos demonstrando pontos de vista de cada setor, as dificuldades que cada setor tem para evitar que problemas como esses ocorram, e temos por obrigação chegar a conclusões para que possamos apresentar sugestões que tentem evitar esses casos. Mais do que isso, não nos compete punir nem prender ninguém, mas é da nossa competência levantar as questões e encaminhar o problema para que a Justiça tome a si a responsabilidade de punir e colocar na cadeia os responsáveis por essas fraudes que todos nós estamos vendo nos jornais e que já estão comprovadas, segundo informações dos próprios jornais também.

Portanto, não vamos mais uma vez procurar apenas denúncias, mas vamos exigir punição para aqueles de "colarinho branco" que, infelizmente, estão aí soltos. Tenho, no meu gabinete, vários recortes de denúncias que dariam para encher esta sala e só tem um caso de prisão. De todas as denúncias que foram feitas e apuradas, só tem um caso de prisão.

Então, Sr. Presidente, infelizmente, estamos com pouca capacidade para fazer essa investigação, mas vamos utilizar a Constituição, vamos utilizar o Tribunal de Contas da União. V. Ex.^a, o Relator, façam contato com o Tribunal de Contas da União; eles têm auditoria própria para isso e têm obrigação de dar a assistência que o Congresso solicita. Então, acho que V. Ex.^a e o Relator indo lá, conversando com o pessoal do Tribunal

de Contas da União, terão os auditores necessários para fazer as investigações que a Comissão julgar convenientes.

São esses os pedidos de esclarecimento, são essas as informações que gostaria de ter dos depoentes: se essas informações estão corretas ou não e se há alguma coisa que possa ser modificada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Luiz Maya) — Antes de passar a palavra aos expositores, queremos informar ao nobre Senador Jutahy Magalhães que a Presidência já entrou em contato com o referido Tribunal, solicitando exatamente o assessoramento necessário.

Concedo a palavra ao Sr. Arnin Lore que parece-me há fazer um comentário a respeito.

O SR. ARNIN LORE — Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero dar alguns esclarecimentos ao Senador Jutahy Magalhães e que, com certeza, serão somente uma fase desse longo trabalho que esta Comissão de Inquérito vai realizar, com a nossa cooperação e o desejo de que tenha sucesso.

A primeira parcela diz respeito à ligação de computadores a que V. Ex.^a se referiu, comentando uma reportagem. Um dos desejos mais antigos da área de câmbio do Banco Central é a união de computadores; e a partir de maio deste ano nós temos já progressos bastante significativos na composição de um link entre esses 3 computadores. Acreditamos que brevemente esta união estará sendo concluída.

Quanto ao assunto de ligação com o Prodasen, eu não estive presente em nenhuma das ocasiões em que V. Ex.^a se referiu a essa necessidade. Acho que ela é necessária, a área responsável do Banco Central é a área administrativa, que deve estar providenciando — eu não tenho informação do que está ocorrendo, mas tenho a impressão de que V. Ex.^a deve ter falado com o presidente do banco e com certeza...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Com o presidente do banco e com a área administrativa, e há 2 anos estamos esperando.

O SR. ARNIN LORE — O presidente mudou nesse tempo, mas tenho certeza de que será providenciado e vejam os senhores: o valor necessário ao investimento, comparado com as vantagens, é insignificante. O que é preciso, realmente, é tomar providências de aquisição de computador e fazer a ligação. Então, V. Ex.^a pode contar com a minha cooperação pessoal nesse assunto e a equipe que tenho nesse momento a responsabilidade de participar é da mesma opinião que V. Ex.^a deve-se tomar qualquer providência necessária para fazer essa ligação, pois as vantagens são muito grandes.

Depois, V. Ex.^a se referiu também a uma reportagem do caminho da fraude: aquela é uma das hipóteses. Temos diversos caminhos utilizados por fraudadores. O repórter que escreveu esta reportagem não é um especialista no assunto, ele troca alguns termos, mas em essência é aquilo ali, uma das hipóte-

ses. Não há embarque de produtos, ele confunde ali, dizendo que o produto saiu dos Estados Unidos, não saiu, o fraudador somente encaminha documentos. A novidade da atual fase é exatamente que o documento vem encaminhado do exterior, que é uma indicação de que os atuais criminosos do processo estão numa sofisticação diferente dos criminosos anteriores do País.

Depois, o senhor referiu-se a uma informação de um membro da Associação dos Funcionários, na qual ele se refere a fraudes cambiais desde 86. Ele deve estar se referindo a um determinado tipo de fraudes cambiais. Eu, como bancário privado, em 1976, portanto doze anos antes, já participei de apuração e punição de empresas que vinham fraudando o País por outros caminhos, mas sempre tendo em conta o desvio de divisas. Então, ele deve estar se referindo a uma fraude diferente. Mas a área de câmbio do Banco Central tem uma equipe competente, sempre procurando a distorção do mercado e tem obtido sucesso. Existem diversas empresas definitivamente afastadas do comércio internacional, mas sempre há novas operações. Existem situações de empresas que são impossíveis de serem fiscalizadas na íntegra, mas há uma grande quantidade de empresas punidas, de multas aplicadas ao longo desses últimos 10, 15 anos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. S^a permite apenas uma curiosidade da minha parte?

Várias empresas foram punidas por fraude cambial, parece que isso representa um crime.

O SR. ARNIN LORE — Sem dúvida.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Acho que existe esse crime também no Código Penal. Houve apenas aplicação de multa ou os responsáveis foram punidos pessoalmente? Alguém respondeu perante a lei?

O SR. ARNIN LORE — Todo responderam perante a lei.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Alguém foi preso?

O SR. ARNIN LORE — Não sei se alguém foi preso. Não tenho informação sobre isso, porque não procurei saber, mas voltarei a esta Comissão em outras ocasiões e nós teremos oportunidade de falar de novo.

Ainda sobre a taxa de câmbio, o senhor fez uma referência da distorção e da razão de ocorrerem fraudes exatamente por causa da distorção da taxa. Acho que uma das grandes discussões que esta Comissão terá oportunidade de fazer também é o valor da nossa moeda e quais as conseqüências do valor da nossa moeda no comércio internacional.

Mencionei, de passagem, no momento em que fiz minha apresentação, acho que uma das discussões que deve ser bastante elaborada é exatamente a taxa de câmbio, a forma de corrigir o valor da nossa moeda em função da inflação e outros distorcedores que acompanham o valor da moeda. Então, neste ano

de 89, no dia do anúncio do Plano Cruzado, não sei se houve oportunidade de os senhores notarem isso na imprensa, foram fechadas operações de câmbio de quase 500 milhões de dólares, no primeiro dia útil, que foi numa terça-feira, se não me engano. E isso era exatamente o sinal de que o exportador entendia que com a taxa de juros que ele praticaria, que o governo ia praticar, após a emissão do Plano Verão, que ele teria a taxa de câmbio garantida e mais o juro superior à desvalorização da moeda, que viria em decorrência das medidas de controle monetário que estavam sendo tomadas.

Então, a taxa de câmbio é uma parcela da discussão, mas não a única. O exportador brasileiro tem demonstrado ser muito competente, em primeiro lugar, na realização do seu comércio e, em segundo lugar, no uso das variáveis financeiras da sua transação. É legítimo, é esta a regra. O que é preciso é que haja uma compreensão melhor de todas as regras que envolvem o comércio internacional.

Não sei se V. Ex^a lembram, logo após o Plano Cruzado achamos que, em decorrência daquela prática de uma taxa de juros mais elevada, poderia haver uma série de cancelamentos de contratos de câmbio. Fizemos uma resolução do Conselho Monetário dizendo que todo o exportador que tivesse fechado o câmbio, com os direitos que ele tem de gerar cruzados em decorrência do ingresso de divisas, tinha que realizar a sua exportação. Se ele cancelasse aquele contrato de câmbio que causa uma obrigação de exportar deveria devolver ao Governo o lucro que teve pela operação financeira.

Então, é óbvio que nesse período houve uma distorção a favor do exportador em decorrência da taxa de juro positiva. Isso ocorreu em janeiro, agosto e está ocorrendo agora. Então, às vezes, a discussão da taxa de câmbio é um pouco incompleta, porque a discussão é até muito grande, não é possível em meia página de jornal dar uma informação do porte que é necessário para estudar o valor da nossa moeda. Então, isso eu gostaria de adicionar, também.

Quanto aos comentários feitos pelo Presidente do Bamerindus, por acaso, e outros bancos, eles deram informações aos jornais, que nós já tínhamos, inclusive com bastante antecipação, e, ao verificar a amplitude do problema, a direção do Banco Central concluiu que o caminho correto para encaminhar o assunto era o Ministério da Justiça, onde hoje se encontra a responsabilidade e a iniciativa dos trabalhos, por se tratar de um assunto policial; é no âmbito da polícia que está se buscando o esclarecimento dessa fase do estudo de todo o processo de prótese cambial. E desde então, o Banco Central tem se eximido de fazer comunicações a respeito, porque entende estar o assunto no âmbito do Ministério da Justiça. A nossa parte até essa fase foi feita, nós apuramos os problemas, verificamos os responsáveis que até então nos eram conhecidos, encaminhamos ao Ministério da Justiça, há um grupo de funcionários de am-

bas as organizações trabalhando em conjunto, buscando um novo degrau de apuração. Esse novo degrau está em andamento, brevemente terá uma nova fase de informações ao público, porque, acho que nós devemos informações ao público. E essa fase é de responsabilidade do Ministério da Justiça, e quando ela estiver concluída nós, com certeza, teremos um grande volume de informações a dar ao público — ela não foi dada porque o Ministro entende que é ele que está cuidando do assunto, e ele tem razão.

Esta é uma informação que eu gostaria de adicionar. A outra, que mencionei rapidamente, temos, de alguma maneira, informado ao mercado, que alguns processos de aperfeiçoamento no mecanismo de pagamento de importações estão sendo introduzidos, esta semana e na que vem. Vamos transformar o modelo de pagamento de qualquer obrigação no exterior em um risco para aquele que entre no sistema com má intenção, com má-fé. Teremos um período em que a divisa e o cruzado estarão em nosso poder enquanto verificamos a legitimidade do documento. É um aumento de burocracia nessa fase, antes de podermos contar com a conclusão dos trabalhos de união de computadores, mas, com certeza teremos, já neste período, um aperfeiçoamento substancial na qualidade da verificação do pagamento que está sendo solicitado ao Governo.

No momento era só. Obrigado.

O SR. — Na leitura que o Sr. Senador fez do roteiro da fraude, figura lá que a pessoa vai à Receita Federal para obter a declaração de importação; não é necessário nem isso, esse documento é um formulário que pode ser obtido em qualquer lugar, então, a Receita não precisa nem ser incomodada. Apenas isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Luiz Maya) — O Segundo inscrito é o nobre Deputado Paulo Ramos, a quem concedo a palavra.

O SR. PAULO RAMOS — Sr. Presidente, tenho perguntas específicas a fazer a cada um dos depoentes. A primeira, é uma pergunta que vou fazer a todos, vou começar pelo Dr. Portinari — já que o Dr. Lore ainda está ao telefone: se há fatos irregulares ou ilícitos que de alguma forma tenham chegado ao seu conhecimento, que determinem a fuga de capital e a evasão de divisas, sem que providências tenham sido tomadas?

O SR. CARLOS PORTINARI — Não.

O SR. PAULO RAMOS — Sempre se comenta que uma das grandes fraudes do comércio exterior é o desvio entre o bem declarado e o efetivamente embarcado. Como a Receita, com fiscalização deficiente, pode controlar isso, e qual o volume de fraudes detectadas este ano e as penalidades aplicadas, se houve?

O SR. CARLOS PORTINARI — Esse é um dos pontos, talvez, mais dramáticos da nossa situação. O Sr. Deputado só ouviu o nosso depoimento a respeito dos números.

Agora, veja V. Ex^o: o movimento dos portos, aeroportos e fronteiras tem aumentado brutalmente, tem-se multiplicado nos últimos anos, além disso novos pontos de entrada se abrem devido a própria marcha da população brasileira para as fronteiras. Há locais que há alguns anos eram selvagens, hoje são importantes pontos de passagem que têm que ser guarnecidos. Temos recebido solicitações e até clamores das populações fronteiriças, de vários pontos do Brasil, pedindo a instalação de alfândegas, mas não temos tido condições para atender. Nos casos dos portos, por exemplo, temos hoje em dia, o problema dos **containers**. Quase toda carga geral já vem containerizada. E o **container** cria um problema muito específico para as aduanas no mundo inteiro.

Vamos tomar o exemplo de Santos: existe em Santos onze quilômetros de cais convencional na margem direita; na margem esquerda há um terminal de **containers** que é precariamente operado, com 500 metros de cais, permite atracação de dois navios. Em condições normais de operação sai e entra mais carga nesses 500 metros de cais do que nos 11 quilômetros de cais convencional, tal a rapidez com que o fluxo de **containers** se faz. É impossível a aduana abrir todos os **containers** ali no terminal, porque isso provocaria o total congestionamento, o fluxo é de um **container** por minuto. Temos no nosso trabalho diário, além da dificuldade física, a dificuldade documental. Diariamente entram centenas e centenas de declarações de importação que são apresentadas à fiscalização. Dessas declarações de importação uma pequena parte é que se refere à importações de vulto.

Eu diria que 1% das declarações corresponde a 90% do seu valor — esta é uma estimativa feita pelo Banco Central. O nosso funcionário é obrigado a dar o mesmo tratamento à DI (declaração de importação) pequena ou grande, não temos a capacidade de fazer, o que se chama nas aduanas do resto do mundo, seletividade. Somos submergidos por uma quantidade imensa de papéis e somos obrigados a verificar uma quantidade imensa de mercadorias o que é humanamente impossível fazer. É regra, no mundo todo, a aduana verificar apenas uma fração do que passa pelos portos e aeroportos, a média internacional não chega a 5%, mas as aduanas têm condição de fazer um controle seletivo, porque têm sistemas avançados, ou porque têm muito pessoal e podem fazer levantamentos prévios e podem aplicar um sistema de despacho aduaneiro que permita um controle mais efetivo.

Mais modernamente, há o sistema de processamento de dados que permite haja uma pré-orientação da fiscalização no sentido de deixar passar, sem verificações mais profundas e sem burocracia, aquilo que é fácil e reter aquilo que é suspeito. O que, presentemente, estamos almejando, com muita dificuldade para conseguir, é a implantação, no Brasil, do chamado EDI intercâmbio eletrônico de dados que já se encontra em uso,

com muito êxito em todos os países mais adiantados do mundo, em alguns, diria eu, lamentavelmente, muito mais subdesenvolvidos do que o Brasil. Países bem atrasados estão usando isso. Nessa questão o Brasil está muito atrasado até em relação a países do chamado Terceiro Mundo. Esse sistema nos permitiria interligar todos os pontos de entrada do País e permitiria que se mantivessem permanente e atualizado os registros das operações.

Então, cada vez que um importador, ou um despachante entrasse com um pedido de despacho aduaneiro, sem papel, porque seria todo ele feito por terminais, por meio de senhas e sistemas de segurança, o fiscal teria imediatamente, na tela, ou impresso, o histórico e todos os alarmes com relação àquela operação. Por exemplo, uma importação de cebola feita pelo Porto de Salvador, na hora que a pessoa propusesse o despacho, o fiscal, imediatamente, teria um alarme dizendo que se importa cebola, esse despachante cometeu tal fraude, em tal lugar; a cebola está custando tanto em tal lugar e esse preço está discrepante, uma série de dados que lhe permitiria parar e fazer uma verificação mais profunda.

Há importações rotineiras cujo exame é perda de tempo. São importações feitas por empresas tradicionais que operam naquilo há muitos anos, fazem sempre aquele mesmo tipo de produto, e aquilo é uma rotina tão bem assentada que o exame pode ser até dispensado em muitos casos.

Não temos a menor condição de praticar essa seletividade simplesmente porque não temos sistema de computadores, não temos estrutura para isso, e além disso temos uma quantidade tão ridiculamente pequena de fiscais que nos é impossível fazer controles. Por exemplo, nos portos atualmente não temos condições de acompanhar a descarga. O procedimento normal de uma aduana qual é? O navio chega e entrega o manifesto. Neste manifesto o navio diz o que está trazendo. O porto acusa a descarga e sabe o que é que chegou de fato em comparação com aquilo que o navio manifestou. Em seguida é feito o despacho aduaneiro da mercadoria e sabe-se o que saiu do armazém.

É um imenso controle do estoque que tem de ser feito por sistemas modernos de processamento de dados. Hoje, não estamos fiscalizando descarga, não temos gente nos portões do cais, não temos condição de fazer auditoria de armazém senão de maneira muito precária. E é sabido, Senhores, que a tentação do crime da fraude é muito grande, especialmente num país que pratica o protecionismo tão elevado como o Brasil, que tem defasagens cambiais, então é muito remunerador praticar fraude, e há, naturalmente, conviências muito grandes em todos os setores de trabalho portuário e aeroportuário. Estamos desarmados.

De modo que, a pergunta, responderia que estamos lutando uma luta desigual. É muito difícil. Temos a opção de ou parar o fluxo de comércio exterior, fazendo uma fiscalização rigorosa ou, então, simplesmente con-

fiar em certos importadores e exportadores e fazer por amostragem, haja vista que quando há movimentos reivindicatórios na Receita Federal o setor mais visado pelos dirigentes do movimento reivindicário geralmente é a aduana, porque sabe-se que por ali pode-se paralisar a Nação. Ali é o ponto onde mais se aplica a pressão dos chefes do movimento para que haja uma efetiva paralisação dos trabalhos. Só que não se paralisa. Basta apenas fazer o que se chama operação padrão, ou seja, fiscalizar com rigor. Se se fiscalizar com rigor, paralisam-se portos, aeroportos e pontos de fronteiras. Filas imensas de caminhões, os pátios se atulham de mercadorias, os navios descarregam e o cais fica atulhado e começa a haver dificuldade de atracação. Isto se fizer uma fiscalização normal, um pouquinho mais rigorosa.

Não queremos fazer isto. Queremos ter condições de recursos humanos, de equipamento, para fazer a seletividade, ou seja, atacar onde é necessário e permitir a desburocratização dos demais procedimentos corretos.

Para V. Ex^o terem uma idéia, a aplicação desse sistema no Brasil permitiria que o despacho aduaneiro que hoje é feito com toneladas de papel e demora de 48 horas a 15 dias fosse feito em apenas meia hora, com segurança diria, 20, 30 vezes maior do que a atualmente existente nos processos manuais. De modo que, realmente, devo confessar que temos dificuldades e falhas em nosso sistema. Lutamos o quanto podemos para impedir que elas ocorram, mas seria temerário afirmar que está tudo indo bem, que está tudo correndo perfeitamente bem e não há irregularidades.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) — Quero interferir porque o Dr. Arnin Lore que tinha compromisso nesse horário está querendo falar nesse momento e colocar um seu substituto na Mesa.

O SR. ARNIN LORE — Entendi que a sua pergunta dizia respeito se o Banco Central já tem casos identificados de retenção, é isso?

O SR. PAULO RAMOS — No caso tenho, vou selecionar, porque seriam muitas as perguntas a fazer, mas vejo que...

O SR. ARNIN LORE — O Carlos Eduardo que é o meu substituto normal nesses assuntos vai ocupar o meu lugar.

O SR. PAULO RAMOS — A pergunta é a seguinte: se há fatos irregulares ou ilícitos que tenham de alguma forma chegado ao seu conhecimento que determine a fuga de capitais e evasão de divisas sem que as providências tenham sido tomadas.

O SR. ARNIN LORE — Não. No nosso âmbito toda a transação que implica a verificação de alguma irregularidade tomamos todas as providências cabíveis.

O SR. ARNIN LORE — Não. Em nosso âmbito, toda transação que implica verificação de alguma irregularidade, tomamos todas as providências cabíveis.

Então, como lhe falei, já do tempo em que eu estava em um banco privado, até o momento em que entrei para o Banco Central, o conhecimento que tenho é o de que toda vez que é do conhecimento do Banco Central alguma irregularidade, as providências são tomadas na íntegra.

O SR. PAULO RAMOS — Perguntamos em relação ao Banco Central.

O SR. ARNIN LORE — Sim. Ao Banco Central Todas as providências são tomadas.

O SR. PAULO RAMOS — Estou perguntando se o senhor, como Diretor da Área Externa do Banco Central, teve conhecimento de qualquer fato irregular ou ilícito, ou denunciado por funcionário, sem que tenha tomado a providência

O SR. ARNIN LORE — Não. De forma alguma. Os funcionários, muito ao contrário, eles buscam a informação e a providência.

Somente para lhe dar um exemplo: temos, hoje, dez milhões de dólares de recursos retidos do Banco Central em discussão. São importâncias que tivemos conhecimento de que envolviam alguma irregularidade e que o Banco Central determinou aos bancos a retenção dos valores. Muitas vezes, há necessidade de descumprir ordens jurídicas, porque o juiz está mal informado, e os funcionários se colocam, em algumas ocasiões, em riscos pessoais, de modo a permitir que o nosso Departamento Jurídico tenha o tempo de ajustar a medida — e todas às vezes tem conseguido — mas, nessas ocasiões, a determinação do Juiz é a um determinado funcionário para que ele libere a importância, isto tem sido objeto de grande preocupação de nossa parte, especialmente um entusiasmo e uma preocupação muito grande em manter a regra funcionando.

O SR. PAULO RAMOS — Técnicos do Banco Central que viajaram para os Estados Unidos para apurar as fraudes cambiais nas importações. Há o resultado dessa viagem?

O SR. ARNIN LORE — Isto aí tem sido administrado pelo Ministério da Justiça e, entendendo, que sob segredo de justiça. Então, eu preferiria que o senhor guardasse essa pergunta para uma fase posterior desta Comissão, quando, com certeza, teremos liberdade de falar sobre esse assunto.

O SR. PAULO RAMOS — Melhor perguntar ao Dr. Maurício.

O SR. ARNIN LORE — Os senhores desculpem-me, vou ter que me retirar, e o Carlos Eduardo vai ocupar o meu lugar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) — Quero agradecer a colaboração e, sobretudo, a exposição feita pelo Dr. Arnin Lore, e, noutra oportunidade, pedir a S. Ex. atendesse o nosso apelo, se houver necessidade de sua presença aqui na Comissão.

Muito obrigado.

Vamos então, colocar em seu lugar o Sr. Carlos Eduardo de Andrade, que é o Chefe

do Departamento de Câmbio do Banco Central e que, de qualquer maneira, seria o substituto neste tipo de assunto.

Como é de praxe, pedimos ao Dr. Carlos Eduardo que fizesse também, de sua vez, o juramento necessário.

Todos de pé, para iniciarmos.

O SR. CARLOS EDUARDO —

Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento, sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar a fuga de capital e a evasão de divisas do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) — Continua com a palavra o nobre Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS — Quero dizer que, pelas afirmações feitas pelo Dr. Carlos Portinari, constatamos que fica impossível qualquer controle, não só pela superposição de órgãos responsáveis pela fiscalização como, também, pelo total desaparecimento de um setor, na ponta do sistema, que tem a responsabilidade de uma fiscalização mais imediata.

Mas eu gostaria de perguntar ao Dr. Maurício Souza Assis...

O SR. MAURÍCIO SOUZA ASSIS — Não é impossível o controle; é muito difícil.

O SR. PAULO RAMOS — Quero dizer o seguinte: sabemos, e com frequência há denúncias da existência de um contrabando, sem limites, no Brasil. Não sei dizer o nome dele direito, mas é um empresário considerado muito próximo ao Presidente da República, não sei se é Mathias Machline — se Matias Maclaine, cada um fala de um jeito —, mas a imprensa noticiou que, estando ele, juntamente com outros empresários, na residência do Presidente da República, ele sugeriu ao Presidente da República que derrubasse algumas barreiras tarifárias, porque se não o contrabando aumentaria, na parte de equipamentos elétricos e eletrônicos. Ele disse isto, quer dizer, no sentido de ameaça; se providências do Governo não fossem tomadas para superar algumas barreiras na importação, o contrabando aumentaria.

De qualquer maneira a Merk e outras empresas aí, estão acostumadas a fazer contrabando, contrabandos já comprovados, sem que os responsáveis sejam levados à responsabilidade criminal, porque sabemos que há uma espécie de mar de cumplicidade e o próprio desaparecimento do órgão, a inexistência de mecanismos de fiscalização, num certo sentido, faz parte desse sistema; naturalmente que sempre fica muito difícil atribuir responsabilidade, porque a responsabilidade vai ficando diluída. Esta é a razão pela qual ninguém é responsabilizado criminalmente.

De qualquer maneira, eu queria fazer a seguinte pergunta ao Dr. Maurício: se a Cacex coteja os preços e o volume, as quanti-

dades de mercadorias declaradas pelos países importadores ou exportadores, quer dizer, depende da importação ou exportação, das guias para o Brasil, isto é, se há uma comparação entre as guias emitidas ou as guias recebidas pelos países importadores ou exportadores com as guias no Brasil; se a Cacex faz esse cotejo.

O SR. MAURÍCIO SOUSA ASSIS — Não.

O SR. PAULO RAMOS — A Cacex não se utiliza dessa pesquisa, esse simples procedimento de verificar a guia do exportador na fonte e a guia recebida aqui em relação a preços e quantidades.

O SR. MAURÍCIO SOUSA ASSIS — Inclusive, eu gostaria de esclarecer, que, não tenho conhecimento se todos os países do mundo, mas vários países não têm emissão de guia na exportação

O SR. PAULO RAMOS — E na importação?

O SR. MAURÍCIO SOUSA ASSIS — Também não.

O SR. MAURÍCIO SOUSA ASSIS — Esse tipo de trabalho não é executado pela CA-CEX.

O SR. PAULO RAMOS — Quando o Brasil importa de qualquer outro país uma mercadoria, o país exportador, aquele que manda para o Brasil, não tem controle do preço e da quantidade exportada?

O SR. MAURÍCIO SOUSA ASSIS — Ele pode ter controle de preço, mas não emissão de documento, emissão de guia de exportação, como o sistema que temos.

O SR. PAULO RAMOS — Naturalmente que não estou me referindo ao aspecto terminológico, eu me refiro ao procedimento administrativo.

O SR. MAURÍCIO SOUSA ASSIS — Gostaria de dizer ao Deputado que a CA-CEX só poderia cotejar algum preço se houvesse um documento disponível para a CA-CEX. Não existe esse documento.

O SR. PAULO RAMOS — Através de embaixada, através...

O SR. MAURÍCIO SOUSA ASSIS — Não existe essa documentação dos nossos importadores e exportadores.

O SR. PAULO RAMOS — Isto é, há uma confiança, então, naquilo que chega ao porto.

O SR. MAURÍCIO SOUSA ASSIS — Eu diria ao Deputado que o nosso sistema não prevê esse cotejo com documentos externos, inclusive porque não nos consta que exista esse documento nos países, principalmente nos países desenvolvidos.

O SR. PAULO RAMOS — Estou dizendo o seguinte: não me refiro, obviamente, à existência ou não de um documento com esse nome: guia de exportação. Não é isso que estou falando. O que estou dizendo é que

os países exportadores, assim como o Brasil, um país exportador e importador, dispõe de um controle, quer dizer, ele tem um mecanismo de controle. Não é isso? É um mecanismo de controle que nos autoriza hoje a dizer que o Brasil exportou tantas toneladas de soja, tantas toneladas... O Brasil não tem esse controle? Quer dizer, a CACEX não tem controle dos volumes exportados?

O SR. MAURÍCIO SOUSA ASSIS — Volume exportado, nós temos.

O SR. PAULO RAMOS — Tem? É razoável, é correto admitir e até, com certeza, que os outros países também têm.

O SR. MAURÍCIO SOUSA ASSIS — Dos valores exportados sim, agora a importação não é a CACEX que acompanha esses números.

O SR. PAULO RAMOS — A CACEX faz esse tipo de comparação?

O SR. MAURÍCIO SOUSA ASSIS — Não, não temos esse elemento. É o seguinte, Deputado, o sistema de controle de importações e exportações por meio de licenciamento prévio é praticado apenas por países que têm dificuldade crônica de natureza cambial e esses países, geralmente, são países em desenvolvimento. Os países de maior comércio com o Brasil, que são justamente os países mais desenvolvidos, têm uma liberdade de comércio quase total. Então, a transação é feita privadamente pelo exportador estrangeiro e pelo exportador brasileiro e importador estrangeiro. Lá não há nenhum registro. E guias de exportação, no caso de importação, só são emitidas nesses países por motivos, por exemplo, no caso dos Estados Unidos, há necessidade de guias de exportação por causa dos boicotes que a legislação americana aplica contra certos países ou por causa de segurança nacional para que se impeça a exportação de bens considerados estratégicos ou tecnológicos. Só por esse motivo. De modo que não há esse documento com o qual se possa fazer esse cotejo porque nosso comércio é feito nessa direção que foi dita a V. Ex^a

Agora, existe, sim, documentação trazida pelo importador que sempre se conforma com aquela da guia de importação emitida pela CACEX

Sucedo que no Brasil temos dois sistemas de avaliação de mercadorias na importação: um deles é o da CACEX, que tem uma finalidade cambial. Existe um outro que, infelizmente, não se encontra em funcionamento: é o da Aduana.

O Brasil é signatário do Código de Valor Aduaneiro e a Aduana brasileira tem obrigação legal até de fazer a avaliação de mercadorias importadas. Isto ela pode fazer por muitas maneiras e uma delas é por meio de interconecção com as aduanas estrangeiras.

Nós temos esquemas muito tímidos de cooperação com aduanas estrangeiras que permitiriam esse cotejo, desde que o Brasil se dispusesse a fornecer informações, também, so-

bre os seus exportadores — isto é um ponto crítico.

Outro ponto crítico é a nossa falta de estrutura. A nossa dificuldade devido a nossa própria situação — nós temos uma comunicação internacional muito pequena. Nós deveríamos estar mais presentes, por exemplo, no Fórum Internacional de Aduanas, que é o Conselho de Cooperação Aduaneira, de Bruxelas, onde há departamentos especializados que fazem, justamente, essa interconecção das aduanas.

Nós deveríamos ter mais cooperação com as aduanas estrangeiras, nós temos tido bastante, mas tem sido mais como um gesto de amizade da parte de certos países do que como uma sistemática cooperação internacional.

Se tivéssemos isto, poderíamos fazer uma avaliação aduaneira adequada e, neste sentido, não há qualquer dualidade e nenhuma incongruência no fato de haver a superposição de CACEX e Receita por uma razão: a CACEX atua com finalidades cambiais. É claro que a CACEX procura fazer com que saia o mínimo de divisas. Nós, do nosso lado, queremos arrecadar o máximo. Então, é claro que o nosso prego, se constatado, será sempre maior — nós teremos tendência a querer cobrar mais tributo —, mas não há nenhuma discrepância nessas duas avaliações. A CACEX controla, de fato, o que foi remetido para o exterior. Nós contornamos o quanto as pessoas devem pagar de tributos. Isto poderia existir

Infelizmente — reitero aqui — o nosso sistema existe apenas no papel. Deveria ser ativado com a máxima urgência. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) — Com a palavra o nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Depoentes:

Primeiramente, quero discordar aqui da afirmação do Dr. Arnin Lore, do Banco Central, com referência à questão da fraude cambial.

Acho que o Parlamento brasileiro não pode se condicionar a essa condicionante que, no caso, o Ministério da Justiça impôs

A questão é de ordem pública, é de interesse nacional e acho que esta Comissão tem que tomar uma providência nesse sentido.

Nós estamos em fim de Governo e tudo nos leva a crer que antes do término do mandato do Sr. Saulo Ramos, no Ministério da Justiça, este caso não venha a ser elucidado.

O Parlamento é impessoal e é permanente. De modo que, então, acho que nós não podemos — a Nação, o interesse público, o interesse nacional — nos sujeitar a uma condicionante em que as coisas fiquem restritas ao Ministério da Justiça e em segredo de Justiça.

A própria imprensa está denunciando de que alguns casos vêm ocorrendo há mais de anos e é muito estranho que, apenas no final de um Governo, essas coisas sejam levantadas.

E discordo, Sr. Presidente, porque esta Casa e esta Comissão podem obter, junto ao

Banco Central, um instrumento efetivo de apurar o caso devidamente.

Sou Relator, no caso Nají Nahas, na Câmara Federal, cujo relatório deverei apresentar na próxima semana e lá, no Plenário da Câmara dos Deputados, a quebra do sigilo bancário com referência a esse monumentoso caso da Bolsa de Valores, e o Banco Central, mesmo, entregou um documento constituído de vários relatórios em que há falta de prova documental que elucida, perfeitamente, todas as irregularidades ocorridas na Bolsa de Valores e se constitui, então, em documento idôneo, em prova farta, para a punição dos responsáveis na Justiça.

Acho que é uma contribuição que o Parlamento vai dar, não só para punir os responsáveis, mas para entender todo o mecanismo que ocorreu nas Bolsas, inclusive aprimorar a legislação, que é necessário.

Estou entrando, Sr. Presidente, com o requerimento na Comissão para que façamos, via Senado, o meu requerimento é este e que passo a ler:

“Sr. Presidente:

Considerando que as investigações que o BACEN e o Ministério da Justiça vêm procedendo no recente caso das fraudes cambiais estão, em via de regra, protegidas pelo sigilo bancário, mas serem de relevante interesse público e nacional, proponho que esta CPI solicite ao Plenário do Senado Federal seja autorizada, nos termos da lei, a quebra do sigilo bancário no referido caso.”

A transparência e publicidade das investigações, como satisfação da opinião pública, constituem basilares princípios do Estado de Direito da democracia, além de serem instrumento de participação da própria opinião pública, que colaborará na elucidação de tais fatos, quer oferecendo notícias, ou cobrando, via imprensa, a responsabilidade dos implicados.

A minha sugestão é, via Senado, por uma facilidade, por um mecanismo de facilidade, porque a Comissão, pelo seu Presidente, é que solicita ao Plenário. Então, submeto à apreciação, extra-requerimento, porque acho que, assim, o Sr. Relator vai dispor realmente de instrumentos e meios de prova para verificar como essas coisas se procederam e, se for necessário, até para sabermos como alterar a legislação para impedir tais fatos.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) — A Presidência recebe o documento apresentado por V. Ex^a e vai, sem dúvida alguma, levar ao Plenário do Senado o pedido formulado, para que a Presidência da Casa faça essa solicitação oficial.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu já faria um segundo questionamento, para que ele desse uma resposta só.

Vimos na exposição do Dr. Arnin Lore que, pelo sistema Sisbacen, hoje o nosso Banco Central dispõe, diariamente, do volume de câmbio que se realiza no País.

Todavia, o que nos preocupa — e acho que tem sido uma preocupação constante do

Governo — é o que ocorre à margem do controle, à margem da lei, que é, no câmbio negro, a operação, o grande volume de moeda estrangeira, principalmente de dólar, que hoje tem curso no Brasil e que é um sobresalto e uma preocupação constante do Governo.

É evidente que, se está à margem da lei, não tem controle. Mas eu gostaria de saber se, pelo volume do câmbio oficial, o senhor poderia nos dar uma quantificação. Isso é importante para que se tenha uma idéia ao menos do que, realmente, acontece nos subterrâneos da nossa economia. O senhor pode nos dar uma avaliação do quanto — se é possível quantificar — do volume de moeda estrangeira, principalmente em dólares, que tem circulado ultimamente na economia nacional? O senhor deve saber de várias tentativas de vários projetos, inclusive, aqui e no Congresso, para permitir até o depósito em bancos nacionais dessa moeda.

Este é um assunto extremamente importante, quando teremos uma troca de Governo. É um assunto que não se vai esgotar no atual Governo, mas vai ser permanente, e tem muita influência na economia nacional, para gerar, inclusive, uma grande estabilidade na nossa economia. É o grande problema de quem procura controlar essa questão do câmbio. A circulação de uma moeda estrangeira facilita, sobremaneira, a evasão de capitais e da nossa riqueza.

Quero lembrar um caso acontecido no Rio de Janeiro, em que, por enquanto, alguém roubou uma importância quilométrica em dólares — em torno de sete milhões — e depois não sabia nem o que fazer com o dinheiro. Numa eventualidade, numa fatalidade, diria eu, veio a Polícia para os ladrões, que se apavoraram porque não sabiam o que fazer com o dinheiro. Quer dizer, roubaram até por engano.

Gostaria de saber se há possibilidade de quantificarmos esse volume, pois isto para o Parlamento é muito importante. V. Ex.^a é uma das fontes mais credenciadas para ao menos tentar quantificá-lo.

O SR. CARLOS EDUARDO — Sr. Deputado, em primeiro lugar, gostaria de tentar esclarecer como se processa, no âmbito do Banco Central, um inquérito, um processo administrativo com relação a uma fraude cambial.

Há que ser entendido, claramente, que o Banco Central só poder atuar no âmbito administrativo, ou seja, o Banco Central não tem poder de polícia, ele não pode punir a pessoa, ele não pode mandar ninguém para a cadeia. Isso tem que ficar muito claro. É uma posição legal que o Banco Central não detenha esse poder.

Em situações normais, detectada uma ilegalidade cambial, o Banco Central, instaura um processo administrativo e, com o rigor que a lei lhe permite, aplica a penalidade à instituição.

Em seqüência, o Banco Central encaminha o processo para o Ministério Público para que, então, no âmbito do Ministério Público,

se possa proceder à atividade, ao processo criminal, quando temos pessoas físicas detectadas e envolvidas no procedimento ilegal.

Esta é a razão pela qual o Banco Central nunca consegue, ao terminar um inquérito seu, dizer: “fulano”, “beltrano”, a, b ou c foram parar na cadeia. O Banco Central não tem esse poder, o que ele faz é encaminhar ao Ministério Público as suas conclusões: “Olha, apurei isso, apliquei esta penalidade na empresa x no banco y e estão aqui os fatos para que esse Ministério decida da conveniência de abrir o inquérito policial criminal e aplicar os rigores da lei, no sentido de privação de liberdade. Então, não compete ao Banco Central.

Na verdade, estamos presentemente no País vivendo, ou procurando viver um Estado de Direito, e não mais o direito do Estado. Em vista disso, o Banco Central é obrigado a cumprir a determinação legal, quer ele goste ou não dessa determinação.

No presente caso das fraudes cambiais do assunto foi levantado pelo Banco Central, que solicitou concurso da Cacex, Receita Federal, Polícia Federal, para que as investigações pudessem chegar a bom termo. E, inobstante e o fato de o Banco Central gostar ou não gostar da legislação, ele não pode entregar determinadas informações que estão protegidas por uma lei de sigilo bancário.

O que temos feito a respeito desse assunto, por exemplo, no seio dessas investigações, é recomendar à Polícia Federal, obtém uma ordem do juiz, obtém uma determinação do Procurador da República, porque ele tem essa autoridade de determinar ao Banco Central.

Temos procurado facilitar, de todas as maneiras, que essas informações cheguem aos órgãos policiais, porque tem que ficar muito claro na cabeça de todo mundo: foi o Banco Central que pediu o concurso da Polícia Federal para poder fazer essa investigação. Agora, infelizmente o que o Banco Central não pode é tomar a Lei nas suas mãos e decidir o que é conveniente e o que não é conveniente, porque chegamos na situação, e já se viveu isso no passado, de que as pessoas tomam a Lei nas suas mãos e, algumas vezes, por tomar essa Lei nas mãos, tomam determinadas atitudes que são de todo inconvenientes para um estado de direito. Então, o Banco Central cumpre a Lei. O que ele procura fazer é informar aos órgãos competentes: — “olha, temos as informações, não posso te passar essa informação, mas, por favor, requisite por via judicial, requisite via Procurador, que entregamos”. E tem sido feito assim e tem funcionado assim.

Para que fique claro, aqui nesta Comissão, a que ponto podemos chegar por problemas legais, tivemos, algum tempo atrás, uma tentativa de fraude cambial, o cavalheiro tentou fazer uma importação falsa, descobrimos a tempo, retivemos no banco os cruzados da operação fraudulenta, porque ele pagou a importação em cruzados, retivemos esses cruzados, recomendamos ao banco que nos entregasse esses cruzados, e o cavalheiro teve —

desculpe-me — “a cara de pau” de recorrer à justiça, pedindo os seus cruzados de volta, dizendo que não tinha cometido uma fraude, que tinha cometido uma tentativa de fraude. Ele não fez a fraude porque o Banco Central não deixou. Então, já que foi só tentativa, ele queria o dinheiro de volta. Isso é verdade, isso não é brincadeira, não! E deu um tremendo trabalho para deslindar essa confusão toda, porque tivemos que entrar, junto ao juiz, porque havia um pedido de uma medida liminar para receber os cruzados. E, algumas vezes, perdemos e temos que devolver os cruzados. V.Sr.^a pode ter certeza que esses são devolvidos com lágrimas nos olhos, porque é um fraudador que comete uma fraude e que recebe uma autorização, uma determinação judicial para que o Banco Central devolva para ele os seus cruzados. Pode ter certeza que devolvemos isso chorando.

Então, o Banco Central tem a sua atividade muito limitada pelas normas legais, ele não pode ir além dessas normas legais.

Com relação a sua pergunta do Sisbacen, realmente temos esse sistema, ele nos permite avaliar corretamente e imediatamente tudo o que acontece no mercado de câmbio legal, e com relação ao mercado de câmbio informal, o mercado ilegal, só temos estimativas.

Devo dizer a esta Câmara que desde 9 de janeiro de 89, constituição do mercado de câmbio de taxas flutuantes, esse mercado ilegal tem visivelmente — evidentemente, os senhores entendam isso como informações que não posso confirmá-las, não posso dizer que são matemáticas, que são computadas, porque é um mercado ilegal. Mas esse mercado tem se enxugado. Esse mercado varia, a negociação dele, de 10 a 30 milhões de dólares por dia, segundo as fontes, segundo as informações que temos.

Hoje em dia, o mercado de câmbio livre, de taxas flutuantes, o mercado legal, já negocia uma média de 40 a 50 milhões de dólares por dia. Então, estão migrando para esse mercado legal operações que antes eram legítimas, mas proibidas, se cursavam à margem da Lei. Essas operações todas estão migrando para esse mercado. Esse mercado já negociou, de 9 de janeiro até 30 de novembro, 5 bilhões e 600 milhões de dólares, vamos facilmente ultrapassar os 6 bilhões de dólares negociados nesse mercado. No mês de outubro tivemos 1 bilhão de dólares negociados, no mês de novembro 1 bilhão e alguma coisa mais. Quer dizer, esse mercado vem crescendo a cada mês, e estão migrando para ele todas as operações que antes eram praticadas à margem da Lei, operações legítimas, evidentemente, que não se pode admitir nesse mercado, curso nesse mercado, de alguém que queira, por exemplo, comprar dólar para trocar por tóxico. Evidentemente que o mercado abriga operações que a sociedade, como um todo, entendia que eram legítimas, mas que eram proibidas. O exemplo clássico disso era o do turista que ia viajar e o Banco Central dizia para ele: “Está bem! Você vai para a Europa, mas só compra mil dólares.”

Ele ia passar 15 dias na Europa, e mil dólares não davam para passar 5 dias. Então, o que se fez? Falaram que podia comprar mais, agora legalmente, ao preço de mercado. Esse mercado também mostrou para nós uma coisa muito interessante. Neste País, todo mundo é a favor de um mercado livre, desde que seja para ele vender a moeda que ele tem. Na hora de comprar, ele gosta do mercado do Banco Central, porque o dólar custa 7 cruzados e 90 e poucos centavos. Aí, sim, ele quer esse mercado. Na hora de vender, ele é um ferrenho defensor do mercado livre porque ele vai vender a 14, a 15 ou qualquer coisa.

Então, este também é um ponto que esta Comissão também pode examinar com profundidade, imagino propor medidas mais profundas, mais do que já se fez até agora, neste sentido, porque, realmente, estou convencido de que há uma forma única para se acabar com todo este problema de fraudes, de evasão, etc. que é a realidade cambial.

Tivemos, no passado, especificamente aqui em Brasília, caravanas de ônibus especializados em levar turistas daqui a Foz de Iguaçu, de Foz de Iguaçu para atravessar para a cidade vizinha, no Paraguai, tinha um vôo que custava 49 dólares. Então o sujeito chegava lá, pegava um avião, atravessava a fronteira e comprava 500 dólares. Havia uma indústria montada para fazer isto. Desbaratamos uma quadrilha, inclusive fechamos bancos em Foz de Iguaçu, e evidentemente o nome dessas pessoas foram entregues à Polícia Federal, porque prender essas pessoas é um caso de polícia, não do Banco Central.

Mas isto era devido a quê? Ao fato de que o Banco Central vendia por 7 uma mercadoria que o mercado paga 14. Hoje em dia, fraude cambial com relação a viagem é absolutamente e rigorosamente zero. Por quê? Porque o Banco Central não vende mais dólar ao preço oficial para ninguém viajar.

Então, entendo que este é o caminho adequado que o País está tomando: evidentemente é complicado, não é uma coisa que se faça de um momento para outro, mas, neste caminho, acho que a gente chega lá, e chegará lá com bastante propriedade e evitando todos esses problemas aí.

O SR. NILSO SGUAREZI — V. S^a deu todo o fluxo mais ou menos aí do dólar no paralelo, a estimativa de moeda internada no País. Veja todas essas estimativas a respeito de mercado paralelo, elas, evidentemente, para se dar uma notícia, para que a coisa apareça bonita no jornal e chame a atenção das pessoas elas, na verdade, multiplicam a moeda, porque as pessoas esquecem de um detalhe. Não existe possibilidade de se gerar essa fraude; ela é limitada de alguma maneira, muito embora a gente conheça todas as imperfeições de controle do Governo, mas já foi esclarecido aqui pelos colegas da CA-CEX e da Receita Federal que existem algumas espécies de controle. Então, por mais que alguém queira subfaturar uma exportação de suco de laranjas, ele tem um limite.

Ele não pode dizer que está exportando suco de laranja, por exemplo, vou inventar um número, a 10 dólares a tonelada, porque a CACEX sabe que aquilo custa 50. Então, ele pode dizer que foi por 49, por 48, mas, 10 não dá. Então, há um limite físico da capacidade de se gerar essa divisa.

O que acontece em todas as informações que se vê na imprensa sempre, é que as pessoas contam cada dólar que sai e cada dólar que volta. Eles esquecem o seguinte, que aquele dólar que saiu, ele volta depois, porque o fraudador, e é uma coisa que às vezes as pessoas esquecem, mora no País, ele compra leite e pão, paga empregada, troca de carro, em cruzados.

Então, para ele ter dólar lá fora é muito bonito, interessante, num momento em que ele está querendo se proteger fazendo algum *eredge* cambial. Mas, no final das contas, as receitas deles são medidas em cruzados, porque é aqui que ele vive.

Então, esse dólar que sai volta também. Só que ele sai, é computado, volta, é computado de novo, então, você duplica simplesmente a quantidade de dólar que pretensamente está girando nesse mercado paralelo. Ele não tem, de nenhuma maneira, o volume que se procura dizer aí fora. É preocupante, sem dúvida nenhuma; ele é um reflexo da nossa situação cambial, das medidas restritivas que o País se viu obrigado a impor. Ele é um reflexo disso. Agora, de forma alguma, ele tem esse montante que se procura dizer, ou seja, de forma alguma o País consegue subtrair os controles oficiais 12 bilhões de dólares. E se tivesse subtraído, esses 12 bilhões de dólares sairiam e voltariam também, porque as pessoas que subtraíram precisam de cruzados. Ela não consegue ir à padaria comprar pão em dólar. Ela não consegue pagar um táxi em dólar, não consegue comprar um carro novo em dólar. Precisa dos cruzados. Então, ela faz a operação fraudulenta, mas volta com o dinheiro. Então esse ir e vir é contado duas vezes e surgem esses números que o Banco Central entende como absolutamente estapafúrdios e não coerentes com a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Luiz Maya) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, Srs. Membros desta Comissão, tivemos a oportunidade de assistir vários depoimentos e a discussão que eles oferecem certamente não tem essa vantagem de informação.

Considero, entretanto, uma vantagem chegar aqui com uma mentalidade virginal, livre dos preconceitos de tipo dirigista que me parecem ter inspirado a formação desta Comissão.

Para um homem de economia de mercado, essa discussão é totalmente surrealista. A indagação que se faz a um homem de economia de mercado, e é essa tendência mundial nos países civilizados, é saber quem, na realidade, está cometendo irregularidades. É o ex-

portador que subfatura ou é o Governo que está lhe impondo uma tributação ilegal.

A rigor, a irregularidade grave e inicial é do Governo. Não existe taxa sem representação, pelo menos não deve existir. Os impostos devem ser votados pelo Congresso, especificando-se o fato gerador e a alíquota, ou a faixa de alíquota praticada.

O que sucede no nosso sistema cambial? Sucede que o Governo impõe ao exportador um imposto inteiramente arbitrário, não votado pelo Congresso, sem alíquota determinada. Por exemplo, no Plano Cruzado congelou-se a taxa cambial durante nove meses, enquanto a inflação interna prosseguia. Isso significa que o exportador foi sujeito, durante nove meses, a uma tributação absolutamente ilegítima. Se nesse período ele tentou fazer um subfaturamento de exportações, acho que ele estava meramente corrigindo uma irregularidade governamental. Diluía um herói do livre mercado, e não um culpado de fraude cambial. O Governo sim, seria o culpado de se arrogar poderes tributários, não constantes da lei, nem da Constituição.

Todos esses problemas de fraudes cambiais nascem de sistemas artificiais e irrealistas de câmbio, coisa típica de país subdesenvolvido. Fui Embaixador nos Estados Unidos e na Inglaterra, fraude cambial era um problema insusceptível de causar qualquer excitação mental ou erótica, simplesmente, as taxas cambiais eram realistas ou flutuantes. O que está ocorrendo no mundo civilizado? Praticam-se três tipos de taxas: ou taxas flutuantes, determinadas livremente pelo mercado. É esse o caso dos Estados Unidos e do Japão, duas das maiores potências comerciais mundiais, ou, então, são taxas flutuantes contidas dentro de margens de flutuação previamente acordadas entre os países-membros do sistema. É o caso da serpente européia. Sabe-se, sabe o exportador e sabe o importador que a taxa cambial poderá variar dentro de determinados limites, em média 2,5% acima do padrão, exceto no caso de Itália e Irlanda, onde a flutuação admitida acima é abaixo do padrão, é de 6%.

Um terceiro sistema, também racional, é o da taxa flutuante, administrada segundo critérios objetivos e conhecidos. É o caso do Chile, onde, há vários anos, se pratica uma taxa cambial que é fixada tendo em vista a inflação interna, descontada a inflação externa.

Sendo esse critério objetivamente determinado, não há nenhum incentivo a fraudes. Estamos tão perversos por mentalidades dirigistas que consideramos criminoso o agente econômico no mercado que, simplesmente, se revolta contra uma tributação ilegal, e o chamamos de fraudulento quando, na realidade, o culpado inicial de toda essa tramóia é simplesmente o Governo, que tributa sem base legislativa.

No caso brasileiro, a instabilidade da taxa cambial, o caráter arbitrário de seu estabelecimento é absolutamente revoltante; nove meses de congelamento da taxa cambial de exportação, no Plano Cruzado, agora no Pla-

no Verão repetimos o mesmo erro, em uma duração mais curta, se não me engano três ou quatro meses. Tenho profunda simpatia pelo exportador que procura escapar a essa tributação ilegítima. Tenho menos simpatia pelo importador que sobrefatura suas importações. Mas, mesmo ali disponho-me a entender um pouco mais do que o fazem as autoridades imbuídas de ímpetos policialescos no seu comportamento.

O importador que sobrefatura, muitas vezes precisa manter capital de giro ou depósito no exterior. Se recorrer ao mecanismo normal do Banco Central, provavelmente teria que esperar dias ou meses, perdendo oportunidades de negócios. Muitas vezes importador e exportador se confundem. É necessário que ele, na qualidade de importador, tenha disponibilidades rápidas, como sucede nas economias competitivas de mercado.

Um inglês, um americano ou um japonês fazem seus depósitos no exterior, têm as suas transferências para o exterior, na medida das suas necessidades sem se submeterem a um regime de controle cambial.

Se quisermos marchar para uma economia competitiva, temos que fazer o mesmo. Um sobrefaturador de importações, muitas vezes não quer senão criar uma reserva de capital de giro no exterior. Seria muito melhor que o sistema cambial fosse livre. Não se colocaria, então, sequer esse problema de sobrefaturamento ou subfaturamento; o agente econômico operaria normalmente.

No momento o agente econômico — coitado — tem que se transformar em um agente político e em um agente corruptor. Um agente político para pleitear maior realismo de taxas. Temos visto caravanas de produtores de soja ou exportadores de produtos industriais, fazendo peregrinações a Brasília, gastando dinheiro, dando lucros apenas aos hotéis e às companhias de aviação para obter uma melhoria de taxa cambial. É uma perda tremenda de eficiência da economia transformarmos um agente econômico em agente político.

Na impossibilidade ou ante a dificuldade de obter reajuste das taxas, muitas vezes compram palpites do Banco Central. Comprar palpites do Banco Central é uma espécie de sábia precaução do agente econômico, mas é seguramente uma forma terrível de corrupção, maior do que a das chamadas fraudes cambiais. Precisamos acabar com essa mentalidade subdesenvolvida e dirigista.

Hoje, taxas cambiais fixas, arbitrariamente estabelecidas pela autoridade, sem nenhum critério de relacionamento dessa taxa com a inflação e a competitividade é hábito de dois tipos de países: país subdesenvolvido e país socialista. Nos países socialistas isso existe em escala gravíssima a taxa cambial oficial rublo/dólar é de 68 copeques por dólar. Os russos se viram obrigados, agora, a estabelecer um rublo turista, imitando o Brasil — já estamos exportando tecnologia — a 100 rublos por dólar. Mas a taxa do mercado livre é de 16 rublos por dólar. A Rússia quer, agora, ingressar no Fundo Monetário Interna-

cional e, eventualmente até, ingressar na Comunidade Econômica Européia. A resposta que lhe foi dada é que a primeira coisa a fazer é transformar o rublo em moeda conversível, eliminando toda essa hipócrita dança de taxas.

O Brasil lucraria muito se esta Comissão, ao invés de investigar fraude cambial, investigasse a ilegalidade da tributação imposta pelo Governo, via taxa de câmbio, e fizesse dois tipos de recomendação: primeiro, a taxa cambial deve ser formada livremente no mercado, refletindo condições de oferta e procura de moeda e preservando a competitividade dos produtos brasileiros. Isso implicaria na eliminação da possibilidade do imposto ilegal. Segundo, eliminar, em decorrência, quaisquer taxas favorecidas. Não há por que vender câmbio a taxas favorecidas. O importador ou o demandante de divisas comprará no mercado livre.

Sr. Presidente, se fizéssemos isso acabaríamos com toda essa interminável "masturbação" burocrática em torno de taxa cambial e traríamos uma enorme contribuição a duas coisas importantes: primeiro, a moralização burocrática; segundo, a competitividade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) — Os senhores gostariam de fazer algum comentário? (Pausa.)

O SR. CARLOS EDUARDO — Eu, como homem de Governo não posso deixar de registrar a minha posição de não concordância de aplauso ao fraudador. Respeitando embora as suas razões, eu entendo que se cada um resolver agir em desacordo com a lei, porque a lei lhe é inconveniente, nós vamos transformar este País em alguma coisa que eu acho muito desagradável.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Não há nenhuma lei que autorize o Governo a tributar exportações sem interferência do Congresso.

O SR. CARLOS EDUARDO — A Lei nº 4.595 atribui ao Banco Central competência de administrar o mercado de câmbio do País. O Governo administra esse mercado de câmbio fixando taxas. Se as taxas estão bem ou mal fixadas, seria uma outra conversa que, eu acho, tem muito assunto para conversas. Se a gente deveria partir para o mercado livre, também é uma discussão, aliás, que, intelectualmente, me agradaria muito, mas não é essa a decisão do Governo. Nós estamos tratando, especificamente, de fraudes. E, sobre a legislação atual, alguém que subfaturou ou superfaturou cometeu uma fraude. E, mais especificamente, no recente episódio dos 360 milhões de dólares, nós estamos falando de fraude mesmo, nós estamos falando de roubo, que sob nenhum aspecto pode ser defensável.

Imagino que o ilustre Senador também não seja favorável a este tipo de coisa que aconteceu, ou seja, alguém foi a um banco, disse que tinha importado uma mercadoria, forjou um documento falso de liberação dessa mer-

cadoria no porto e pagou para ele mesmo lá fora por uma coisa que não tinha ingressado no País. Isto eu chamo de roubo. Isto para mim não é gente comum, para mim é ladrão e eu espero, um dia, vê-los todos na cadeia.

Era esse o comentário que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maia) — Concedo a palavra ao relator da Comissão, o nobre Deputado Fernando Bezerra Coelho.

O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito:

Eu gostaria, de início, de esclarecer que o objetivo desta Comissão Mista deverá se prender, evidentemente, à apuração e à investigação das fraudes ocorridas nas importação e que foram denunciadas recentemente pela imprensa brasileira, como também a outros mecanismos de evasão de divisas ou de fuga de capital que vêm sendo apontados como práticas irregulares no âmbito do mercado externo do País.

Mas, como o próprio tema da Comissão coloca, nós vamos, aqui, certamente, ter a oportunidade de convidar o setor privado, o setor empresarial para também colher subsídios e informação sobre a fuga de capital.

Nós temos estatísticas de que, ao longo dos últimos 6 anos, o Brasil só recebeu, em termos de investimento direto de empresas multinacionais, pouco menos de 4 bilhões de dólares, quando remeteu, através de remessas de lucros e outros tipos de pagamento, como royalties e assistência técnica, mais de 6 bilhões de dólares. Portanto, o País vem perdendo capital de investimento direto de outros países do mundo e juço que esta questão é importante e fundamental para ser analisada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, sobretudo para que nós possamos dar um outro tratamento, em termos da legislação que regulamenta a aplicação do capital estrangeiro neste País.

Nós temos aí os próximos cinco anos, seja quem for o presidente da República, com uma enorme tarefa, com um enorme desafio, que é promover o desenvolvimento nacional, que é recolocar este país numa taxa de crescimento econômico que permita absorver os milhares de jovens brasileiros que chegam ao mercado de trabalho.

Então, espero que, como Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, possamos também proceder a investigações, a análises, a depoimentos, a avaliações, em relação à recepção e à atração de capitais estrangeiros para o Brasil, para que tenhamos condições de proporcionar o nosso desenvolvimento.

No entanto, é evidente que estamos, de certa forma, com um calendário a cumprir. Temos até o dia 22 de agosto para apresentar um relatório e as conclusões de todo o trabalho que esta Comissão, certamente, irá desenvolver.

Esta comissão, que se instalou na semana passada, não poderia deixar de ouvir os depoimentos da área governamental, sobretudo, por que estamos num período de transição e porque as denúncias, na imprensa, se acentuam e se intensificam, em que as práticas de fraudes cambiais estão se exacerbando, em função dos riscos políticos envolvidos, seja quem for o novo presidente eleito.

Então, gostaríamos de perguntar aos três depoentes que aqui compareceram e saber especificamente que agora esses casos das fraudes cambiais, que foi muito bem colocado pelo Sr. Carlos Eduardo que no caso se trata de roubo pura e simplesmente porque as informações que nos chegam é que não existe a importação de bem físico nenhum; existe uma falsificação de todos os documentos de guias de importações, de documentos de embarque de mercadorias; enfim, de todo um mecanismo de verdadeiro falseamento de todos os documentos envolvidos em operações de importações fictícias. Portanto, esta Comissão haverá de descer a fundo nessa investigação, para punir e oferecer elementos de prova a quem compete, efetivamente, colocá-los na cadeia — que não vai ser o Congresso Nacional —, mas apenas queremos ter oportunidade de, ao descer, ao aprofundar essa questão, saber quais são as brechas na legislação brasileira.

Estou absolutamente convencido, pelos depoimentos que aqui ouvi, sobretudo, do Sr. Carlos Portinari Igreja, de que, efetivamente, o Brasil é o país do contrabando. Não tenham nenhuma dúvida que, quando só temos dois mil homens para poder realizar o controle aduaneiro neste País, é impossível, por melhores que sejam remunerados esses homens, por melhores que sejam as suas inteligências, o contrabando campeia solto no País.

Porque me lembro, ainda na fase da discussão na Assembléia Nacional Constituinte, quando tivemos oportunidade de tratar dessas questões fiscais que só no Porto de Hamburgo, na Alemanha, existiam seis mil funcionários da Aduana alemã. Em todos os portos brasileiros — não sei se o Dr. Carlos Portinari Igreja poderá confirmar — existem menos de oitocentos fiscais. Todos os portos brasileiros, conforme foi dito, aqui, pelo Dr. Maurício Sousa de Assis, da CACEX, são responsáveis por um movimento da ordem de 50 bilhões de dólares de exportação e importação. Então, é isso que realça.

O Brasil evoluiu em termos da sua participação no mercado internacional, no entanto, os seus mecanismos de controle, a sua legislação, estão completamente defasados; completamente irreal. O Congresso Nacional precisa manifestar-se sobre isso.

É evidente que a evasão de divisas e a fuga de capital são influenciadas, sem dúvida nenhuma, de acordo com aquilo que colocou o Senador Roberto Campos, pela taxa cambial, pelas políticas econômicas e macroeconômicas que são adotadas pelo Governo que, de certa forma, estimulam essas práticas.

Entretanto, é importante que, independente disso, possamos ter uma legislação que possamos, pelo menos, imibir, coibir e punir, quando, eventualmente, essas pessoas possam ser, digamos assim, praticando esses tipos de ilícitos.

Portanto, era com essas palavras que gostaria de perguntar a cada um dos que aqui compareceram... Porque o que nos preocupa, já que essa Comissão Parlamentar de Inquérito só deverá retomar seus trabalhos a partir de março — estamos ainda tentando um contato com o Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Fernando Garparian, que tem uma audiência marcada com o Ministro da Justiça, Saulo Ramos, aqui na Câmara dos Deputados, para poder cobrar um depoimento e ouvir as palavras de S. Ex.^a sobre o problema das fraudes cambiais nas importações, podemos tentar com a anuência do nosso Presidente, Senador Antônio Luiz Maya, uma reunião conjunta dessa Comissão Parlamentar de Inquérito e da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, para que tenhamos oportunidade de ouvir do Ministério da Justiça como andam as investigações e o que é que o Governo de concreto, de prático tem adotado.

A pergunta que faço é justamente esta: estamos ansiosos para saber quem é que pode nos garantir que essas fraudes não estejam sendo praticadas agora? Quer dizer, já se identificou o mecanismo, trata-se de um grupo, ou isso está, digamos assim, diversificado em todos os setores da economia, em todos os setores de importação, ou isso se trata de um grupo específico de produtos? Existem já algumas informações preliminares de que isso está restrito, como acabei de falar, ou se isso é disseminado, ou se é amplo? Quer dizer, essas práticas de importações fictícias estão aí, por quanto tempo isso começou e se foi tomada pelo Banco Central, seja por cruzamento de dados, seja pela CACEX, seja pela Receita Federal, se já tomada alguma atitude, prática, concreta, que possa, pelo menos, dar a este Congresso Nacional e à sociedade brasileira, a tranquilidade que as autoridades não estão omissas, que as autoridades não está apenas apurando o que já foi denunciado, mas estão apenas procurando também evitar que essas práticas, que foram denunciadas, possam, digamos assim, não estarem mais ocorrendo, até que esta Comissão, depois de proceder ao seu longo trabalho, possa realmente apresentar uma proposição que venha modificar as legislações, que venha dar apoio a essa angústia, traduzida pelo Dr. Carlos Portinari Igreja, no sentido de realmente este Congresso Nacional se manifestar se quer ou não cobrar tributo?

Porque a sociedade brasileira já está cansada. Poucos pagam tributos e, a cada dia, o Poder Executivo encaminha ao Congresso Nacional a elevação das alíquotas e dos impostos. A sociedade brasileira está asfixiada de tanto pagar imposto, porque poucos pa-

gam. Pagam os assalariados e pagam alguns setores que representam o capital. A grande maioria não paga nada porque não existe a fiscalização nem a cobrança.

Então, o Congresso Nacional tem dado manifestações que deseja caminhar neste sentido.

Relembro-me, há pouco tempo, a ocasião em que o Congresso Nacional aprovou uma Medida Provisória, encaminhada pelo Poder Executivo, que tratava da ampliação do quadro de carreira da Receita Federal de 6 mil funcionários para 10 mil, com a possibilidade de incorporação de 5% desse quadro, a cada ano, por concurso público.

Portanto, o Congresso Nacional está sensível a que o imposto seja cobrado, fiscalizado e que as operações fiscais possam ser efetivamente acompanhadas.

Então, a pergunta que deixo a cada um é saber, efetivamente, em relação a essas fraudes das importações, que é o caso mais escandaloso, é um caso que realmente pede uma resposta pronta das autoridades governamentais e pede, também, um pronunciamento firme deste Congresso Nacional, se algumas medidas já foram tomadas no sentido de evitar que as práticas denunciadas possam estar ocorrendo neste exato momento.

O SR. CARLOS EDUARDO — Tenho a satisfação de revelar a esta Comissão que a resposta é afirmativa. Sim

O Governo adotou medidas práticas, objetivas. Evidentemente, não vamos, aqui, ter a veleidade, nem a infantilidade de dizer que nunca mais vai acontecer fraude cambial, mas as medidas que estamos adotando, no nosso entendimento, vão reduzi-las em muito. Basicamente, o que se vai fazer — e essa medida deverá ser promulgada na próxima semana — é determinar que o fechamento de câmbio das operações de importação só possa resultar na remessa ao exterior depois que a operação for adequadamente examinada pelos órgãos competentes: Banco Central, Receita Federal e CACEX. De que maneira se fará isso? Determinando ao importador que contrate seu câmbio antes da data que tenha que fazer a remessa para o exterior. Ele vai entregar os cruzados e estes ficarão retidos, no banco comercial, que os passará ao Banco Central, até que toda a documentação dessa operação seja analisada. Isso nada mais é do que uma antecipação daquela ligação dos três computadores que tanto já se falou. Como essa ligação tem problemas técnicos ligadas a ela — eu, inclusive, amanhã, estou indo ao Rio de Janeiro para me encontrar com o Dr. Namir Salek, Diretor da CACEX, para fecharmos a ligação Banco Central e CACEX. Essa vai sair primeiro, a da Receita Federal ainda vai demorar um pouco mais. No entanto, o que se quer agora, com essa medida, é antecipar, fazer de forma manual aquilo que, no futuro, que se pretende próximo, teremos de forma automática.

Então, nessa primeira etapa, vamos fazer isso manualmente. A operação vem para o Banco Central que se comunica com os ór-

gãos envolvidos para testar a legitimidade dos documentos.

Então, com isso, entendemos que teremos minimizado substancialmente, mas muito mesmo, a possibilidade da fraude cambial, porque o risco que o importador fraudulento — quer dizer, não vamos chamar de importador, porque não é importador — o risco que o fraudador vai correr é muito grande, porque ele terá entregue os seus cruzados e vai ficar em suspenso, aguardando que aquela operação seja analisada pelas autoridades competentes, para que, então, os seus cruzados sejam liberados e transformados em dólares e remetidos ao exterior.

Então, sim, há uma medida concreta e já não está mais em estudo a medida, já foi, inclusive, autorizada no âmbito do Banco Central e a norma deverá sair na próxima semana.

O SR. CARLOS PORTINARI — Concordo com a opinião do Dr. Carlos Eduardo de que, realmente, essas fraudes ficaram tão dificultadas que são praticamente impossíveis.. dificultadas e arriscadas. Então, dessa maneira, não tenho nada a acrescentar. Com relação ao panorama geral, é preciso levar em consideração que a criatividade é muito grande nessa área e sempre existe a possibilidade de que alguém esteja maquinando novas coisas que não serão dessa natureza, mas que poderão ocorrer. Por exemplo, no contato que temos com as aduanas estrangeiras — sabemos que fazem fraudes muito grande na Comunidade Económica Europeia, apesar de todo bom equipamento e ótimas condições dessas aduanas, fazem fraudes lá também, que são detectadas com frequência.

Não é impossível que, no Brasil, vá continuar ocorrendo em grande escala, não nessa modalidade, mas talvez em outra. O que estamos fazendo, nessa emergência, é um sistema manual de informações ao Banco Central, que permitirá uma melhora substancial do controle e, também, estamos elaborando e encaminhando ao Sr. Ministro da Fazenda, para posterior encaminhamento ao Senhor Presidente da República, um projeto de lei que reformula, por completo, as penalidades na área aduaneira e abrange algumas modalidades de ilícito que têm com relação à parte cambial.

Estamos aqui antecipando, porque é um projeto longo, extenso, de difícil exame, devido ao seu conteúdo densamente técnico e não acredito nas palavras de alguns companheiros que dizem que, sendo dessa natureza, o Congresso vai demorar para apreciar.

Tenho fé de que haverá a maior boa vontade e terá apoio do Congresso brasileiro, tendo em vista a finalidade patriótica de que se reveste.

Muito obrigado.

O SR. MAURÍCIO S. ASSIS — Também, de nossa parte, acreditamos que, em função dessas medidas que estão sendo adotadas, no Banco Central, com a participação da Secretaria da Receita Federal e da Cacex, esse tipo de fraude não deverá ocorrer. Então,

acreditamos que, para esse caso, estaria contornado dessa forma. Acho que, também como diz o Dr. Portinari, o agente aí que faz a fraude vai atrás de novos sistemas de criatividade para tentar novamente burlar todas as modificações que fizemos. Então, toda a atenção tem que ser tomada, também com o câmbio, com a diferença muito grande que existe entre o paralelo e o câmbio oficial, nessa situação, é muito estimulante, e temos que ter mais cautela e, nesse caso, a situação estaria contornada.

O SR. RELATOR (Fernando Bezerra) — Sr. Presidente, aproveitando a sugestão do Senador Jutahy Magalhães, estamos evidentemente envidando esforços junto ao Tribunal de Contas da União, para dispormos de uma assessoria especializada. Estivemos em audiência com o Presidente do Banco Central na última terça-feira e solicitamos também do Banco Central que colocasse à disposição desta Comissão técnicos especializados na matéria, que pudessem assessorar o trabalho da Comissão que vai se prolongar até o mês de agosto.

Eu pediria, por fim, a cada um dos Senhores que encaminhassem, por escrito, a esta Comissão, ao Banco Central, à Cacex e Receita Federal o elenco das providências que foram tomadas em relação às denúncias dessas fraudes cambiais, quais foram as medidas tomadas, praticamente, por escrito, e quais são as sugestões que esses órgãos têm em relação à modificação da legislação brasileira, para imbir ou coibir esse tipo de prática de fraudes cambiais e de evasão de divisas que possam merecer um tratamento urgente e acelerado por parte do Congresso Nacional. Isso porque a nossa assessoria, a assessoria da Comissão Parlamentar de Inquérito, vai ter que trabalhar em cima desses documentos, ao longo do mês de janeiro, para que, tão logo se reiniciem os trabalhos do Congresso Nacional, possamos traçar um roteiro de trabalho e um roteiro, também, de audiências públicas, no sentido de permitir um maior e melhor volume de informações para a conclusão dos nossos trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Lutz Maya) — Com a palavra o nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Apenas para pedir inicialmente uma informação entre medidas que poderiam evitar um pouco essas fraudes que estamos aqui apurando. Aproveito para dizer que tenho um grande apreço pela inteligência do nosso colega Roberto Campos. Fico realmente encantado quando ouço S. Ex^a falar. Ele tem uma maneira irônica de se referir. Só fiquei com medo de S. Ex^a solicitar que se fizesse uma estátua em cada praça para aqueles que estavam fraudando aí... Li em algum lugar que com dois pontos na fraude, um deles talvez já esteja sendo evitado com essa medida que o Banco Central vai firmar com o depósito dos cruzados e esperar até que seja concretizada a importação; porque uma das formas de frau-

des, pelo que li, é a de que, para evitar que seu nome fosse identificado, o fraudador também evitava o depósito na conta que tinha no banco. Através da corretora aplicava uns cruzados, tomava uns cruzados e não colocava na sua conta, com isso evitava ser identificado. Agora, também de nenhum dos diretores do banco ouvi uma sugestão, não sei se isso é válido ou não, porque não conheço a documentação; mas se ao invés da guia de importação, que é um documento num papel normal, tinha também aquela possibilidade de ser feito o documento através de um cheque, que tinha o problema da "linha d'água" que dificultaria a modificação e os valores como se podia fazer a falsificação dessas guias, desses documentos. Não sei se isso está correto ou não, e se há ou não possibilidade de se aproveitar uma sugestão desse tipo.

O SR. CARLOS EDUARDO — Entendemos que as medidas que estão sendo implementadas, agora, são bastante mais eficientes do que simplesmente melhorar a qualidade do documento. Veja o Senador que o documento mais bem elaborado que temos neste País, menos sujeito à falsificação, é a velha cédula de dinheiro, o nosso velho conhecido cruzado. Mesmo assim ele é falsificado; ele tem linha d'água, ele tem verso e reverso, ele tem tinta especial, enfim, uma porção de coisas, e mesmo assim ele é falsificado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Falsificado para nós, que não compreendemos, não sabemos bem identificar uma moeda. Mas para os técnicos é fácil identificar uma moeda falsa.

O SR. CARLOS EDUARDO — Veja, Senador, realmente não é tão fácil. Agora, o problema é que encareceria demasiadamente o documento e não seria a prova de fraude. O que se pretende, veja só, é que esse documento, ao ser emitido pela Cacex, e a DI emitida pela Receita seja registrado no computador do Banco Central pela Receita, pela Cacex, ou seja aquele registro é feito pelo órgão que emitiu o documento.

Atualmente, o que acontece é que o fraudador aparece num banco com um documento que ele diz que recebeu da Cacex, diz que recebeu da Receita, ele está com o documento na mão, documento aparentemente em boa ordem. Quando tivermos essa ligação funcionando, o que vai acontecer? Ele vai apresentar o documento e vamos checar no computador se a Cacex e se a Receita registraram no computador aquele documento. Então, não adianta ele aparecer com uma pilha de documentos, e todos, aparentemente, legítimos, se aqueles documentos não estiverem registrados no computador, e só quem tem acesso ao computador são os três órgãos envolvidos — Banco Central, Receita e Cacex — ele pode ter o documento mais bem falsificado do mundo, porque ele não vai ter nenhum valor, pois só terá valor o registro que está dentro do computador.

Nós vamos, nessa primeira fase, substituir esse registro no computador, enquanto ele não pode acontecer por problema técnico,

por uma consulta, por um trabalho manual, ou seja, nós vamos consultar o Banco Central, Receita, e Cacex vão se falar, perguntando pela legitimidade do documento. Quer dizer, o órgão emissor é quem vai autenticar o documento, o que nos parece melhor do que um documento que tenha determinadas características de segurança, muito embora eu ache o seguinte: que realmente pode se estudar a hipótese de melhorar a segurança desses documentos. Acho que a Cacex e a Receita poderiam, com muito mais propriedade, falar a respeito do assunto, da maneira de se emitir um documento, de se criar um documento que tenha algumas marcas de segurança que dificultem a falsificação.

O SR. CARLOS PORTINARI — Senador, esses documentos não são evidentemente preenchidos pela Receita Federal, e pela Cacex. Quem os preenche são os próprios interessados, que trazem o documento à Receita Federal, e à Cacex e lá, então, é feito o registro apenas. Seria impossível que a repartição fizesse esse trabalho. Dessa maneira, mesmo que fosse um documento impresso em papel de segurança, de alta qualidade e impossível de falsificar, teria de ser vendido nas livrarias ou papelarias para que os usuários tivessem acesso e pudessem fazer o preenchimento. Em caso de erro, rasgarão e jogarão fora. Não há nem possibilidade de numeração seqüencial prévia desses documentos.

A única medida de segurança que vemos é na melhora da qualidade do registro, ou seja, da numeração feita pelo órgão, por meio de aparelhos ou dispositivos que dificultem a falsificação e sejam facilmente identificados por ocasião da remessa cambial. Nós estamos estudando na Receita Federal um dispositivo dessa natureza, cujos pormenores técnicos não podemos revelar em público — evidentemente, nos canais adequados poderiam se fazer — que dificultaria bastante essa espécie de fraude. Mas o papel de segurança em si, nós, honestamente, pensamos nisso mas não vimos se isso poderia resolver ou não.

O SR. RELATOR (Fernando Bezerra) — Eu só tenho uma pergunta ali, que não ficou respondida, eu não sei se o Carlos Eduardo poderá responder, é se essas fraudes cambiais denunciadas e verificadas, que estão sendo apuradas, se elas estão restritas a um setor ou se isso está disseminado em toda a pauta de produtos importados do Brasil.

O SR. CARLOS EDUARDO — O Deputado tem razão, esqueci de falar sobre isso.

Pelo o que nós pudemos apurar até agora, visivelmente essas fraudes são obras, eu não vou dizer de uma pessoa, mas de um grupo organizado de pessoas. Ou seja, não foram diversas fraudes sem nenhuma ligação entre si, elas visivelmente estão interligadas e são objeto de uma ação de um grupo de pessoas agindo de comum acordo; isso nós já pudemos apurar. E já pudemos apurar também que houve uma grande concentração em termos de produtos químicos, etc., coisas de

gênero, e basicamente o tipo de operação foi aquela em que há necessidade de uma DI, que é o documento emitido pela Receita Federal, pela Aduana, de desembaraço. Por que isso? Porque esse documento foi falsificado. Se fosse uma importação daquela que não exige a apresentação da DI, que é o caso, por exemplo, da cobrança à vista, em que a importação vem do exterior via um banco, ficaria mais complicado e mais caro, porque existe o caso da importação em que não há DI, não há o desembaraço, o pagamento é feito antes do desembaraço alfandegário.

Esse tipo de operação, necessariamente, determina a existência de um banco internacional do lado de lá, que teria que ser contactado também, quer dizer, que complicaria mais a operação. Então, em todos os casos houve uma DI falsa, um documento falsamente ou pretensamente emitido pela Receita, atestando que aquela mercadoria tinha sido desembaraçada.

Foi isso que nós já apuramos até agora, o processo de apuração corre celeremente, e acho também pertinente relatar a esta Comissão que, diferentemente dos outros casos normais, em que o Banco Central constitui um processo, aplica uma penalidade e comunica ao Ministério Público, neste caso as coisas estão acontecendo paralelamente. Quer dizer, à medida que o Banco Central apura alguma coisa, informa imediatamente ao Ministério Público, para que, paralelamente ao processo administrativo, ocorra também o processo criminal.

As coisas estão acontecendo paralelas e a gente deverá ter o resultado num espaço de tempo mais curto do que o que seria habitual.

Eu só tenho a lamentar e a mim desculpar que, realmente, o processo é moroso, é mais moroso do que o que a gente gostaria que fosse, mas são injunções legais que obrigam, por exemplo, que o Banco Central cite o fraudador e não se encontra o endereço.

De modo que se faz um edital na imprensa, dá prazo de 30 dias para ele aparecer, e, se não o fizer, aplica-se a penalidade. Ele tem mais um prazo para se defender. Ou seja, o processo é complicado, tem todo um rito legal, que inclusive é uma coisa que esta Comissão poderia analisar e verificar da conveniência e oportunidade, inclusive, de modificar esse rito legal, porque ele é realmente moroso.

O processo tem uma demora que é imposta pelo próprio rito legal dele. Ele tem todos esses prazos, que são atribuídos aos veículos de defesa, etc. Enquanto isso, tudo não acontece, enquanto não decorre esse prazo de 30 dias, etc., não se pode fazer nada, nem aplicar penalidade. Para ganhar esse tempo, o que estamos fazendo? Paralelamente, comunicando ao Ministério Público o que está sendo apurado, o que está ocorrendo, para que o processo criminal ocorra paralelamente, e não mais após o processo administrativo, como era a praxe até então.

O SR. RELATOR (Fernando Bezerra) — Sr. Carlos Eduardo, mais uma pergunta: V. S.ª afirma que é possível antever que se trata

de um grupo organizado que praticou várias operações fraudulentas. Pergunto: quantos bancos nacionais estão envolvidas no pagamento desses cruzados? Em relação ao recebimento no exterior, envolve agências de bancos brasileiros ou também bancos multinacionais? Existe alguma concentração, digamos assim, ou envolve bancos tanto nacionais quanto estrangeiros?

O SR. CARLOS EDUARDO — Com relação aos bancos brasileiros que deram curso a essas operações — e é importante a gente registrar que dar curso a uma operação não significa, em nenhum momento, ter praticado uma fraude. Vamos ter casos, evidentemente, em que o banco deixou de cumprir determinadas normas de segurança como por exemplo, determinar que o pagamento seja feito por débito em conta do importador ou com cheque de sua própria emissão, etc., e tem casos em que o banco cumpriu todo o rito, a operação era, realmente, fraudulenta, documentos falsificados — aparentemente em boa ordem — e apenas foi cursado no banco. O banco é um instrumento de se transformar cruzado em dólar.

Esse número de bancos já foi, inclusive, publicado na imprensa — desculpe-me o Deputado, não tenho boa memória para esse tipo de coisa, mas é qualquer coisa em torno de dez a doze bancos, se não me engano, quanto àquela relação que saiu na imprensa dos trezentos e sessenta milhões de dólares, que é uma relação legítima; foi uma relação que o Banco Central encaminhou ao Ministério da Justiça e que foi dado ao conhecimento da imprensa. Aquela relação é absolutamente legítima. Não quer dizer que o Banco Central esteja afirmando que aqueles bancos cometeram fraudes; quer dizer que o Banco Central está informando que, naqueles bancos, foram cursadas operações aparentemente fraudulentas.

Quanto à concentração no exterior, estamos apurando, na medida em que se descobre os responsáveis pela operação, porque é aí que ele vai apurar para quem ele mandou esse dinheiro e aí também temos, no exterior, evidentemente, o problema é muito mais complicado.

Eu imagino que essas pessoas que foram tão espertas, até agora, devem ter tido a esperteza de encaminhar isso para um banco estrangeiro. Esperteza por quê? Porque o banco estrangeiro está num país soberano, regras próprias, e o Banco Central não tem poder sobre esse banco estrangeiro. Qualquer informação que se venha, eventualmente, obter desse banco será porque ele quis ajudar o Banco Central, não porque ele seja obrigado a isso. Se ele mandou dinheiro para um banco brasileiro lá fora, evidentemente, ele cometeu um deslize.

Espero que consigamos descobrir alguma espécie desse deslize porque, com o banco brasileiro, evidentemente, é muito mais fácil conversar e muito mais fácil de obter uma colaboração.

Entretanto, essa fase é a fase terminal do processo. Está se levantando o que é que

houve de fraude, quem praticou, como praticou e vamos chegar até o ponto de determinar para que banco foi remetido esse dinheiro. Se foi para um banco estrangeiro a coisa é mais complicada, porque a gente não tem poder de polícia sobre esse banco. Se foi sobre um banco brasileiro, vai-se obter, naturalmente, uma colaboração muito maior em saber para que pessoas foi aquele dinheiro e, quando saiu daquele banco, se foi para um terceiro banco, para quem foi.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, o Relator fez uma pergunta da abrangência desses grupos ou grupo. Aqui, tem uma declaração do Ministro da Justiça. O Dr. Saulo Ramos tem essa vantagem: ele fala. Ele diz:

“Mais de cem figurões, ligados à empresas nacionais e estrangeiras, estão envolvidos na evasão ilegal de divisas do País.”

O Banco Central tem alguma informação a respeito desse número de mais de cem figurões ligados às empresas estrangeiras e nacionais? Figuração é uma coisa e “bagrinho” é outra coisa!

O SR. CARLOS EDUARDO — Veja! Inclusive, há que se determinar o que é figurão. Acima de quantos milhões de dólares é figurão e abaixo do que ele vira bagrinho.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Segundo o nosso Senado, grande fortuna é dois milhões de cruzados.

O SR. CARLOS EDUARDO — Então, veja, na verdade, uma coisa é clara. Essas operações fraudulentas, para que elas pudessem acontecer, alguém teve que ter os cruzados para bancar o começo da operação, ou seja, se ele foi a um banco para fechar uma operação fraudulenta de importação de dez milhões de dólares, ele teve que ter oitenta milhões de cruzados para bancar essa operação. Ele teve que ter esse cacife porque ele teve que pagar isso ao banco. Porque, também, como lugar-comum a todas essas operações, não conseguimos descobrir até agora, nenhum caso em que o banco tenha perdido dinheiro nisso. Ele sempre recebeu os cruzados. Os cruzados eram sempre legítimos, sempre foram pagos ao banco.

Então, imagino que, realmente, as pessoas têm porte. Agora, o exame do Banco Central, a análise do Banco Central, vai empresa, corretora, banco. Se aquela pessoa da empresa era um mero testa-de-ferro — é isso que a Polícia Federal está investigando. Porque, aí já é acareação de pessoa, chamar a pessoa, tomar testemunho e coisa do gênero que o Banco Central não tem poder. O Banco Central examina documentos. Então, ele verifica: essa importação é falsa, essa empresa cometeu uma fraude cambial, essa empresa vai ser punida. Quando a empresa existe — porque no Rio de Janeiro, por exemplo, os endereços eram absolutamente falsos e as empresas não existiam.

O trabalho, realmente, é policial. O Ministro Saulo Ramos, evidentemente, tem informações que o Banco Central não detém, para que ele possa falar, então, em mais de cem figurações. O exame do Banco Central se limita a empresa, corretora e banco e transferir para a Polícia Federal as informações que ele obteve e aplicar as penalidades que a lei lhe faculta aplicar. Daí para frente, realmente, é um trabalho policial, e imagino que a Polícia Federal dará ciência ao Banco Central no momento que entender conveniente, no momento que entender que isso não atrapalha as investigações. Eu, felizmente, não entendo nada de investigação policial, mas sei que existe uma certa mística em torno de que se você começa a contar o que está fazendo isso atrapalha porque permite os envolvidos fugir, esconder, etc.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) — Bem, devido ao adiantado da hora, só tenho que me congratular com a Comissão por ter começado bem e com o pé direito os seus trabalhos nesse dia.

Isso foi possível, graças à participação efetiva dos nossos convidados aos quais queremos agradecer, de maneira especial ao Dr. Arnin Lore, Dr. Carlos Portinari, Dr. Maurício Sousa Assis e Dr. Carlos Eduardo.

Esperamos que nas próximas reuniões tenhamos um resultado tão efetivo quanto o de hoje.

Por isso, damos por encerrados os nossos trabalhos de hoje.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 1.069,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 1.069,00

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP: 70160.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 95

(julho a setembro de 1987)

Está circulando o nº 95 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 360 páginas, contém as seguintes matérias:

— Direitos humanos no Brasil — compreensão teórica de sua história recente — **José Reinaldo de Lima Lopes**

— Proteção internacional dos direitos do homem nos sistemas regionais americano e europeu — uma introdução ao estudo comparado dos direitos protegidos — **Clémerson Merlin Clève**

— Teoria do ato de governo — **J. Cretella Júnior**

— A Corte Constitucional — **Pinto Ferreira**

— A interpretação constitucional e o controle da constitucionalidade das leis — **Maria Helena Ferreira da Câmara**

— Tendências atuais dos regimes de governo — **Raul Machado Horta**

— Do contencioso administrativo e do processo administrativo — no Estado de Direito — **A.B. Cotrim Neto**

— Ombudsman — **Carlos Alberto Provençiano Gallo**

— Liberdade capitalista no Estado de Direito — **Ronaldo Poletti**

— A Constituição do Estado federal e das unidades federadas — **Fernanda Dias Menezes de Almeida**

— A distribuição dos tributos na Federação brasileira — **Harry Conrado Schüler**

— A moeda nacional e a Constituinte — **Letácio Jansen**

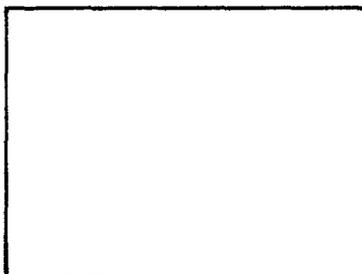
— Do tombamento — uma sugestão à Assembleia Nacional Constituinte — **Nailé Russomano**

— Facetas da "Comissão Afonso Arinos" — e eu... — **Rosah Russomano**

— Mediação e bons ofícios — considerações sobre sua natureza e presença na história da América Latina — **José Carlos Brandi Aleixo**

— Prevenção do dano nuclear — aspectos jurídicos — **Paulo Affonso Leme Machado**

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I; 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefone: 211-3578



Assinatura para 1988 (nºs 97 a 100):

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 99

(julho a setembro de 1988)

Está circulando o nº 99 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 332 páginas, contém as seguintes matérias:

EDITORIAL

Declaração Universal dos Direitos do Homem. Quarenta Anos Decorridos — *Beatriz Elizabeth Caporal Gontijo de Rezende*

COLABORAÇÃO

Reflexões sobre o valor jurídico das Declarações Universal e Americana de Direitos Humanos de 1948 por ocasião de seu quadragésimo aniversário — *Antônio Augusto Cançado Trindade*

O Poder Judiciário e a tutela do meio ambiente — *Ministro Sidney Sanches*

Dever de prestar contas e responsabilidade administrativa: concepções alternativas. Evolução de conceitos e aplicação na administração pública brasileira — *Daisy de Asper Y Valdés*

Constituinte e Constituição — *Jarbas Maranhão*

Direito administrativo inglês — *J. Cretella Júnior*

O reerguimento econômico (1903-1913) — *Mircea Buescu*

Costume: forma de expressão do direito positivo — *Marta Vinagre*

Os direitos individuais — *José Luiz Quadros de Magalhães*

A arte por computador e o direito de autor — *Carlos Alberto Bittar*

Victimologia Y criminalidad violenta en España — *Miguel Polaino Navarrete*

Participação da comunidade na área penitenciária — Necessidade de melhor apoio legal — *Armílla Bergamini Miotto*

A conversão da dívida — *Arnoldo Wald*

Selección y formación del personal penitenciario en Argentina — *Juan Luis Savioli*

O problema teórico das lacunas e a defesa do consumidor. O caso do art. 159 do Código Civil — *José Reinaldo de Lima Lopes*

Criminalidade e política criminal — *Francisco de Assis Toledo*

As eleições municipais de 1988 — *Adbemar Ferreira Maciel*

A legislação agrária e o federalismo, leis federais e leis estaduais — *José Motta Maia*

Mudança política e política de desenvolvimento regional no Brasil desde o ano de 1964 — *Horts Babro e Jurgen Zepp*

Atos políticos e atos de governo. Realidades diversas, segundo a teoria tetraédrica do direito e do Estado — *Marques Oliveira*

A venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones 311-3578 e 311-3579

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado — CGA 470775.

Assinatura para 1988
(nº 97 a 100):

Deixamos de atender pedidos pelo reembolso postal, em virtude do preço das publicações desta subsecretaria serem abaixo do mínimo exigido pela ECT, para remessa através do referido sistema.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 98

(abril a junho de 1988)

Está circulando o nº 98 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 466 páginas, contém as seguintes matérias:

EDITORIAL

Centenário da Abolição da Escravatura

SESSÃO SOLENE DO CONGRESSO NACIONAL

Comemoração do centenário da Abolição

COLABORAÇÃO

Aspectos econômicos do processo abolicionista — *Mircea Buescu*

A família na Constituição — *Senador Nelson Carneiro*

Fonte de legitimidade da Constituinte — *Geraldo Ataliba*

A Constituição e o caso brasileiro — *Eduardo Silva Costa*

A vocação do Estado unitário no Brasil — *Orlando Soares*

Da arbitragem e seu conceito categorial — *J. Cretella Júnior*

O juízo arbitral no direito brasileiro — *Clóvis V. do Couto e Silva*

Grupo econômico e direito do trabalho — *Paulo Emílio R. de Vilbena*

Hacia el abolicionismo de la sanción capital en España — *Antonio*

Beristain

As cláusulas contratuais gerais, a proteção ao consumidor e a lei portuguesa sobre a matéria — *Francisco dos Santos Amaral Neto*

Delineamentos históricos do processo civil romano — *Silvio Meira*

O destinatário do sistema brasileiro de patentes — *Nuno Tomaz Pires de Carvalho*

A política de informática e a Lei nº 7.646, de 18-12-87 — *Antônio Chaves*

A lei do *software* — *Carlos Alberto Bittar*

ARQUIVO

Lei do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários e Lei Áurea — A grande trilogia abolicionista — *Branca Borges Góes Bakaj*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones: 311-3578 e 311-3579

Assinatura para 1988
(nº 97 a 100):

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 97

(janeiro a março de 1988)

Está circulando o nº 97 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 342 páginas, contém as seguintes matérias:

Os cânones do direito administrativo — **J. Cretella Júnior**

A Constituição e a administração pública na Itália — **Umberto Alegretti**

Constituição portuguesa — **Celso Bastos**

Perspectivas da organização judiciária na futura Constituição Federal — **José Guilherme Villela**

Ministério Público do Trabalho — **José Eduardo Duarte Saad**

A renegociação da dívida externa e o respeito à soberania nacional — **Arnoldo Wald**

Recurso em matéria tributária — **Geraldo Ataliba**

Revisão doutrinária dos conceitos de ordem pública e segurança pública — uma análise sistêmica — **Diogo de Figueiredo Moreira Neto**

O acidente de Goiânia e a responsabilidade civil nuclear — **Carlos Alberto Bittar**

O direito civil brasileiro em perspectiva histórica e visão de futuro — **Clóvis V. do Couto e Silva**

O nascituro no Código Civil e no direito constituendo do Brasil — **Silmara J. A. Chinelato e Almeida**

Deformalização do processo e deformalização das controvérsias — **Ada Pellegrini Grinover**

Os meios moralmente legítimos de prova — **Luís Alberto Thompson Flores Lenz**

Provas ilícitas no processo penal — **Maria da Glória Lins da Silva Colucci** e **Maria Regina Caffaro Silva**

Decreto-Lei nº 201/67: jurisdicionalização do processo ou liberdade procedimental? — **José Nilo de Castro**

Pontes de Miranda, teórico do direito — **Clovis Ramalhe**

Espaço e tempo na concepção do direito de Pontes de Miranda — **Nelson Saldanha**

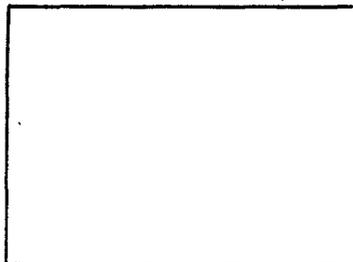
Norberto Bobbio e o positivismo jurídico — **Alaor Barbosa**

Direito Educacional na formação do administrador — **Edivaldo M. Boaventura**

Os direitos conexos e as situações nacionais — **José de Oliveira Ascensão**

O contrato de edição gráfica de obras escritas e musicais — **Antônio Chaves**

À venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas —
Senado Federal, Anexo I,
22º andar —
Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 — Brasília, DF —
Telefones: 311-3578 e 311-3579



Assinatura
para 1988
(nºs 97 a 100):

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

MACHADO DE ASSIS E A POLÍTICA

Livro de crônicas de Machado de Assis sobre o *Senado do Império*.

Apresentação do Senador NELSON CARNEIRO, Presidente do Congresso Nacional; dos escritores Austregésilo de Athayde, Afonso Arinos, Afrânio Coutinho, Carlos Castelo Branco, Luiz Viana Filho, José Sarney, Josué Montello, Marcos Vinicius Vilaça, Raymundo Faoro.

“Política, como eu e o meu leitor entendemos, não há. E devia agora exigir-se do melro o alcance do olhar da águia e o rasgado de um vôo? Além de ilógico seria crueldade.”

(DRJ, 1-11-1861)

“Cada Ministro gosta de deixar entre outros trabalhos um que especifique o seu nome no catálogo dos administradores.”

(DRJ, 10-12-1861)

Edição comemorativa do Sesquicentenário
de Nascimento de Machado de Assis.

“Deve-se supor que é esse o escolhido do Partido do Governo, que é sempre o legítimo.”

(DRJ, 10-11-1861)



“Em que tempo estamos? Que País é este?”

(DRJ, 12-6-1864)

“Se eu na galeria não posso dar um berro, onde é que hei de dar? Na rua, feito maluco?”

(A Semana, 27-11-1892)

Edição Limitada
ADQUIRA SEU EXEMPLAR
Edição Normal NCz\$ 30,00
Edição Especial NCz\$ 50,00

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF — CEP 70160

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 224-5615, na Coordenação de Atendimento ao Usuário — Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 96

(outubro a dezembro de 1987)

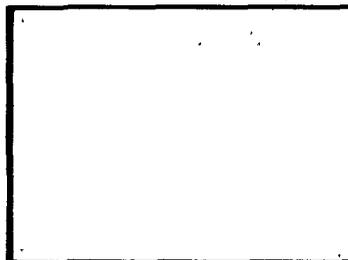
Está circulando o nº 96 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 352 páginas, contém as seguintes matérias:

Os dilemas institucionais no Brasil — **Ronaldo Poletti**
A ordem estatal e legalista. A política como Estado e o direito como lei — **Nelson Saldanha**
Compromisso Constituinte — **Carlos Roberto Pellegrino**
Mas qual Constituição? — **Torquato Jardim**
Hermenêutica constitucional — **Celso Bastos**
Considerações sobre os rumos do federalismo nos Estados Unidos e no Brasil — **Fernanda Dias Menezes de Almeida**
Rui Barbosa, Constituinte — **Rubem Nogueira**
Relaciones y convenios de las Provincias con sus Municipios, con el Estado Federal y con Estados extranjeros — **Jesús Luis Abad Hernando**
Constituição sintética ou analítica? — **Fernando Herren Fernandes Aguilhar**
Constituição americana: moderna aos 200 anos — **Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza**
A Constituição dos Estados Unidos — **Kenneth L. Penegar**
A evolução constitucional portuguesa e suas relações com a brasileira — **Fernando Whitaker da Cunha**
Uma análise sistêmica do conceito de ordem econômica e social — **Diogo de Figueiredo Moreira Neto e Ney Prado**
A intervenção do Estado na economia — seu processo e ocorrência históricos — **A. B. Cotrim Neto**
O processo de apuração do abuso do poder econômico na atual legislação do CADE — **José Inácio Gonzaga Franceschini**
Unidade e dualidade da magistratura — **Raul Machado Horta**

Judiciário e minorias — **Geraldo Ataliba**
Dívida externa do Brasil e a arguição de sua inconstitucionalidade — **Nailê Russomano**
O Ministério Público e a Advocacia de Estado — **Pinto Ferreira**
Responsabilidade civil do Estado — **Carlos Mário da Silva Velloso**
Esquemas privatísticos no direito administrativo — **J. CreteLLa Júnior**
A sindicância administrativa e a punição disciplinar — **Edmir Netto de Araújo**
A vinculação constitucional, a recorribilidade e a acumulação de empregos no Direito do Trabalho — **Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena**
Os aspectos jurídicos da inseminação artificial e a disciplina jurídica dos bancos de esperma — **Senador Nelson Carneiro**
Casamento e família na futura Constituição brasileira: a contribuição alemã — **João Baptista Villela**
A evolução social da mulher — **Joaquim Lustosa Sobrinho**
Os seres monstruosos em face do direito romano e do civil moderno — **Silvio Meira**
Os direitos intelectuais na Constituição — **Carlos Alberto Bittar**
O direito autoral do ilustrador na literatura infantil — **Hildebrando Pontes Neto**
Reflexões sobre os rumos da reforma agrária no Brasil — **Luiz Edson Fachin**

À venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas
Senado Federal,
Anexo I, 22º andar,
Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 — Brasília, DF
Telefones: 311-3578 e
211-3579



Assinatura
para 1988
(nºs 97 a 100):

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS